



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Universitária Salesiana

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 4 N. 6 Março 2003



Universidade Católica Dom Bosco

Reitor
Pe. José Marinoni
Pró-Reitor Acadêmico
Pe. Jair Marques de Araújo
Pró-Reitor Administrativo
Cl. Luilton Pouso

Editora UCDB
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário
79117-900 Campo Grande-MS
Fone: (67) 312-3377 Fone/Fax: (67) 312-3373
e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora
Direção: Heitor Romero Marques

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Eduardo José de Arruda
Emília Mariko Kashimoto
Marcelo Marinho

Editor Responsável

Marcelo Marinho

Co-editor

Aparecido Francisco dos Reis

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Rosilange de Almeida

Abstracts

Barbara Ann Newman

Resúmenes

Mari Neli Dória

Revisão de Texto

Os próprios autores

Capa

Marcelo Marinho (projeto e fotografia)
Foto: Peteca indígena, Museu Dom Bosco.

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastreri Rodrigues (USP)
Alberto Palombo (Florida Atlantic University)
Alicia Rivero (SERCAL)
Amália Ines Geraiges de Lemos (USP)
Aurora García Ballesteros (Universidad Complutense de Madrid)
Cezar Augusto Benevides (UFMS)
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)
Dorivaldo Walmor Poletto (PUCRS)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA)
Evaldo Gaeta Espíndola (USP)
Everson Alves Miranda (UNICAMP)
Javier Gutiérrez Puebla (Universidad Complutense de Madrid)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)
Leila Christina Dias (UFSC)
Marcel Bursztyn (UNB)
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)
Maria do Carmo Zinato (Florida Center for Environmental Studies)
Maria Helena Vallon (UFMS)
Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)
Marília Luiza Peluso (UNB)
Mário César Leite (UFMT)
Marisa Bittar (UFSCar)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (UCC)
Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)
Miguel Panadero Moya (Universidad de Castilla - La Mancha)
Nilo Odalia (UNESP)
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)
Rosa Esther Rossini (USP)
Sérgio Granemann (UCB)
Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

Conselheiro fundador

Milton Santos (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
n. 6 (Março 2003). Campo Grande: UCDB, 2003.
104 p. V. 4
ISSN 1518-7012
Semestral
1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.unam.mx)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgbiblio.unam.mx/clase.html)

Índice

Artigos

- A dimensão política do planeamento do desenvolvimento regional em Portugal7
Francisco Carballo Cruz e José António Cadima Ribeiro
- Interculturalidad latinoamericana: los escenarios de la comunicación y de la
ciudadanía17
José Luis Grosso
- Desenvolvimento local e organização sócio-espacial47
Sergio Ostetto Oliveira
- Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica55
Hiroshi Noda e Sandra do Nascimento Noda
- La sostenibilidad biofísica de los agroecosistemas: componente básico del desarrollo
local67
César Valdés López
- Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo
no Brasil77
Elias de Oliveira Sampaio
- Diversidade étnica e educação indígena: políticas públicas no Brasil85
Ieda Marques de Carvalho
- Relatos: entre a práxis e os conceitos**
- Iniciativas de gestão ambiental: os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul97
Antônio Jacó Brand, Reginaldo Brito da Costa, Leandro Skowronski,
Antônio José Teodoro e Luis Augusto Cândido Benatti

Artigos

A dimensão política do planeamento do desenvolvimento regional em Portugal

The political dimension of regional development planning in Portugal

La dimensión política del planeamiento del desarrollo regional en Portugal

Francisco Carballo Cruz¹ e José António Cadima Ribeiro²

Universidade do Minho e Universidade de Oxford¹/Universidade do Minho²

contato: jcadima@eeg.uminho.pt

Resumo: Durante as duas últimas décadas, as aproximações aos processos de planeamento económico relacionadas com o desenvolvimento territorial surgiram como alternativa às aproximações baseadas na manipulação da procura agregada. Contudo, a maior parte das estratégias de desenvolvimento regional adoptando um enfoque de baixo para cima implementadas em Portugal têm conseguido resultados limitados. Esse insucesso relativo tem associadas diversas justificações, embora uma das mais importantes se relacione com a existência de elementos políticos inerentes ao processo de planeamento.

Palavras-chave: Planeamento territorial; Objetividade técnica; Atores institucionais.

Abstract: During the last two decades, the approximation of the processes of economic planning related to territorial development appeared as alternatives to the approximations based on the manipulation of the aggregated demand. In all, the major part of the strategies of regional development, adopting the focus from bottom to top implemented in Portugal, have gained limited results. This relative lack of success has associated diverse justifications, although one of the most important is related to the existence of inherent political elements in the planning process.

Key words: Territorial planning; Technical objectivity; Institutional actors.

Resumen: Durante las dos últimas décadas, las aproximaciones a los procesos de planeamiento económico relacionadas con el desarrollo territorial, surgieron como alternativa a las aproximaciones basadas en la manipulación de la búsqueda agregada. No obstante, la mayor parte de las estrategias de desarrollo regional adoptando un enfoque de bajo hacia arriba implementadas en Portugal ha conseguido resultados limitados. Ese insuceso relativo tiene asociadas diversas justificaciones, aunque una de las más importantes se relacione con la existencia de elementos políticos inherentes al proceso de planeamiento.

Palabras claves: Planeamiento territorial; Objetividad técnica; Actores institucionales.

1. Desenvolvimento regional: conceito de planeamento e relevância da dimensão política

Durante as duas últimas décadas as aproximações aos processos de planeamento económico relacionadas com o desenvolvimento territorial, especialmente de carácter regional (âmbito superior ao municipal), emergiram como alternativa às aproximações baseadas, fundamentalmente, na manipulação da procura agregada, utilizadas extensivamente antes das crises económicas da década de 70. Estas aproximações territoriais tratam de privilegiar uma estratégia de desenvolvimento do território e ajustamento produtivo assente na mobilização de recursos multi-dimensionais de base local/regional, mediante processos de planificação participativa, na qual todos os agentes localizados no território assumem um papel activo na definição da estratégia e na elaboração e implementação do Plano. A transformação do sistema produtivo territorial, o crescimento e a diversificação da produção, a melhoria do rendimento *per capita* da população, o incremento da qualidade dos serviços sociais e a protecção do meio ambiente são, genericamente, alguns dos objectivos finais das

políticas enquadradas numa estratégia de desenvolvimento regional (GAROFOLI, 1992).

Apesar das instituições promotoras deste tipo de estratégias de desenvolvimento deterem possibilidades de intervenção bastante limitadas, considera-se que podem ter um papel dinamizador da mudança estrutural no território pela sua proximidade face aos problemas e aos cidadãos, a qual permite uma intervenção mais flexível e eficaz (STÖHR; TAYLOR, 1981). Contudo, a maior parte das estratégias de desenvolvimento regional em Portugal pilotadas por agentes localizados no território, adoptando, portanto, um enfoque *from below*, têm conseguido resultados escassos se comparados com o esforço total realizado. Neste contexto, o decorrer do tempo tem transformado a maioria dos planos de desenvolvimento regional em documentos de consulta, de orientação genérica, marginalizando a sua razão de ser como documentos de definição das directrizes operativas que contribuem directamente para o desenvolvimento territorial.

A despromoção dos planos de desenvolvimento regional tem associadas diversas justificações, embora, uma das mais importantes se relacione com a existência de

elementos políticos inerentes ao processo de planeamento, cuja desconsideração, por parte dos técnicos, tem implicações negativas em termos de aceitação global dos documentos em questão por parte dos demais intervenientes, e de identificação de cada um deles com o plano, em concreto.

A componente política refere-se aos posicionamentos e interesses intrínsecos a toda a instituição representativa dos agentes económicos e sociais e não unicamente àquelas de natureza político-administrativa (p.e., Câmaras Municipais). Este elemento político, subjacente a toda a instituição, atravessa seccionalmente o processo de planificação do desenvolvimento, condicionando o seu desenho, implementação e, inclusivamente, avaliação. Portanto, para efeitos de delimitação conceptual, consideramos que a componente (dimensão/âmbito) política é generalizável a toda instituição de representação económica, social ou política com responsabilidade nos processos de planeamento do desenvolvimento do território.

Os planos de desenvolvimento regional elaborados até a data em Portugal têm privilegiado determinados âmbitos de intervenção, especialmente o infraestrutural e o da articulação territorial, relegando outras vertentes, como o meio ambiental, os recursos energéticos, as questões do emprego e da formação ou a promoção das actividades económicas, sociais e culturais para um ostracismo parcial ou total. Esta falta de atenção (progressivamente menor) vem motivada por os entes locais e as instituições económicas e sociais pertencentes a estes âmbitos espaciais não contarem normalmente com competências significativas nestas matérias, o que tem implicações em termos de disponibilidade de verbas para a concretização dos projectos.

As tendências políticas e ideológicas na Europa apontam para que, nos próximos anos, assistamos a uma revisão dos modelos de atribuições e competências no contexto da U.E. (União Europeia) em matérias tão importantes como a política económica e social, no sentido de que algumas das competências até agora exclusivas das Administrações Centrais sejam total ou parcialmente transferidas para Administrações Periféricas. Simultaneamente, a dificuldade dos

Concelhos de assumirem e manterem atribuições que requerem escalas de intervenção supra-municipais reforça a necessidade da assunção de competências por parte de âmbitos administrativos ou pseudo-administrativos intermédios. Estas possibilidades devem ser um acicate suficientemente motivador para gerar um extenso debate político e social sobre o enquadramento das instituições e processos de desenvolvimento regional no sistema político-administrativo estadual em Portugal. Evidentemente, nesse debate a componente política referida não deve ser esquecida porque a sua relevância na planificação *per si* é extensiva ao processo de desenvolvimento regional como um todo. Os conflitos de objectivos, os interesses descontraídos, a divergência de enfoques e a dissonância entre propostas de intervenção dão origem a algumas das expressões mais negativas da inevitável componente política. O impacte desses aspectos negativos sobre o processo de planeamento justifica a necessidade de uma reflexão sobre o papel da componente política e sobre a sua convivência com a componente técnica. Isto porque a dita componente política erige-se como a condicionante intangível mais relevante da planificação do desenvolvimento regional e, consequentemente, da própria estratégia de desenvolvimento regional.

Os elementos esboçados até ao momento irão ser abordados de forma mais extensa e sistemática nas secções imediatas, ficando definitivamente organizadas como se indica de seguida. Na secção dois explica-se a importância que as estratégias de desenvolvimento de base territorial podem vir a ter num horizonte temporal não muito longínquo, no contexto da U.E., adiantam-se as possibilidades de alteração do modelo de partilha de competências entre as diferentes Administrações e sublinham-se, tacitamente, as oportunidades que as instituições promotoras do desenvolvimento regional podem vir a explorar no contexto da captação de novas competências, delegadas pela Administração Central, fundamentalmente. No ponto três trata-se os problemas que dificultam a consolidação das estratégias de desenvolvimento regional em Portugal: a inexistência de um quadro legal e institucional definido, o escasso reconhecimento

por parte das Administrações (especialmente da Central) e os limitados resultados concretos obtidos pelos projectos desenvolvidos até agora, resultado, em parte, da divergência entre os âmbitos técnico e político nos processos de planeamento. A junção das ideias avançadas nos pontos dois e três evidencia a necessidade de reformular o posicionamento das instituições e processos de desenvolvimento regional, sendo obrigatório, para tal, ultrapassar os condicionamentos que atingem este tipo de estratégias. Na secção quatro analisam-se as limitações associadas à existência da componente política nos processos de planeamento regional e à frequente confrontação entre essa componente e a componente técnica. Finalmente, as conclusões mais relevantes enunciam-se no último ponto.

2. O reforço do papel dos agentes institucionais territoriais na política económica da Europa

A partir de meados da década de setenta assistiu-se à incapacidade do modelo Keynesiano dominante de resolver o problema generalizado de *estagflação* (existência de um reduzido nível de actividade económica associada a um incremento generalizado dos preços) nos países industrializados, explicado fundamentalmente, pela fraqueza da procura agregada e pela inflação de custos vinculada aos produtos energéticos e intermédios. Nestas circunstâncias, as políticas Keynesianas foram sendo progressivamente substituídas por propostas Neoclássicas, destinadas a controlar os preços (moderação salarial, desregulação dos mercados, fomento da concorrência...) e a obter estabilidade monetária (contenção da despesa pública, controlo do défice público, redução da oferta monetária...). Paralelamente, a maioria dos Governos interiorizou a necessidade de enfrentar a luta contra os desequilíbrios macro-económicos com uma perspectiva de médio prazo, tentando, sempre que possível, isolar as soluções e evitar a abordagem simultânea de problemas macro-económicos complexos (AROCENA, 1995). Isto é, as dificuldades operativas em combater dentro do mesmo horizonte temporal os dois maiores problemas, desemprego e

inflação, deu origem a uma estratégia que consistiu em estabelecer calendários alternativos para a solução desses desequilíbrios. O decorrer do tempo evidenciou que o estabelecimento de prioridades na luta contra a falta de emprego e o incremento dos preços não foi a estratégia mais adequada. Adicionalmente, tornou-se explícito que, apesar do crescimento económico ser uma condição necessária para reduzir as elevadas taxas de desemprego, não era uma condição suficiente para gerar emprego duradouro. Esta insuficiência deveria, deste modo, ser colmatada por políticas complementares que contribuíssem directamente para a geração de emprego. No contexto da UE, apelos significativos à implementação deste tipo de políticas foram realizados a partir de finais da década de oitenta, mais especificamente, a partir da difusão do denominado Relatório Delors (1989).

O processo de convergência económica e monetária desenvolvido durante a década seguinte, que culminou com a posta em circulação do Euro no início de 2002, caracterizou-se pela implementação de políticas económicas de estabilização. Segundo se depreende do texto da *Agenda 2000* (1999), as políticas macro-económicas para os países da zona Euro continuaram mantendo como objectivo central a estabilidade das macro-magnitudes a fim de gerar crescimento económico saudável, isento de tensões nos preços. Relativamente ao emprego, parece existir uma tendência orientada para dar protagonismo a ideias baseadas em conceitos micro-económicos, como as políticas activas de emprego, as novas bacias de emprego e a economia social. É precisamente neste contexto que as estratégias de desenvolvimento regional, até ao momento limitadas no seu alcance e objectivos, parece poderem vir a assumir funções da política económica, no quadro de uma descentralização parcial da política de emprego (p.e., políticas activas de emprego) e da política industrial (p.e., promoção do empreendedorismo) (PÉREZ RAMÍREZ; CARRILLO BENITO, 2000).

As tendências em termos de assunção de competências políticas nos próximos anos parece anteverem uma divisão de funções entre os diferentes âmbitos territoriais. Assim, a Administração Central irá preser-

var as responsabilidades macroeconómicas básicas, enquanto que as Administrações Periféricas e outras instituições de âmbito territorial local/regional poderão vir a assumir algumas das políticas microeconómicas até agora pertencentes ao domínio de intervenção da Administração Central. É precisamente por este motivo que as instituições e processos ligados ao desenvolvimento regional poderão vir progressivamente a chamar a si um rol relevante de atribuições. Por tal razão, a utilização de processos e instrumentos de desenvolvimento de forma não sistemática e pouco estruturada, assente em lógicas metodológicas ineficientes do tipo prova/erro, deve ser substituída por actuações consistentemente articuladas dentro de um quadro estratégico intencionalmente decidido. No mesmo sentido, o planeamento do desenvolvimento deve redireccionar-se para a resolução dos seus problemas mais imediatos, nomeadamente os que se prendem com a eficácia, entre os quais se destaca a frequente divergência latente entre a dimensão política e a dimensão técnica do processo.

3. Limitações do processo de afirmação institucional do Desenvolvimento Local/Regional

A consolidação das estratégias de desenvolvimento regional passa necessariamente pelo reconhecimento das suas potencialidades e vantagens, mas inevitavelmente, também, pela consciencialização relativamente às suas dificuldades e inconvenientes. O processo de afirmação institucional desta forma de promoção do desenvolvimento sócio-económico defronta-se com uma série de condicionantes de diferente calibre, ainda que, em geral, profundamente limitativos da sua capacidade de intervenção. Entre os mais salientáveis, merecem especial destaque os seguintes: a falta de um quadro legal e institucional definido; a escassa aceitação e adesão por parte das Administrações (especialmente da Central); e os escassos resultados gerados pelos projectos lançados, baseados em processos de planificação estratégica ao nível regional.

A definição de um contexto regulamentar das actividades em âmbitos supra-

municipais torna-se uma tarefa iniludível. A inexistência de um quadro legal que dote de personalidade jurídica as instituições e que legitime processos vinculados ao desenvolvimento regional é uma lacuna com consequências determinantes. A indefinição relativamente às competências, atribuições, direitos, responsabilidades e deveres destes âmbitos de intervenção intermédios é um elemento gerador de instabilidade e insegurança estratégica nas comunidades e instituições ligadas a territórios concretos. Em Portugal, projectos como o IQADE, de estímulo e apoio à criação e consolidação de estruturas de desenvolvimento de base local/regional, são necessários mas insuficientes. A aposta em projectos mais ambiciosos é um dos desafios para os próximos anos. O objectivo último da reivindicação de competências para âmbitos superiores ao município deve ter um carácter duplo: jurídico-económico e financeiro. O primeiro deles associa-se ao reconhecimento jurídico expresso de um maior protagonismo para estes âmbitos de decisão intermédios, no relativo à promoção e aproveitamento dos recursos endógenos, à dinamização e diversificação das actividades económicas, à prestação de serviços sociais e ao cuidado com o meio ambiente. A reivindicação de competências, justificada por razões de natureza financeira, está estreitamente associada à disponibilidade orçamental suficiente para que a assunção de novas atribuições não fracasse por falta de recursos financeiros.

A espúria sensibilidade política e institucional relativa ao papel que desempenham as instituições direccionadas para a génese e acompanhamento de estratégias de desenvolvimento regional, constitui um segundo condicionante de importância para o processo de consolidação deste tipo de estratégias de desenvolvimento. Estes obstáculos institucionais poderão vir a ser ultrapassados quando, de um lado, desapareça a sensação generalizada de precaridade que a maioria dos responsáveis políticos da Administração Central têm do desenvolvimento regional e, doutro, quando os responsáveis políticos e institucionais com intervenção no âmbito regional ultrapassem a concepção conjuntural e oportunista do desenvolvimento regional e assumam o seu papel de agentes

geradores de mudança, guiados por motivações económicas e sociais estruturantes, que contribuam para alimentar a estratégia de desenvolvimento a longo prazo. A aceitação generalizada das estratégias de desenvolvimento regional implica necessariamente a sensibilização dos responsáveis políticos das Administrações, aos seus diversos níveis, para as potencialidades e a transcendência das políticas de base local/regional na articulação territorial, na geração de riqueza, na criação de emprego, na redistribuição do rendimento, na sustentabilidade e, em termos gerais, na promoção do desenvolvimento territorial.

O terceiro condicionante relaciona-se com a escassez de resultados globais das políticas propostas no quadro dos processos de planificação estratégica de nível regional. Nalguns casos, a falta de concretização deve-se à não atribuição de verbas para a execução das intervenções mas, noutras, a difícil harmonização das componentes técnica e política dos processos de planificação gera resultados estéreis ou, inclusivamente, nulos. É possível identificar situações em que planos tecnicamente perfeitos produzem resultados inócuos pela falta de consenso sobre o seu enfoque e/ou sobre as políticas propostas e, contrariamente, outras, em que planos com grandes défices técnicos são o ponto de partida para intervenções globalmente satisfatórias, graças ao consenso subjacente e à implicação do contexto político de decisão no processo de desenho estratégico e definição de medidas e acções de carácter operativo. Isto é, as dificuldades de natureza política inerentes ao processo de planeamento, decorrentes da construção de consensos, da materialização de compromissos e, mais genericamente, da concertação de objectivos, são muitas vezes o “material inflamável” que acaba por “queimar” uma estratégia de desenvolvimento local/regional em fase de consolidação, o que permite inferir a relevância desta componente no sucesso deste tipo de processos. É esta relevância da componente política que justifica o seu tratamento pormenorizado. Entender a relação entre a referida componente política e os restantes aspectos que dão corpo ao processo de planeamento não é uma tarefa isenta de complexidade, dado que a

sua completa compreensão é o resultado de um processo empático que exige a consideração da totalidade dos pontos de vista presentes neste processo social de carácter participativo e iterativo.

4. O processo de planeamento e o necessário entendimento entre os âmbitos técnico e político

Os processos de planeamento consistem na definição de um conjunto de acções tendentes à transformação de um sistema. Essas acções respondem a um conjunto de objectivos previamente estabelecidos, os quais, por sua vez, estão orientados para a obtenção de um objectivo último, denominado fim (BLAKELY, 1989).

Os processos de planeamento, em geral, justificam-se pelo carácter escasso dos recursos e a necessidade resultante de estabelecer prioridades entre objectivos, sistematizar medidas e acções. A calendarização das fases da estratégia de desenvolvimento introduz elementos de suporte ao processo de planificação em questão.

A planificação do desenvolvimento regional é um processo com uma destacada componente social, onde os indivíduos e a comunidade, as instituições e a sociedade, os políticos e os não-políticos têm interesses e necessidades contrapostas, que respondem, consequentemente, a objectivos em conflito.

O fim inerente a todo processo de desenvolvimento regional pode ser expresso como “o incremento da qualidade de vida da população num determinado contexto espacial e temporal”. Este fim tem, sem dúvida, associadas doses significativas de subjectividade, as quais se prestam a uma leitura interpretativa dos conceitos e realidades do desenvolvimento, provocada pelas perspectivas enviesadas que tacitamente os agentes económicos e sociais assumem, dependendo das suas preocupações e objectivos individuais. O comportamento racional que em Economia se pressupõe nos agentes económicos, motivador de escolhas preferentes segundo uma perspectiva maximizadora da utilidade, adquire no processo de planeamento do desenvolvimento uma dimensão superlativa.

O referido conflito de objectivos e o

impacte globalizado das consequências do planeamento justificam plenamente a participação activa dos representantes dos agentes institucionais económicos, sociais e políticos no processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional, com a finalidade de conseguir elevados níveis de consenso, através da negociação e do diálogo institucional.

A divergência de objectivos entre os agentes institucionais pertencentes ao âmbito político é uma situação expectável *a priori* devido à diferente natureza e propósito de cada um deles. Esta variedade de aproximações ao fenómeno do desenvolvimento representa um desafio para os técnicos responsáveis por aplanar o caminho do entendimento entre todos eles, evitando qualquer contradição com os fundamentos técnicos e conceptuais subjacentes ao processo de planeamento. Isto é, em certa medida e de uma forma tácita, o técnico actua como juiz entre os elementos do âmbito político utilizando a “lei” da teoria e a prática do planeamento. Contudo, o seu papel de juiz não lhe impede de assumir um papel de parte no processo, o qual é uma fonte potencial de conflitos entre o âmbito técnico e o âmbito político.

As limitações derivadas da falta de entendimento entre os dois âmbitos são múltiplas. Muitas delas resultam em situações profundamente ineficientes, onde o esforço de planificação se torna papel molhado. Nestas situações extremamente frustrantes, os políticos submetem a um esquecimento absoluto aqueles planos de desenvolvimento que, independentemente do seu rigor técnico, não vão ao encontro dos seus interesses e compromissos políticos.

Como resultado, o processo de planeamento do desenvolvimento pode ser interpretado, do ponto de vista da *praxis* generalizada, como a justaposição de dois processos paralelos, um técnico e um político que, na maior parte das ocasiões, respondem a *timings* diferentes e a objectivos e propostas de intervenção nem sempre coincidentes. Provavelmente, esta realidade divorciada em termos processuais não seria um entrave tão significativo como de facto se manifesta, se nos pontos de contacto entre os dois percursos planificadores fossem conseguidos

compromissos cabais entre a suposta objectividade atribuída ao âmbito técnico e a subjectividade inevitável imposta pelo calendário e a própria prática política.

Uma interpretação simplista, e por isso certamente errada, desta disjuntiva processual assume dogmaticamente que a dicotomia técnico-político é um reflexo da contraposição entre os conceitos de objectividade e subjectividade. Isto é, a complexidade de um processo social, como é o de planeamento, desqualifica qualquer interpretação simples da realidade que assente em dicotomias exacerbadas. Por este motivo, parece que a solução para o problema da duplicidade de processos, interesses e objectivos e intervenções finalistas deve surgir a partir de uma filosofia de entendimento centrada em posicionamentos que rejeitem a existência de verdades absolutas e estereótipos sobre a intencionalidade e os valores dominantes em técnicos e políticos.

Assumir que o trabalho dos técnicos é absolutamente objectivo é uma falácia. Em termos gerais, é possível sustentar a hipótese que os técnicos, na sua imagem finalista sobre o modelo de planeamento, se projectam como os agentes que, graças à sua experiência e, sobretudo, aos seus conhecimentos teóricos, podem planear uma promoção do desenvolvimento baseada em verdades contrastadas. É, supostamente, este conjunto de verdades teóricas e experimentais que permite ao técnico assumir o rol de único agente planificador com valores objectivos contrastáveis. Pese embora esta lógica semântica sobre a objectividade do técnico gozar de aceitação geral entre os cientistas sociais preocupados como planeamento do desenvolvimento, parece também acertado pensar que o técnico de planeamento tem, simultaneamente, objectivos individuais que acabam por afectar a sua intocável objectividade. Essa objectividade vê-se muitas vezes minada pela dependência económica presente, mas sobretudo futura, e especialmente, nalguns casos, pela existência de interesses político-institucionais, derivados da filiação do técnico, ou político-partidários, sejam eles individuais ou colectivos. Adicionalmente, pode-se argumentar que os elementos indutores da subjectividade são, em certas ocasiões, introduzidos pelas

próprias preferências técnicas, cimentadas na formação da base, nos conhecimentos teóricos, na experiência acumulada ou na identificação com certo tipo de políticas ou intervenções. Este tipo de pseudo-objectividade técnica pode ser exemplificado pelo erro de aproximação, frequentemente detectado, consistente numa velada reiteração dos critérios e orientação de planeamento, independentemente da situação delineada pelo diagnóstico.

Do mesmo modo que etiquetar o trabalho dos técnicos como totalmente objectivo é erróneo, considerar que a posição dos políticos se esgota em interpretações interessadas e, conseqüentemente, subjectivas, demonstra uma absoluta falta de entendimento do problema. Sendo embora certo que a imagem social das instituições com componentes políticas dominantes, ou profundamente marcadas por elas, deixe transparecer uma desconfiança generalizada perante o oportunismo e a promoção pública que serve os interesses de alguns, uma leitura mais pormenorizada desta rede institucional permite evidenciar que existem atitudes construtivas no que diz respeito à contribuição para o processo de planeamento.

Os políticos, tal como se demonstra na teoria sobre o assunto, maximizam uma função das suas possibilidades de reeleição, centrando-se no imediato e desvalorizando muitas vezes o médio e o longo prazo, horizontes temporais subjacentes aos processos de planificação do desenvolvimento. Contudo, a falta de sensibilidade política para os prazos temporais alargados não é um facto generalizável a todos os agentes representantes de instituições com componentes políticas vincadas. Neste sentido, a tarefa dos técnicos destas instituições assume uma significação importantíssima, dado que o facto de constituírem um elemento estrutural, permanente, das instituições lhes permite ter, até certo ponto, uma perspectiva mais abrangente em termos de prazos e menos interessada em termos de projecção pessoal. São estes técnicos e, obviamente também, ainda que em menor medida, outros agentes com um perfil político mais definido, os contribuintes activos de elementos objectiváveis nos processos de planeamento do desenvolvimento que o âmbito técnico tem o dever

de aproveitar para que o resultado final se torne mais rico e consensual.

Destas interpretações sobre os valores dominantes nos âmbitos técnico e político depreende-se que se requer uma aproximação diferente aos processos de planeamento que integre de forma mais efectiva os objectivos, perspectivas e propostas das duas vertentes em questão. Para tal, os técnicos devem abandonar a sua magnificência e pureza processual, onde a análise rigorosa, a definição académica da estratégia e dos objectivos, a presunção da inequívoca aplicação das intervenções e a interpretação rígida dos *timings* na passagem de uma a outra fase devem ser relativamente relaxadas, por forma a acomodar os pontos de vista próprios da componente política. Simultaneamente, o âmbito político deve minimizar o poder de veto que muitos dos seus agentes possuem (os representantes políticos), como consequência do direito que lhe outorga a legitimidade democrática da sua escolha. A marginalização do recurso ao veto para "abafar" o trabalho dos técnicos permitiria uma redução da desconfiança, frequentemente patente, entre os dois âmbitos em questão.

O abandono das posições extremas por parte das duas frentes de actores do processo de planeamento do desenvolvimento regional deve permitir métodos mais eficientes e, sem dúvida, mais eficazes. Para tal, a iteração assume-se como indispensável. O diálogo próximo entre técnicos e políticos ao longo de todas as fases incrementa a confiança, reduz a falta de enfoque e contribui para a obtenção de resultados mais consensuais. Neste sentido, os técnicos não podem entender o processo de planeamento como um encargo centrado no trabalho de escritório, individual ou conjunto, com os técnicos das instituições pertencentes ao âmbito político. O seu contacto com estes agentes não se pode reduzir a uma reunião inicial de recolha de informações e determinação de intenções e a uma outra final de apresentação de resultados e exposição de comentários. O âmbito político deve intervir durante todo o processo, comentando, sugerindo, modificando, em definitivo, participando, ainda que, evidentemente, o bom senso deva impor limites a uma participação desproporcionada que desvirtue a natureza do próprio

planeamento. Trata-se de fomentar uma retroalimentação permanente onde a participação seja uma actividade quotidiana, evitando assim o seu relegar para a uma actividade de salão de limitada eficácia. O sucesso do processo de planeamento necessita de concessões por parte dos âmbitos técnico e político. O técnico deve relaxar os seus fundamentos e incorporar elementos dotados da subjectividade inerente ao âmbito político, os quais contribuirão, certamente, para o enriquecimento e aceitação do planeamento. Por seu lado, o político deve conceder liberdade de actuação ao técnico, ao mesmo tempo que minora a sua ânsia desproporcionada de participação e controle dos resultados.

A situação generalizada de concessões mínimas que dificulta o compromisso e, portanto, menospreza a eficácia, pode derivar do enviesamento característico de cada um dos âmbitos repetidamente referidos. O técnico, por um lado, tende a concentrar o seu trabalho na recolha, sistematização e interpretação de informação, procedente, maioritariamente, de fontes secundárias, por considerar as fontes primárias de carácter opinativo como desinformação ou informação confusa e, portanto, de difícil assimilação e verificação. O político, por outro, tende a interpretar a participação como uma actividade desregrada e inconsequente. Tem dificuldade em entender que a opinião individual, ainda que seja rejeitada, contribua para a formação da opinião colectiva, tão relevante para a geração de consensos.

Provavelmente, estes dois enviesamentos são, ambos, manifestações do défice de flexibilidade e da falta de cultura de cooperação ainda vigente no sistema de valores sociais. Na teoria do desenvolvimento de base territorial, as questões relativas ao sistema de valores estão directamente relacionadas com o conceito de *orgware*¹ do desenvolvimento. Este, é constituído tanto pelas diferentes formas organizacionais das instituições promotoras e participantes no processo de desenvolvimento, como pelas formas de relacionamento preponderantes. Estas últimas diferem de uns contextos espaciais para outros dependendo do sistema de valores dominante. Desta forma, aqueles

territórios onde imperem sistemas nos quais primem a abertura mental frente ao preconceito, a flexibilidade face à rigidez, a cooperação frente à concorrência e a participação face ao dirigismo engendram *orgware's* que facilitam os processos de planeamento e, simultaneamente, permitem uma melhor engrenagem da maquinaria do desenvolvimento regional.

5. Conclusão

Os processos de reestruturação produtiva e a reformulação da distribuição de atribuições no seio dos estados da U.E. podem vir a reforçar o papel das Administrações de âmbito regional e supra-municipal na definição e dinamização das estratégias de desenvolvimento regional. O progressivo esvaziamento de competências da Administração Estadual Central provocado por forças centralizadoras (Comissão Europeia) e descentralizadoras (Administrações Periféricas do Estado), deve ser uma fonte de oportunidades para as instituições e processos de desenvolvimento regional. As forças descentralizadoras, resultado da aplicação do princípio da subsidiaridade, deverão impelir a transferência de determinadas competências da Administração Central para instituições promotoras do desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, a dificuldade manifesta dos municípios de desenvolver certo tipo de políticas, devido às limitações associadas à escala, deverá permitir a assunção de competências por parte de âmbitos competenciais intermédios (supra-municipais/regionais).

Contudo, as instituições parece não estarem convenientemente preparadas para assumir as responsabilidades que as tendências actuais potencialmente lhes atribuem, e as metodologias postas em uso igualmente se sugerem pouco ajustadas à superação dos desafios em perspectiva. As limitações com que se defrontam são de diversa índole, algumas com uma solução exógena ao contexto territorial de intervenção, mas outras dependentes da superação de deficiências e da resolução de problemas no próprio meio.

Um dos entraves internos relaciona-se com as dificuldades inerentes ao processo de planeamento, derivadas da existência de

uma componente política que convive com a componente técnica que, em última instância, é a responsável pelo resultado final. Esta componente política não é, no nosso entender, exclusiva das instituições político-administrativas propriamente ditas, senão que é extensível a outras instituições e organizações por força do seus objectivos e interesses na sociedade.

O manejo da componente política e o seu aproveitamento como fonte de informação e opinião, por parte dos técnicos, é um dos segredos para o sucesso do planeamento. A sua desconsideração é o bilhete de ida para o ostracismo e a ineficácia. Apesar da divergência de objectivos, o entendimento entre técnicos e políticos é uma condição *sine qua non* para a elaboração, implementação e controle de planos de desenvolvimento regional consensuais. A concessão nos pontos de vista, a flexibilidade e a participação antecipam-se como elementos a não descurar num processo social tão complexo como o do planeamento do desenvolvimento.

Nota:

¹ Conceito introduzido por Vázquez Barquero (1993) no denominado modelo do pentágono do desenvolvimento local, cujos cinco vértices ou componentes são os seguintes: hardware, software, orgware, ecoware and finware.

Referencias

AROCENA, J. *El Desarrollo Local: un desafío contemporáneo*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995.

BLAKELY, E. J. *Planning Local Economic Development: theory and practice*. Londres: Sage, 1989.

GAROFOLI, G. *Endogenous Development and Southern Europe*. Aldershot: Avebury, 1992.

HAKANSSON, H.; JOHANSON, J. The network as a governance structure: Inter-firm cooperation beyond markets and hierarchies. In: GRABHER, G. *The Embedded Firm: on the Socio-economics of Industrial Networks*. Londres: Routledge, 1993.

LUNDEVALL, B. A. Explaining inter-firm cooperation and innovation. In: GRABHER, G. *The Embedded Firm: on the socio-economics of Industrial Networks*. Londres: Routledge, 1993.

PÉREZ RAMÍREZ, B.; CARRILLO BENITO, E. *Desarrollo Local: manual de uso*. Madrid: Esic Editorial-FAMP, 2000.

STÖHR, W. B.; TAYLOR, D. R. F. *Development from Above or Below?* Chichester: Wiley and Sons, 1981.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Política Económica Local*. Madrid: Ediciones Pirámide, 1993.

Interculturalidad latinoamericana: los escenarios de la comunicación y de la ciudadanía

Latin american interculturality: communication and citizenship settings

Interculturalidade latino-americana: os cenários da comunicação e da cidadania

José Luis Grosso

Universidad del Valle, Cali, Colombia

contato: jlgrosso@usb.edu.co/dacir@telesat.com.co

Resumen: Este artículo plantea, desde la interculturalidad conflictiva y asimétrica que nos constituye en América Latina, el papel que han jugado (y juegan) las tecnologías de la comunicación, tanto en la construcción de la ciudadanía y la generalización de lo político, como en el enmascaramiento, borramiento e hiperrealización de las diferencias. La propuesta es establecer el marco para un programa de investigación que, a través de estudios de caso referidos a los diversos países y/o regiones de América Latina y el Caribe, y de su comparación, permita recrear la tesis aquí enunciada, tanto en su lectura histórica como en su anticipación prospectiva.

Palabras claves: Interculturalidad; Comunicación; Ciudadanía.

Abstract: Based on conflicting interculturality and asymmetry which characterise the Peoples of Latin America, this study seeks to define the role which communication technologies exercised (and exercise), both in the construction of citizenship and in the general political dimension, as well as in the masking, the extinguishing and over emphasizing of the differences. The article proposes the establishing of the initial mark for a research programme which, with comparative studies of relative cases in diverse countries and/or regions of Latin America and the Caribbean, permitting the recreation of the thesis announced here, both within a historical reading as well as in prospective anticipation.

Key words: Interculturality; Communication; Citizenship.

Resumo: Com base na interculturalidade conflitiva e assimétrica que caracteriza os povos da América Latina, este estudo busca definir o papel que exerceram (e exercem) as tecnologias de comunicação, tanto na construção da cidadania e na generalização da dimensão política, quanto no mascaramento, no apagamento e na supra-realização das diferenças. Propõe-se estabelecer o marco inicial para um programa de pesquisas que, por meio de estudos comparados de casos relativos aos diversos países e/ou regiões da América Latina e do Caribe, permita recriar a tese aqui anunciada, tanto em sua leitura histórica quanto em sua antecipação prospectiva.

Palavras-chave: Interculturalidade; Comunicação; Cidadania.

Tramas, traumas y tramoyas de la comunicación social en América Latina

Las hegemonías nacionales en América Latina, con matices y destiemplos según las regiones, realizaron dos movimientos ideológico-tecnológicos¹, a través de los cuales establecieron (1) un plano homogéneo de ciudadanía, y, (2) dentro de él, reconvirtieron toda la densidad de las identidades locales en matices imperfectos del modelo primario. La Nación naciente estaba dispuesta a reconocer las singularidades locales o regionales internas, pero siempre y cuando estos particularismos no se volvieran "diferencias". Una clonación primaria precedió el reconocimiento de la diversidad en la sociedad disciplinaria nacional (FOUCAULT, 1984). Fabricación de un "individuo" nacional, homogéneo con los otros, para borrar las diferencias étnicas de la sociedad colonial, todos aquellos trazos que nunca habían sido deseables para los sectores dominantes y que ahora eran vueltos invisibles.

Las élites ilustradas se propusieron eliminar las desigualdades borrando las diferencias (BARTOLOMÉ, 1996). Marcando la ruptura con el período colonial y yendo por detrás de los países "avanzados", se propu-

sieron construir "un futuro sin memoria" (CALDERÓN, HOPENHAYN y OTTONE, 1996). En cuanto eran ideólogos ilustrados y políticos autoritarios (SEGATO, 1991)², para ellos, superar las desigualdades significó barrer con las diferencias. Y sin embargo, mientras las diferencias eran sepultadas, las desigualdades se reeditaban. Luego, sobre esta uniformidad refundacional, se reconocieron diversidades regionales (no diferencias), sometidas al control disciplinario de las multiplicidades.

Una tecnología de encubrimiento nacional preside una vertebración morfológica radical en términos de "individuo" y de "ciudadano". Las nuevas diversidades perciben su historia sólo en los términos de la "nación" imaginada (ANDERSON, 1994): son identidades regionales de la Nación reciente. Tecnología primaria "genética" en orden a la multiplicación plana del modelo único de ciudadanía; tecnología secundaria disciplinaria como agenciamiento hegemónico de las nuevas multiplicidades, vigilando que la diversidad no se vuelva mapa crítico de las diferencias. La cuestión nacional es la cuestión colonial agudizada: la diferencia combatida³.

Hay oscuros antecedentes de esa sociedad disciplinaria moderna en las políticas

coloniales americanas desde finales del siglo XVI. En las colonias españolas de América del Sur señalaron algunas marcas: las reformas toledanas en la década de 1570 en el Virreinato del Perú, apoyadas en los diseños urbanísticos de Benjamín de Matienzo, asesor del Virrey Francisco de Toledo, que rediseñaron los espacios, juntando y trasladando poblaciones, para crear los "Pueblos de Indios", centros de tributación, catequesis y pacificación; la organización del tiempo diario y la clasificación etaria y étnica de mano de obra en los obreros textiles y en las minas; las "reducciones" jesuíticas; la coreografía oficial de las fiestas religiosas (RAMA, 1984), con su distribución y clasificación semiótica de espacios, símbolos, vestimentas, ornatos, proxemias y desplazamientos procesionales; los Censos y Padrones, y los Libros Parroquiales de Bautismos, Casamientos, Confesiones y Defunciones: performatividad escrituraria conjuratoria del "desorden" introducido por los mestizajes; las clasificaciones étnicas exacerbadas durante el siglo XVIII, que perseguían (e inventaban) la determinación de la "pureza de sangre", y que llegan a establecer más de treinta categorías de mestizos (ROSENBLAT, 1954). Pero la novedad nacional reside en la *tabula rasa* genética, el gesto desdiferenciador que borra las jerarquías y las clasificaciones para refundar otras sobre el desconocimiento de la socialidad anterior, violencia simbólica (Pierre Bourdieu) que nos resulta constitutiva: desconocimiento necesario para reconocerse en la ciudadanía nacional, distorsión perceptiva, pliegue cultural que habitamos cotidianamente. La construcción de la ciudadanía nacional se inscribe en una larga historia de disciplinamiento oficial naturalizado y de una interculturalidad⁴ percibida entre la domesticación y la amenaza.

En las Guerras de Independencia contra el ejército español, las tropas habían estado mayoritariamente constituidas por mestizos migrantes de todo tipo, negros "liberados" e indígenas ex-tributarios. La Independencia había generado una gran movilización social y desplazamientos masivos⁵. La expectativa de un nuevo orden político generó un clima general de eferescencia, en el que se trataba de aprovechar al máximo los beneficios de la ocasión y de

ascender en las posiciones sociales (HALPERÍN DONGHI, 1988). Pero esa conmoción fue sometida a control por las aristocracias criollas, los generales y los ilustrados, que conformaron grupos en pugna, sectores dominantes de la nueva estructura de poder. Las luchas internas reorientaron las expectativas de transformación social y reconocimiento: las masas alzadas fueron enfrentadas (y diezmadas) entre sí. Lo que Antonio Gramsci llamaría una "revolución pasiva" (CHATERJEE, 1993): las mayorías movilizadas logran ser reducidas a una versión inferior del conflicto por la nueva hegemonía.

Los "indios" ya largamente sometidos e integrados a la producción colonial, dispersos en las campañas y periferias urbanas, o aislados en las montañas y selvas, después de la Independencia debieron alterar su auto-representación identitaria en naciones en las que no se podía seguir siendo "indio", so pena de ser excluido de la ciudadanía. El indio, "bárbaro e infiel", era ahora el enemigo extremo de la civilidad, la razón y el progreso, nueva "episteme" de la nacionalidad (FOUCAULT, 1996, 1997; NANDY, 1983). Masacres, encarcelamientos, mercado de mano de obra servil, pérdida de tierras comunitarias, seducciones, bloqueos y mimetismos fundaron un "espacio de muerte" (TAUSSIG, 1991; ANDERSON, 1994), que reconvirtió a los "indios" de la Colonia en "ciudadanos" de la Nación (y, en algunos casos, a los "indios" prehispánicos, museo mítico de la "independencia").

La formación hegemónica⁶ no se consume ni tiene su mayor eficacia en el proyecto explícito: se ramifica y disemina en los recodos de lo cotidiano. Su fuerza consiste en su invisibilidad: hunde las relaciones de poder mucho más allá de la coacción; viste los cuerpos con la misma "naturalidad" que la ropa, impregna las voces a un nivel tan constitutivo como el acento y los enunciados ordinarios, se muestra y se oculta a la vez en el sentimiento con que se recubre los símbolos de la iconosfera nacional (bandera, himno, dramatizaciones patrias, monumentos y narrativas míticas de los próceres, nacionalización de los Santos, etc.)

Lo "indio", lo "negro" y las categorías mestizas excluidos fueron invisibilizados,

sepultados, bajo el modelo de ciudadanía. Pasaron a constituir la subterránea "diferencia", el suelo movedizo bajo los cimientos, sin lugar en los discursos y las prácticas oficiales, pero muy próximos de los cuerpos y las voces de grandes sectores sociales. La interculturalidad latinoamericana asoma sus protuberancias y reacentuaciones (BAJTIN, 1990; ZAVALA, 1996), más allá de los iconos oficiales y la estereotipia, a través del análisis de las prácticas sociales, de sus "mediaciones" (MARTÍN-BARBERO, 1998)⁷.

Los ideólogos de la organización nacional⁸ pusieron en práctica varias tecnologías políticas para transformar la "pasta" de la población (ALBERDI, 1984): "pasta" india, negra, y de sus mestizos. En general, en las diversas regiones latinoamericanas, esos conjuntos tecnológicos primarios han sido: el sistema educativo, las políticas de higiene y salud públicas, las nuevas formas de lo urbano⁹, las redes viales y de comunicación social, el aparato jurídico. Gestos, actitudes, sentimientos, discursos, formas de saludo y de vestido, relaciones laborales y rituales de la cotidianidad, la producción, la vida doméstica y el esparcimiento vecinal fueron la materia plástica de la nación "moderna" (ELIAS, 1993), conforman aquella "pasta" sobre la que se realizó la operación política de nacionalización de las socialidades.

De este modo, la profundidad histórica de las sociedades locales, que amenazaban con volver sus folklóricos matices del modelo nacional, diferenciales irreductibles, fue leída en clave de la nueva fundación, y las historias regionales se redujeron a cajas chinas de la Historia Nacional. Esta operación de reducción incluyente¹⁰ fue reforzada por la historiografía del siglo XIX y de comienzos del XX, estructuradora de la opinión pública y del marco ideológico de los sistemas educativos (GONZÁLEZ STEPHAN, 1995, 1996; HARWICH, 1994). La pertenencia nacional significó tomar un nuevo punto de partida para narrar y leer la historia total. La Nación fue percibida como un mundo único en formación.

El paso del siglo XVIII al siglo XIX había significado un cambio ideológico y administrativo en la relación del Monarca con sus súbditos. De la "sociedad barroca" (ROMERO, 1978), basada en un pacto entre

el Rey y cada uno de los estamentos sociales y corporaciones, en el que las "castas" y los gremios, fuertemente jerarquizados, eran reconocidos, y, en los pliegues sociales, desarrollaban formas de vida propias, se pasó a una "sociedad moderna", en la que la ideología absolutista predicaba una única relación binaria Monarca - individuos, en la que toda la sociedad era puesta a la luz de una nueva Razón (ELIAS, 1993). El primer período de las independencias se desarrolló en ese clima de discusiones, en el que las alternativas de la organización política americana, en la percepción y la ideología de las élites criollas, se movía entre (1) el constitucionalismo histórico, que defendía la permanencia de aquel "pacto barroco", (2) el absolutismo, que sostenía una forma de vinculación única y centralizada entre el Monarca y los individuos, y (3) el pensamiento revolucionario republicano, que proponía la creación de una sociedad basada en las libertades individuales, suprimiendo o relativizando al Rey en un pacto Estado democrático - individuos (GUERRA, 1993). Finalmente (en la ideología, no siempre en las prácticas) triunfó esta última posición, y fue progresivamente disuelto, en medio de ambigüedades o con gestos abruptos, el espectro social de la estructura "barroca" de poder.

El sistema republicano hizo descansar el ejercicio del gobierno en la representación política, restringiendo, pero con legitimidad, la movilización democrática (GUERRA, 1993). Las diputacías, las elecciones indirectas del ejecutivo, luego los partidos políticos, fueron canales de control de las masas movilizadas, en ocasiones en medio de un intenso nerviosismo general. Dentro de las negociaciones clientelísticas, las adhesiones a figuras carismáticas y las seducciones conseguidas por el discurso político, permanecía latente un quiebre, un desajuste y un desborde de las relaciones de representación en la política latinoamericana. La representación política en las nuevas naciones se implanta sobre un ocultamiento, un desconocimiento cultural. Pero, cuando esta representación entra en ebullición, conectando con profundas identificaciones o animando altas expectativas, moviliza esas capas tectónicas; la situación social amenaza entonces con explotar, se vuelve peligrosa,

se pone fuera de control y se hace necesario contenerla para los sectores dominantes de las democracias (BOLLÈME, 1990).

Es decir, no todo ha sido negación, ocultamiento y borramiento de las diferencias. La historia contada desde la derecha o desde la izquierda impone, en el proceso de Modernidad, la desaparición de las diferencias (una interculturalidad domesticada); pero la historia social no contada repta y bulle en una "modernidad social" que ha ido haciendo una digestión densa de la propuesta de democratización de la política en una polifonía de reacentuaciones (Bajtín) interculturales.

Hoy, la complejidad y densidad comunicacional latinoamericana como trasfondo del consumo expresa esta primaria dimensión cultural de la política, luchas simbólicas interculturales (Bourdieu) entre la negación y la emergencia de las diferencias, que tal vez puedan ser el magma, no mera y puntualmente reactivo, de un nuevo orden popular y democrático en América Latina, que no proceda sólo de la prudente disuasión ante la fatal catástrofe generada por el consenso en torno al proyecto global neoliberal, hegemonizado por los sectores dominantes del mercado (y sus cómplices de Estado). Hoy, los nuevos movimientos sociales animan una (re)generalización de la política (LACLAU, 1991, 1997), más allá de los partidos, de las campañas electorales y de los periodos de gobierno: las maneras de ser disputando la gestión de lo público incomodan a los ilustrados y a los fabricantes de estereotipos, una carnavalesca popular (Bajtín) en dialéctica con los medios puja por el reconocimiento y la participación en las naciones y en los nuevos escenarios regionales.

La ciudadanía urbana, hegemónica, fue desbordada, en el siglo XX, por las novedades sociales y las tradiciones diferenciales de los migrantes. Con los migrantes, lo urbano explota en la heterogeneidad étnica y en las múltiples historias de procedencia, y se ensancha fuera de control en las periferias. La identidad ciudadana central ha vivido este proceso creciente como "invasión"¹¹.

Nuevas tecnologías de comunicación atraviesan esos espacios urbanos, públicos y

domésticos, la representación social y la intimidad¹². La cultura popular¹³ mediaticizada, atravesando la experiencia del consumo, es una nueva forjadora de mestizajes y en esas prácticas se apropian de las identidades inacabadas, plurales y veloces, "identidades de consumo" (porque, más que productos, se oferta y se consume formas de vida) que circulan en el vértigo audiovisual. Grupos urbanos (lo que algunos llaman "tribus") se identifican con una música, un modo de vestir, un modo de caminar, un estilo de habitar la ciudad. La experiencia massmediática construye identidades a medio abrir, varias y simultáneas, metamórficas, bajo las nuevas formas culturales de la dominación, pero que, en los nuevos territorios de más largos y densos devenires de las culturas populares, son implicadas en los cuerpos y en los cotidianos.

La identidad mediática parece una secuencia de imágenes (un signo dinámico, un segmento semiótico) extraída provisoriamente del flujo y plasmada sobre el cuerpo; el cuerpo es el lugar identitario contemporáneo, es el campo de batalla entre el mercado y la vida cotidiana de la gente, soporte de imágenes, "cuerpo de las imágenes" (VERÓN, 2000), sea en el tatuado, en el color de piel y otros rasgos fenotípicos, en la ropa, en el modelaje, en las disciplinas de la dieta, la cirugía y el gimnasio, en el corte de pelo, en las terapias alternativas y las técnicas preventivas de la salud, en el turismo panorámico y las aventuras extremas, en las maneras de hablar, etc. Bajo la presión del mercado, la alteridad es convertida en consumo: un otro "perfecto", aséptico, inoloro, estilizado, estereotipo sin historia, coloración instantánea del "individuo". Interculturalidad hiperrealizada en el circuito veloz de las digestiones culturales que crean la ilusión de sociedades democráticas "multiculturales".

Como si, en los contextos nacionales, en los que irrumpieran comunicativa y políticamente durante el siglo XX las diferencias conjuradas, la respuesta de la globalización para el siglo XXI fuera controlarlas por medio de los iconos del consumo mediático de un multiculturalismo eufórico, incentivado, exaltado. Sin embargo, hoy tiene lugar un gran trabajo de resignificación práctica¹⁴ en

las mediaciones sociales¹⁵ de la cultura massmediática y del consumo. Este intermedio, el campo popular de las mediaciones, es lo que necesita ser pensado y estudiado.

Las mediaciones interculturales que hacen a nuestra heterogeneidad y densidad latinoamericanas deben ser distinguidas de la diversidad de consumidores reconocida por la producción cultural hegemónica, a través de las segmentaciones del mercado y de la estereotipia de las diferencias: constructos étnicos hiperreales, que algunos científicos sociales (GARCÍA CANCLINI, 1995, 1996, 1999a, 1999b; ORTIZ, 1996; PISCITELLI, 1998) confunden con el volumen que excede a la localización massmediática¹⁶, con el espesor de las prácticas sociales, con la ética de la diferencia y con la modernidad social del diálogo¹⁷. El consumo es una práctica cultural sólo desde las mediaciones sociales, desde los usos y derivas en las, prácticas cotidianas. Es la densidad, la materialidad corporal del cotidiano la que involucra al consumo en el afán de historia de los ciudadanos¹⁸.

La globalización, en cuanto relativización de las fronteras y espacios nacionales, es un fenómeno ambiguo: supone la libre circulación de modelos homogeneizadores-relocalizadores, centrados en las economías y percepciones culturales del Primer Mundo; pero también la reaparición, en el escenario de las nuevas ciudadanía, de identidades diferenciales, la repolitización de las categorías sociales subsumidas, acalladas o suprimidas bajo las hegemonías nacionales, como nueva movilización social, cultural y política de los actores (des)localizados. Los excesos, que la globalización neoliberal ha pretendido redomesticar (sobre todo después de las tan movidas décadas de 1960 y 1970), animan hoy, en la "sociedad mediatizada" (Eliseo Verón), nuevos desplazamientos adicionales, no deseados, y que, a fuerza de reiteración, saturación, reducción al estereotipo y a las narrativas biográficas hollywoodenses, se procura desoír e invisibilizar.

Una modernidad social, inaudita e invisible

El drama social ético-político en que consiste la llamada Modernidad europea y sus derivas en los espacios coloniales puede ser comprendido en tres escenarios, que, aunque se solapan y montan, son distinguibles: el INDIVIDUO AUTÓNOMO, la ALTERIDAD CULTURAL y el DIÁLOGO SOCIAL.

El escenario ético-político del "individuo autónomo" tiene un lugar de enunciación-construcción a nivel epistemológico en el *cogito* cartesiano, en la primera mitad del siglo XVII, como supuesto cognitivo del "yo", "sujeto" de conocimiento; yo individual activo, irradiante, instaurador de los criterios de verdad. Pero alcanza su formulación ética más pura en la Razón Práctica kantiana: "debo determinar mi actuar por mí mismo (autonomía), y no por otros (heteronomía), y puedo hacerlo con total seguridad y eficacia porque soy racional, es decir, porque la Razón universal está en mí y se expresa en el imperativo categórico que rige mi actuar. Mi individualidad (*a priori* epistemológicamente fundado) encuentra en la Razón Práctica su principio (cierto y seguro, claro y distinto) de acción autónoma."

Pero este ideal epistemológico y ético de autonomía individual no es un invento de Descartes o de Kant: es una formalización racional de un impulso social creciente desde finales del Renacimiento y que aflora en los gestos de diferenciación social con los que las élites modernas se alejan de las costumbres del "vulgo", de forma progresiva, por olas socio-culturales, a medida que los sectores burgueses y el vulgo se van apropiando de aquellas maneras, en un proceso dialéctico estratificado de "civilización" y de "modernización" (ELIAS, 1993; BURKE, 1991; BOLLÈME, 1990)¹⁹. Lo cual indica que el "individuo autónomo", más que tener una fundación epistemológica o filosófica, tiene su lugar de producción y de reproducción en la dialéctica social: su emergencia en la filosofía es un momento más de aquella dialéctica más amplia, en el que se lo justifica y se lo fundamenta.

La seriedad del individuo autónomo y culto se va separando de la dialéctica cíclica de la "sociedad barroca" (ROMERO, 1978)

entre los estamentos sociales oficiales (cada vez más serios y solemnes) y la risa indiferenciada de la carnavalesca popular (cada vez más despreciada, cercada y temida como “vulgar” y “bárbara”) (BAJTÍN, 1990). En los siglos XVIII y XIX, el principio ético-político del “individuo autónomo” se riega en la vida social moderna junto con el concepto de “libertad” (del liberalismo), que establece la soberanía del sujeto dentro de ciertos límites que son las fronteras de la soberanía de los otros. Lo social es pensado como “pacto”, bajo el espíritu moral de la tolerancia mutua.

En el proceso histórico que va del siglo XVIII al XXI, el “individuo autónomo” se ha expresado a través de crecientes y sucesivos “impulsos de individualización” (BECK, 1998), que han sometido a crítica incluso la relación entre el propio concepto de “individuo autónomo” y la Razón, agudizando la exigencia de “autonomía”, exigiendo al actuar que no se deje regir por la tradición, por la costumbre, por lo que dicen (u ordenan) los otros, lo cual involucra al actuar racionalmente cuando la Razón moderna ha entrado en la tradición. El principio del “individuo autónomo” se desplaza así del deber hacia la “autenticidad” (TAYLOR, 1994): “Haz lo que íntimamente sientas”. Y dicha autenticidad se interna, avanzando el siglo XX, en la búsqueda identitaria en el *mare magnum* (para Taylor, *mare tenebrosus*) del consumo.

Al estar socialmente hipervalorado, la enunciación ideológica del “individuo autónomo” es muy efectiva en la ocultación de las prácticas a través de las cuales se lo vuelve consistente, naturalizando el “individuo” como mero dato (FOUCAULT, 1983, 1984). Pero el “individuo autónomo” es el resultado de tecnologías de individuación a través de las cuales se logra constituir un centro para la movilizadora acción social, sometido a (auto)control.

En nuestro contexto latinoamericano, periférico, el concepto de “individuo autónomo” ha inspirado las políticas de emancipación respecto de las formas sociales, políticas y culturales coloniales y de todos los que se consideraron sus vestigios, dando lugar a la moral burguesa del “ciudadano” (varón) políticamente activo y autodeterminado en lo privado. Ciudadanía de aspira-

ción y perspectiva cosmopolita, que se experimentó en la psicología criolla acompañada de una fuerte sensación de ajenidad (europeizante) al contexto (americano), que aún hoy se expresa como “desolación”, “destierro”, “destino desgraciado”.

Ha sido el pivote ideológico del paso del capitalismo de producción, con su moral férrea del trabajo, de la hombría de bien, de la propiedad y del progreso económico familiares, del honor cívico, al capitalismo de consumo, que volatiliza los principios de aquella moral en la autenticidad del aparecer tal como se es, en la valoración de la velocidad, de la fugacidad, del flujo, en el pragmatismo fragmentado de lo útil, de lo conveniente, de lo eficaz, en la creación del itinerario biográfico.

El escenario de la “alteridad cultural”, por otra parte, es la dimensión ético-política más oscura de la Modernidad. Surge, en su vertiente europea²⁰, de un sedimento milenarrio de construcción de un sí mismo cultural “griego”-“europeo” frente al Otro, bárbaro, oriental (SAID, 1979). Aflora y se reconfigura a finales del siglo XV y desde comienzos del siglo XVI, ante la diversidad y la diferencia de alta frecuencia del continente americano (todo un continente nuevo que rompe con la idea bíblica de la Tierra y que porta un “mundo” propio, concebido como antípoda) (O’GORMAN, 1986; GERBI, 1988).

Este escenario presenta una diversidad de figuras, todas asimétricas, según las formas de colonialismo europeo (español: dominio sobre las gentes; portugués y holandés: dominio de los enclaves comerciales y de las fuentes de extracción; inglés: dominio sobre los territorios) (SEED, 1992). Políticamente se expresa en la relación metrópoli-periferia, que se reproduce a su vez, como en una caja china, al interior de los territorios coloniales; estructura que se reproduce a su vez al interior de las naciones independientes.

Semeja ser, en sus configuraciones hegemónicas, la dramatización, en varias puestas, de la estructura cultural histórica de la primera fase de la “dialéctica del amo y el esclavo” según Hegel (HEGEL, 1985): una lucha fallida por el reconocimiento cuya imposibilidad consiste en la misma asimetría congénita de la relación, pues la conciencia

européa parte de su superioridad auto-percibida, que exige reconocimiento, y de la inferioridad defensivamente adscrita al "otro", al que le exige que la reconozca, pero que no es nadie (nada) para ella²¹.

En un movimiento progresivo, que acompaña grandes transformaciones en la vida de las mayorías, tales como la revolución de los transportes, la fascinación urbana y burguesa, los nuevos modelos y sueños mediáticos, y la masificación de los "impulsos de individualización", desde finales del siglo XIX hasta la actualidad se da un repliegue masivo de las periferias sobre los centros (CHAMBERS, 1995), que constituyen nuevas territorialidades fragmentadas, alteridades globales y que dan lugar a un nuevo modelo de sociedad denominado "multiculturalismo".

La dimensión práctica (más allá de su discurso) de este escenario moderno de la "alteridad cultural" aparenta estar mucho más eficazmente oculta que en el del "individuo autónomo" y en el del "diálogo social" (que trataré a continuación), ya que los discursos aquí son mucho más parcos y están plagados de prejuicios, sobreentendidos, supuestos, consensos tácitos, evidencias silenciosas, polémicas ocultas, censuras defensivas, etc. Sin embargo, desde una "semiología de las prácticas discursivas" (KRISTEVA, 1981; FOUCAULT, 1997), se ponen de manifiesto los potentes actos de habla y actos de escritura que entran en juego, y el discurso se vuelve un campo de batalla cultural (Michel de Certeau; Pierre Bourdieu). E intervienen activamente en estas formaciones discursivas las semióticas interculturales (maneras de vestir, de gesticular, de habitar, olores, gustos musicales, colores, etc.), proliferantes en los nuevos escenarios masivos urbanos, estableciendo asimetrías a gritos o soterrándolas en mal disimuladas o tortuosas "violencias simbólicas" (Bourdieu), saturando a su vez las pantallas y las músicas de la cultura mediática, en un curso bullente de modos de expresión, de maneras de comunicar y de formas de vida, nuevo caldo etno-sociológico en el que se producen mestizajes, hibridaciones y sincretismos²².

Finalmente, pero con un interés principal en esta investigación, el escenario ético-

político moderno del "diálogo social" aparece, en la producción de la cultura letrada, como una de las manifestaciones de la nueva filosofía política del "contrato social". En el siglo XVIII, a partir de las formas republicanas que enfatizan la extensión y diversificación de la participación y el poder de mediación social del cuerpo y de la palabra, cobra impulso una creciente necesidad de comunicación y de información, que se expresará en la proliferación de diversos impresos (leídos a viva voz en los espacios públicos o leídos en voz alta en los espacios domésticos). Esta nueva circulación de información y estos nuevos círculos de diálogo y discusión tendrán su formulación ilustrada en los conceptos (letrados) de "opinión pública" (HABERMAS, 1999) y de "uso público de la razón" (KANT, 1784, 1998). El "diálogo social" se volverá protagonista en el nuevo medio por excelencia de este escenario, bajo el control letrado, en pugna con las noticias varias y curiosas, distribuidas en distintas secciones, y con la cada vez más atiborrada semiótica gráfica, desplazamiento a la página de las gentes, señales y productos que iban llenando calles, esquinas y vitrinas (RAMOS, 1989). El periódico es el divulgador *in extenso* de enunciados, iconos y costumbres de "civilidad" en un determinado territorio.

Los tres escenarios se transforman por el desarrollo de los nuevos medios: el cine, la radio, la tv, internet. El "individuo autónomo" se sumerge a través de ellos en el festival del consumo y en el itinerario biográfico; la "alteridad cultural" crea nuevos territorios de encuentro intercultural y, más recientemente, se globaliza y multiculturaliza; pero es el escenario del "diálogo social" el músculo comunicativo mismo en la acción de solicitar, acoger e incorporar el cine, la radio, la tv e internet a la vida social, en la larga escena hegemónica por el libro y por la versión letrada del periódico y de la "opinión pública".

Las gramáticas orales y no-verbales populares van reapareciendo en el cotidiano massmediático, van ganando el espacio social comunicativo más allá de los circuitos del periódico, en una nueva fase de la lucha por su legitimación: cuestionan con su corporalidad comunicativa la hegemonía lingüística escrituraria en la que se construyeron

nuestras nacionalidades latinoamericanas, y los modos legítimos de comunicar y de saber que ella estableció (FORD, 1994). La cultura massmediática, mirada desde las “mediaciones”, desde los usos sociales de tecnologías, formatos y géneros, de slogans y modelos icónicos, de ritmos y kinésicas, masivo trabajo cultural sobre el *sensorium* (Walter Benjamin) y las sensibilidades “modernas”, encaminado a la intensificación de la vida pública, pone en juego estrategias cognitivas, modos de construir sentido, maneras de narrar, derivas de creencias y rumores, que estaban bloqueadas o minusvaloradas bajo el régimen letrado. Lo cultural se nos presenta así como conflicto y entramado de modos de comunicar, escenario de nuevas “luchas simbólicas” (Bourdieu). En realidad, el cine, la radio y la tv, más que medios tecnológicos, son campos de batalla cultural entre, (1) por un lado, las maneras “cultas” o literarias de hablar, narrar, mostrar o comportarse, (2) por otro lado, las maneras estereotipadas de los consumos sociales y sus formas de vida hiperreales, y, (3) por otro, las maneras populares, “vulgares e iletradas” (desde la percepción defensiva de los sectores letrados hegemónicos), “fuera de moda” (*out*), no formateadas (desde la percepción defensiva de los sectores dominantes en el mercado de productos y en el mercado cultural), pero que logran (ya sea con cierto pudor, por la inferioridad subalterna y la novedad magnífica; otras veces, con rotunda beligerancia y revanchismo) escucharse en los parlantes, visibilizarse en las pantallas, analogarse en la creciente animación atmosférica de ritmos y de cadencias a través del consumo discográfico.

Según Verón, del orden simbólico (abstracto, inmotivado, lingüístico), el proceso de democratización mediática pasó progresivamente a involucrar los órdenes representativos de la iconicidad y contactivos de la indicialidad: fotografía, cine, radio y televisión. (VERÓN, 2001)²³. “Los colectivos que producen los medios ‘audiovisuales’ no son formales (simbólicos) (sino icónico-indiciales): ésa es la diferencia entre el colectivo “ciudadanos” y el colectivo “consumidores” (p. 110). De “ciudadanos” a “consumidores” hay, por tanto, para Verón, un “cambio de escala” y una “ruptura semiótica” que se

debe reconocer (a diferencia de García Canclini, que propone una continuidad de “ciudadanos” a “consumidores”, no más que un paso de la ciudadanía al consumo). “Los espacios mentales (icónicos e indiciales) -mediatizados- de la identidad individual (contemporánea) están cada vez más segregados de los espacios mentales (simbólicos) -históricos- que engendraron el sistema político de las sociedades (modernas) en las que nos ha tocado vivir” (p. 111). No hay un ajuste, por tanto, entre “ciudadanos” y “consumidores”.

Sin embargo, deberíamos reconocer que las representaciones icónicas y los contactos indiciales ya estaban presentes en el proyecto ilustrado, ya que éste no era puro (ni primario) lenguaje. Mejor dicho, aún como lenguaje estaba incluido en una semiótica más amplia: lo ‘simbólico’ del libro, de la carta y del periódico descansaba en condiciones “no-lingüísticas”; iconicidad e indicialidad de la escritura: la grafía o tipografía, el diseño gráfico, los grabados, el “contrato de lectura”, el formato “libro” y las prácticas de leer (en solitario, en voz alta con audiencia, la circulación por préstamo de libros e impresos, las interacciones que integraban lo leído) siempre inscriptas en la materialidad corporal de la comunicación (Jacques Derrida). Más bien lo que hay en la cultura audiovisual es un desplazamiento del paradigma letrado de la comunicación hacia el paradigma audiovisual, una nueva hegemonía semiótica, que introduce nuevas valoraciones en los géneros y en los estilos²⁴. El mismo Verón recuerda que Peirce no separaba signos simbólicos de signos icónicos e indexicales, sino que se trata de tres dimensiones de todo signo. Podríamos decir entonces que la cultura audiovisual enfatiza la comunicación por representación y por contacto, y que establece, en el ámbito latinoamericano, nuevas prácticas de diálogo social en las que afloran diferencias acalladas y se movilizan las formas oficiales de “ciudadanía”, disciplinarias de la interculturalidad. No es cierto que lo único que se hace con los medios es consumo ni todo lo que sucede en los medios es consumo. Contacto es distinto y es más que consumo. Cuando el consumo cae en el campo de acción de las mediaciones, ni la ciudadanía

es ajena al consumo ni tampoco puede ser reducida a él. Aquella propuesta metodológica de Jesús Martín-Barbero de reconocer al “pueblo” en la “masa” (MARTÍN-BARBERO, 1998) nos coloca en este intermedio crítico. Hondura práctica del contacto, a reconocer y pensar en la percepción prospectiva: nuevos colectivos de contacto extenso y en conflicto de amplio alcance.

Por otro lado, plantear el progresivo y acelerado desarrollo de las tecnologías de comunicación desde los intereses y necesidades sociales emergentes abre otra perspectiva teórico-metodológica en la lectura de la cultura massmediática, distinta de la que interpreta el proceso como racionalización progresiva (impersonal) de la vida social (en la que las modificaciones sociales son interpretadas sólo como efectos y en la que los diversos agentes sociales de la complejidad contemporánea de lo cultural son visualizados sólo como reactivos, tanto diseñadores como públicos), tal como comprendió a Max Weber la Escuela de Frankfurt.

Esta socialidad (“intersubjetividad” para Habermas; “comunidad” para Apel) comunicativa, constituida por formas heterogéneas y asimétricas, jerarquizadas y en lucha, de subjetivación (sujeción y acción), que van alterando sus posiciones y modificando sus cuerpos de significación, haciendo así historia y política en la cultura, es el campo práctico del discurso del “diálogo social” como tercer escenario ético-político moderno. Ciertamente esta densidad barroca de “sujetos” de acción y de sentidos en pugna (con su multiplicidad de “lenguajes”) no es reconocida ni introducida en el análisis social bajo el concepto (ilustrado) de “opinión pública”.

Caracterización y crítica de la opinión pública ilustrada.

Caractericemos brevemente el concepto de opinión pública en sus diversas acepciones, según Jürgen Habermas:

Habermas, en el proceso europeo occidental que entra en la Modernidad, distingue cinco tipos de “publicidad”: representativa, burguesa, democrático-radical, comercial y crítica.

1. Publicidad representativa (desde la

Alta Edad Media en adelante): consiste en el poder de representación de los sectores dominantes, la ostentación del status frente al público espectador.

Esta “publicidad representativa” es la que está latente en las formas históricas subsiguientes de publicidad, amenazando la plena generación de discusión pública con argumentos racionales, que se desarrolla a partir de la “publicidad burguesa” y que es el modelo de publicidad habermasiano²⁵.

2. Publicidad burguesa (del siglo XVIII en adelante): como acabo de señalar, es el modelo de “publicidad” para Habermas y el elemento catalizador de la crítica social, altamente valorizado en su percepción de las fuerzas que se mueven en la Modernidad, por lo que me detendré un poco más en este tipo.

Consiste en la ampliación de la participación política cuando la burguesía asume el interés por lo público, se siente involucrada y exige participar. Es propia de un público letrado políticamente activo: asociaciones de individuos que someten la cultura a una discusión racional a través de argumentos, discusión permanente entre personas privadas. También es llamada por ello “publicidad literaria”. Se cultiva en los Salones Literarios: salas de visita privadas en las que se recibe a personas invitadas para la discusión, en calidad de público debatiente (p. 82). “La opinión pública se forma en la disputa argumental alrededor de un asunto” (p. 103).

En la idea que se hace de sí misma la sociedad burguesa, “la sociedad determinada exclusivamente por las leyes del libre mercado se presenta no sólo como una esfera libre de dominación, sino también como esfera exenta de poder” (p. 115). “El dominio de la ley lleva implícita la intención de la disolución del dominio en general; (ésta es la) idea burguesa típica” (p. 117). La publicidad burguesa realizada consistía en la “racionalización del dominio en el ambiente proporcionado por el público racionio” (p. 236).

Sin embargo, “el interés de clase es la base de la opinión pública. Durante aquella fase, (el interés de clase) debe haberse confundido de tal modo objetivamente con el interés general que esa opinión ha podido pasar por opinión pública -posibilitada por el racionio del público- y racional” (p. 122). El interés de clase, “mediado por el racionio

público, adquiere una apariencia universal -al identificarse el dominio con su disolución en la pura razón. ... (Aparece así) la contradicción de la publicidad ("universal") institucionalizada por el Estado burgués de derecho: con el auxilio de su principio, que -según la idea que ella misma se hace de la cosa- está enfrentado a toda dominación, se fundó un orden político cuya base social, sin embargo, no hacía de la dominación algo superfluo" (p. 123). En el análisis de Marx, "la emancipación de la sociedad burguesa respecto del reglamento de la superioridad no lleva, pongamos por caso, a la neutralización del poder en el tráfico entre personas privadas; en vez de eso, cuajan en las formas de la libertad contractual burguesa nuevas relaciones de poder, especialmente entre propietarios y trabajadores asalariados" (p. 156). La disolución de las relaciones feudales de dominio en el medio del público racionante no es la pretendida disolución de todo dominio político en general, sino su perpetuación en otra forma -y el Estado de derecho, junto a la publicidad como principio central de su organización, mera ideología (p. 157).

Pero "un proceso autosostenido de comunicación, desarrollado en el ambiente de partidos y organizaciones, está, como es manifiesto, en una relación exactamente inversa con la "representativa" y manipulativa eficacia de una notoriedad pública orientada a la virulenta predisposición aclamatoria de la población" (p. 236-237). Conflicto congénito entre publicidad representativa y publicidad burguesa que marcará todo el devenir del concepto de "publicidad" para Habermas: a pesar de lo ideológico aún presente en la publicidad burguesa, le apuesta todavía a lo comunicativo presente en ella, que deberá ser emancipado y que tiene en su propio carácter comunicativo el germen de su emancipación. (Ver 5. Publicidad crítica.) La "representación" burguesa, como grupo fijo de interlocutores que se asumen como portavoces-educadores del público general lector (distinguido y separado de la masa rural y del pueblo urbano, p. 75) expresa en la "publicidad burguesa" su propia forma (moderna) de "publicidad representativa".

3. Publicidad democrático-radical (Marx; del siglo XIX en adelante): "Ya a

mediados del siglo XIX podía anticiparse que esta publicidad (burguesa), de acuerdo con su propia dialéctica, llegaría a estar compuesta por grupos ("público ampliado") que, al carecer de disposición sobre propiedad privada alguna, y con ello, de una base para su autonomía privada, no podían tener ningún interés en el mantenimiento de la sociedad como esfera privada" (p. 158). La autonomía ya no es concebida como autonomía privada, sino que ésta es un derivado de la autonomía originaria, sólo constituida por el público general de los ciudadanos sociales ejerciendo la publicidad (p. 160). Hay aquí un optimismo socialista racional (que es colocado, para Habermas, en un escenario más realista y de racionalidad estratégica por el liberalismo, en el que la opinión pública no disuelve, sino que limita el poder) (p. 161-167). El público racionante es transformado por la entrada de las masas incultas y desposeídas (p. 167); en contrapeso, se hace necesario un "público de élite, opinión pública minoritaria, engendro mixturado (también aquí) con la publicidad representativa ("esotérico público de 'representantes'"), cuyo racionamiento es determinante de la opinión pública" (p. 168). Claro que esta élite intelectual establece un modo de relación diferente (respecto de la élite letrada burguesa) con los iletrados.

4. Publicidad consumidora en una cultura de masas (del siglo XX en adelante): Consiste en las organizaciones mediatizadoras de los individuos (lo que Habermas denominará "Sistema") y en la colonización del Mundo de la Vida. También es caracterizada como "pseudopúblico", "opinión no pública", "publicidad comercial", "publicidad política manipulativa, no-crítica, "receptiva". "Dos tendencias dialécticamente enfrentadas simbolizan la decadencia de la publicidad: ésta penetra cada vez en más esferas de la sociedad, pero, al mismo tiempo, pierde su función política, a saber: someter los estados de cosas, vueltos públicos, al control de un público crítico" (p. 171); dialéctica entre ampliación y aquiescencia; extensión social y conformismo político.

"La autonomía privada se mantiene menos en las funciones de disposición (de bienes) que en las de consumo; consiste hoy en día menos en el poder de disposición que

caracterizaba a los propietarios de mercancías que en la capacidad de goce de los acreedores a prestaciones. Con ello se origina la apariencia de una intensa privacidad (antes asociada al mercado de producción) en una esfera íntima, reducida al ámbito de la comunidad consumidora familiar" (p. 185). El ocio reemplaza la lectura privada burguesa (p. 187-189). Aparece el "ámbito pseudopúblico" del consumo cultural²⁶ (p. 189); se pasa de la publicidad burguesa de lecturas y ratiocinios privados a la publicidad de consumo desprivatizado, "ámbito íntimo desprivatizado, publicísticamente socavado", "pseudo-publicidad desliterada" (p. 191).

"Puesto que el ratiocinio de las personas privadas en los salones, clubes y sociedades de lectura (es decir, en la "publicidad burguesa") no estaba directamente sometido al ciclo de la producción y el consumo, al dictado de la necesidad existencial; puesto que estaba antes bien en posesión de un carácter 'político' emancipado -en sentido griego- de las necesidades existenciales, también en su mera forma literaria -en el autoentendimiento respecto de las nuevas experiencias de la subjetividad-, podía constituirse una idea que luego degeneraría a ideología (como hemos visto), a saber, la idea de *Humanität* (es decir, una "universalidad" contradictoriamente "de clase")" (p. 189).

En cambio ahora estamos ante "la absorción de la publicidad literaria por el consumo. Por eso es apolítica la llamada actividad del tiempo de ocio: inserta en el ciclo de producción y consumo, no puede constituir un mundo emancipado de las necesidades existenciales directas" (p. 189-190). "Cuando las leyes del mercado, que controlan la esfera del tráfico mercantil y del trabajo social, penetran también en la esfera reservada a las personas privadas en su calidad de público, el ratiocinio tiende a transformarse en consumo, y el marco de la comunicación pública se disgrega en el acto, siempre uniformizado, de la recepción individual" (p. 190). "La ocupación del ocio del público consumidor de cultura... tiene lugar en un clima social, y no necesita cuajar en discusiones: junto a la pérdida de la forma privada de la apropiación, desaparece también la comunicación pública acerca de

lo apropiado" (p. 192). (Habermas sostiene así el principio liberal de la necesidad del interés privado para la gestión de lo público, contra el "populismo" marxista.) "La discusión, inserta en el 'negocio', se hace formal; posición y contraposición están obligadas al respeto de ciertas reglas de juego; el consenso acerca de las cosas se hace sobrero, existiendo el consenso proporcionado por el trato social. Los planteamientos de problemas son definidos como cuestiones de etiqueta; los conflictos, antes llevados al escenario de la polémica pública, son ahora rebajados y degradados al nivel del roce personal" (p. 193)²⁷.

"La cultura de masas se hace, en efecto, con su dudoso nombre, precisamente porque el crecimiento de sus proporciones se debe a su adecuación a las necesidades de distracción y diversión de grupos de consumidores con un nivel relativamente bajo de instrucción - en vez de, al revés, elevar a un público amplio a una cultura no sustancialmente degradada (como era el caso de la "publicidad burguesa" ampliada sólo a los nuevos letrados²⁸)". En la publicidad burguesa, "el 'pueblo' es elevado a cultura, no la cultura degradada a masa (como en la publicidad comercial)" (p. 194). "El contacto con la cultura forma, mientras que el consumo de la cultura de masas no deja huella alguna", no es acumulativa. La literatura se adapta (entonces) a los "deseos de comodidad y amenidad de aquella recepción de escasos presupuestos culturales y débiles consecuencias" (p. 195). "El consumo de cultura (por tanto) va en gran medida deslustrado de la mediación literaria; comunicaciones no verbales o comunicaciones que, aún cuando no traducidas a imagen y sonido, están avaladas por apoyos ópticos y acústicos, van desplazando en mayor o menor medida a las formas clásicas de la producción literaria" (p. 197)²⁹.

Finalmente, "el público mediatizado está reclamado con mucha más frecuencia y desde muchos más lados - en el marco de una esfera de la publicidad inmensamente ampliada - para los fines de la aclamación pública (como nueva forma de la publicidad representativa)" (p. 207). La "transformación política de la función de la publicidad" consiste en que la formación de opinión pública no se produce a través del ratiocinio

y la discusión, sino a través de/para la “influencia integradora”, y con un fin no sólo comercial: procura una “ingeniería del consenso” (p. 220-221). David Riesman (*La muchedumbre solitaria*, 1956) vio la esencia del medio de comunicación o entretenimiento de masas en una “pedagogía del consumo”: “La cultura de integración masivamente extendida induce a su público a un cambio de opiniones acerca de los artículos de consumo y lo somete a la suave coacción del constante ejercicio consumista” (p. 219). “El *consensus* fabricado tiene poco en común con la opinión pública, con la unanimidad final resultante de un largo proceso de recíproca ilustración”, con la producción libre de una “coincidencia racional entre las opiniones públicamente concurrentes” (p. 222)³⁰.

“Publicidad significaba antes (“publicidad burguesa”) la desnudez del dominio político ante el raciocinio público; la *publicity* (ahora) suma las reacciones de una benevolencia sin compromiso” (p. 222). Publicidad representativo-manipulativa que sirve a “procesos de comunicación sociopsicológicamente calculados y técnico-publicitariamente montados”. Faltan dos condiciones para que se dé “opinión pública”: (1) “las opiniones inoficiales no se forman de un modo racional, esto es, en consciente polémica con estados de cosas cognoscibles - sino que los símbolos públicamente ofrecidos se corresponden más bien con múltiples procesos inconscientes, cuya mecánica escapa a los individuos; (2) ni se forman en discusiones, esto es, en los pros y los contras de un diálogo públicamente sostenido - sino que las reacciones se mantienen, más bien, a pesar de estar muy mediatizadas por las opiniones de grupos, en el terreno de lo privado, de lo privado en el sentido de que no están sometidas a corrección en el marco de un público raciocinante” (p. 247).

Así, el público se ha escindido en “minorías de especialistas no públicamente raciocinantes” y en la “gran masa de consumidores receptivos” (p. 203). (Es decir, tanto en la publicidad burguesa letrada, en la publicidad democrático-radical iletrada, como en la publicidad comercial consumista, lo que amenaza es la publicidad representativa en sus diversas formas modernas.) “La publicidad burguesa... recobra características feudales: los ‘portadores de la oferta’

desarrollan toda una pompa ‘representativa’ ante los atentos clientes. La publicidad imita ahora aquella aura de prestigio personal y de autoridad sobrenatural, tan característica en otra época de la publicidad representativa” (p. 222). “El aura de la autoridad personalmente representada vuelve a constituirse en momento de la publicidad; la moderna *publicity* está completamente emparentada con la feudal *publicness*. ... La publicidad se convierte en la corte *ante* cuyo público permite que se desarrolle el prestigio -y no la crítica *en él*” (p. 227).

5. Publicidad crítica (contemporánea): Para superar una “racionalidad estratégica” (y la “publicidad burguesa”, al proponerse ideológicamente como un espacio universal de discusión y acuerdo que disfrazaba sus intereses de clase era una “racionalidad estratégica”) que procura obtener beneficios en espacios de poder y relaciones de dominación, y que se presenta como irrebalsable, es necesario para Habermas volver a poner en marcha un proceso crítico de comunicación pública, más allá de la situación actual de la publicidad de consumo avanzada, reducida al “pluralismo en la competición entre intereses, mantenido, pero aún así motivo de duda respecto de si podrá surgir de él un interés general capaz de dar una pauta a la opinión pública” (p. 259). (Este nivel logrado de un “interés general”, donde la razón se aparta de las relaciones de poder, es lo que requiere para Habermas poner como condición (trascendental), a la construcción democrática, el “acuerdo”, el “consenso”, la “unanimidad”, la “coincidencia”).

“El mantenimiento de un antagonismo estructural entre los intereses, la imposibilidad de superarlo, levantaría barreras muy estrictas a la publicidad reorganizada en sus funciones críticas por el Estado social; la neutralización del poder social y la racionalización del dominio político en el ambiente constituido por la discusión pública presupone, ahora y siempre, la posibilidad de un consenso; presupone la posibilidad de una coincidencia basada en criterios generales y obligatorios. De lo contrario, en el mejor de los casos, la relación de poder - como siempre, públicamente contraída - entre presión y contrapresión produciría un precario equilibrio de intereses, basado en

coyunturales correlaciones de fuerzas, que prescindiría, que prescinde, de la racionalidad como pauta de un interés general" (p. 259).

Esta publicidad crítica está en pugna abierta con la publicidad representativo-manipulativa y "ya no puede denunciársela como ideología, al estilo de (como a) la publicidad burguesa en la época de su desarrollo liberal: si acaso, lleva hasta el final la dialéctica de aquella idea degradada a ideología" (p. 260). Es decir, la publicidad crítica es la publicidad burguesa realizada en su potencial de inclusión racional³¹.

Ya hemos notado, cuando reconstruimos el escenario ético moderno del "diálogo social", que con el nuevo espacio público mediático se da el paso de una hegemonía (de dimensión semiótica) letrada a una hegemonía (de dimensión semiótica) audiovisual. También habíamos notado cómo, en el escenario ético moderno de la "alteridad cultural", silencioso, oculto, conformado por discursos performativos cargados de prejuicios, sobreentendidos, supuestos, consensos tácitos, evidencias calladas, polémicas ocultas y censuras defensivas, desde la perspectiva de un análisis semiológico de las prácticas discursivas, dichos discursos sobre el Otro se vuelven un irreductible campo de batalla cultural. De esta manera, estas lecturas de los escenarios éticos desde las prácticas nos muestran lo cultural como la arena social y política en la que se desarrollan las luchas simbólicas de la Modernidad.

El concepto ilustrado de "opinión pública", centrado en la discusión abierta, racional y crítica, es en verdad una estrategia de control y dominación del diálogo social movilizado en impulso democrático y con el que la interculturalidad latinoamericana desarrolla posibilidades "inéditas" de comunicación y de acción en la nueva hegemonía semiótica audiovisual. Esta es una lectura inversa de la "opinión pública" habermasiana, ya que, para él, la opinión pública letrada es el origen de la generalización de lo político en la Modernidad, que se amplía luego (pervirtiéndose) hacia una opinión pública "democrático-radical" (la de Marx).

En cambio aquí planteo que, en el contexto de la hegemonía letrada moderna

(y de más larga tradición: que se sigue vía Humanismo de la medieval, pre-moderna, eclesial), aflorando de manera rotunda en el siglo XVIII, los actores sociales de los diversos estratos asumieron la participación política bajo el nuevo concepto de "ciudadanía", y fueron generando y acogiendo la expansión de las tecnologías comunicativas (de la plaza y las gestas y cantares a los impresos, folletines y periódicos (BURKE, 1991), al teléfono, a los transportes masivos, al cine, a la radio, a la tv). El periódico, más que el origen, es el intermedio letrado en la expansión del diálogo social; es la manifestación, en el contexto de la hegemonía letrada tardía, de las fuerzas sociales de la modernidad social, que, avanzando el siglo XIX y durante el siglo XX, se darán nuevas tecnologías de expresión audiovisual. La tecnología ilustrada hará relevo con las tecnologías audiovisuales del mercado, cuando los desplazamientos sociales masivos, amenazantes en su poder político-cultural comunicativo, sean puestos bajo control en una nueva formación hegemónica³².

La comunicación mediática amplía el diálogo social, nostálgicamente descalificado por los agentes animados por el paradigma letrado y el concepto intelectual de "crítica", y estratégicamente sometido a control bajo la tecnología social del consumo por los nuevos agentes del mercado³³.

La modernidad social, entre la Ilustración y el consumo

En la dulce y sutil jaula audiovisual, lo musical trabaja sobre lo climático y sobre los cursos de experiencia; lo icónico trabaja sobre la localización de una posición en el espacio encapsulado y sobre la fijación teleológica del desplazamiento³⁴. La cultura mediática desarrolla una "pedagogía del consumo" (David Riesman) en un cuerpo sobreorientado, bajo el imperativo hedonista: la obligación de elegir entre alternativas hiperreales, disciplinas del gusto, del goce, del sentir, de la "autenticidad". Este cuerpo sobreorientado es la cuestión del "sentido" que la hermenéutica moraliza. El problema en el consumo no es la "falta de sentido" o la "pérdida del sentido", sino un exceso de sentido, el sentido reificado bajo el control disciplinario, bajo la

disciplina de lo predecible, de lo previsto, y conjurando la indisciplina del acontecimiento. Digo esto contra el etnocentrismo generacional que no reconoce prescripción del sentido en el imperativo categórico del consumo, que es: "Muestra a los demás la imagen bella del mundo (del cuerpo) que te gusta que ellos te muestren a tí".

En todo caso, la cuestión del sentido es siempre cuestión de poder, imposición y lucha (NIETZSCHE, 1986; DELEUZE y GUATTARI, 1994). El más allá del sentido (al que señala el sentido) ya no es comprensión sino acción, no es "filosofía" sino política, y la hermenéutica no lo alcanza, porque no asume el carácter intrínsecamente performativo de toda significación y la imposición de conflicto que toda "comunicación" conlleva³⁵. No existimos, contemplativamente, para comprendernos; en la vida social hacemos unos sobre otros significando, y de este modo permanecemos abiertos al acontecimiento, siempre en las fronteras a través del sentido pero más allá del sentido. Si el sentido se agotara en la comprensión como su esencia, estaríamos siempre hegelianamente ante un nuevo despliegue de lo mismo y el conocimiento flotaría en lo alto de la reminiscencia.

Las tecnologías sociales del consumo pretenden amarrar el movimiento de nuestros cuerpos al sentido consabido y estereotipado, al campo de experiencias en las que el control ya ha sido posible. Un imperativo icónico y una saturante persuasión sonora, incesantemente nos interpelan y nos mantienen conectados (función comunicativa "fática" según Jakobson, dimensión "indexical" del signo según Peirce), en la "sociedad mediatizada" (Eliseo Verón). El mercado en la era del consumo es "mercado de la mirada" (Paul Virilio) y control de la circulación de los flujos (la música indica y monitorea en los cuerpos la cadencia previsible y el camino a seguir), nueva "dromocracia" (Paul Virilio), a la que estamos sujetos³⁶ en medio del movimiento.

Hay una complicidad entre la crítica letrada, que no ve sentido en el consumo mediático, y el consumo disciplinario, que recrea en el plano estético y afectivo de la "autenticidad" las estrategias de control. Mientras uno y otro se repelen, la moder-

nidad social es bloqueada. Los escenarios ético-políticos de la Modernidad (individuo autónomo, alteridad cultural y diálogo social), en particular el espesor ético-político de la modernidad social en las periferias, han sido sometidos por aquella crítica letrada al fetichismo conceptual de la "racionalización social", que es extraído del contexto (de los intercambios) y leído como dominio total de la "razón instrumental-estratégica"³⁷.

La Ilustración, en verdad, ha sido una estrategia de control de los procesos modernos: reducción del diálogo social expansivo a la discusión pública como formación de consensos con argumentos racionales ("uso público de la razón" y "opinión pública"), no obstante ésta fuera sobrepasada por la generalización mediática y por la densidad de los consumos culturales. Mientras que, por otra parte, la política cultural del Mercado y de los Medios (que han vuelto impotentes y dependientes las políticas culturales del Estado) ha desarrollado una estrategia de control de los flujos a través de la reiteración y la saturación de lo nuevo que amenaza, y a través de iconos hiperreales, kinesias rutinizadas, guiones sobre-esquemáticos y narrativas estereotipadas de lo familiar: "realismo capitalista" (Michael Schudson, citado por Arjun Appadurai, 1991, p. 76) de una libertad predecible o, al menos, anunciada, dirigida.

Reducir esta crítica de la crítica racional, por un lado, y de las políticas culturales del consumo, por el otro, a la versión *light* de la posmodernidad³⁸ y a su connivencia con el neoliberalismo (cuya expresión más sofisticada es la de Gianni Vattimo y su "pensamiento débil"³⁹), equivaldría a dar por sentado que toda la modernidad halla su expresión en la Ilustración. Así como la modernidad social escapa a las estrategias de la Ilustración, esta nueva instancia, que en todo caso podría llamarse "posmodernidad social" (que es la modernidad social en la instancia de la "sociedad mediatizada"), escapa a la Posmodernidad neoliberal: en ambos casos, a fuerza de abrir campos de acción, complejizando la comunicación social con la irrupción de maneras de hacer, de sentir, de hablar, de pensar y de habitar, plurales, heterogéneas, interculturales, en relaciones de poder intensamente

movilizadas.

Y ambas, Modernidad Ilustrada y Posmodernidad Neoliberal, son estrategias de control que ejercen violencia simbólica sobre las movilizaciones sociales y culturales desencadenadas por los impulsos de modernidad y su generalización de lo político, que ponen en los "ciudadanos" la gestión de lo público⁴⁰.

En esta hegemonía contemporánea del consumo "fatal" (Jean Baudrillard), una crítica polifónica y polisómica abre imprevisos en la praxis. Sus figuras de lucha y esquemas de acción son: la fuga metamórfica, ir más rápido que el consumo y los flujos prescritos o conducidos, zigzagueando, desviándose, rizomáticamente (Gilles Deleuze y Félix Guattari); hacer diferencia en los márgenes, parasitar, roer y desplazarse (Jacques Derrida; Michel de Certeau; Gayatri Spivak); moverse en las relaciones de poder, representar (en el sentido dramático) estratégica y malévolamente, desconcertar y jugar (Michel Foucault); develar la violencia simbólica, desencantar y suavizar las inercias (Pierre Bourdieu); actuar, en la contaminación de los estereotipos mediáticos por la densidad comunicativa intercultural ("reacentuar", Bajtin; Iris Zavala), una ciudadanía plural, latinoamericana y global, y construir sociedades de conflicto y de disenso, sociedades de acontecimiento, frente al paradigma tecnocrático de la hegemonía neoliberal.

La hegemonía nunca es total: impregna la comunicación social, pero es en verdad una multiplicidad de vectores que produce un efecto cultural, con el que conviven, en luchas varias y en posiciones amenazadas, precarias y a menudo silenciadas, entre la complicidad y la resistencia⁴¹, las maneras populares de comunicar y de hacer, animadas por los impulsos de modernidad hacia la gestión política de sus intereses y de lo público en general. Este estudio de las prácticas semiológicas en la comunicación social ontemporánea procura reconocer las "maneras" populares en pugna y abrirles nuevos campos de acción hacia la construcción de sociedades pluralistas, de alta densidad democrática intercultural⁴².

Una tarea sigue aún pendiente en nuestra socialidad latinoamericana y

caribeña, y que la construcción de las nacionalidades en gran medida encubrió aún más, de un modo más eficaz que las políticas coloniales: el reconocimiento de las alteridades étnicas y de las diferencias culturales que nos constituyen (Calderón, Hopenhayn y Ottone, 1996). Diferencias regionales al interior de los territorios nacionales y sus redes globales de solidaridad, comunidades indígenas y negras, sectores sociales de diversas tradiciones culturales, continúan luchando por su escucha y por su visibilidad, por su agenciamiento cultural a través del contacto mediático⁴³, y no se hallará la trama social latinoamericana y caribeña sobre la que construir comunicación y "desarrollo", "sociedad de la información y del conocimiento", hasta que esta tarea no sea llevada a cabo por los propios actores constituidos en movimientos sociales, tejiendo la trama de nuestras formas de vida y desatando las posibilidades de nuestras prácticas políticas. Hay voces y cuerpos no escuchados y no visibles en la pantalla audiovisual latinoamericana, cuyos campos de acción se vienen abriendo camino.

Sentidos en prospectiva

La prospectiva nos permite tender las líneas de lo posible. Preguntarse por la crítica (en su versión poskantiana, como crítica de la praxis) es preguntarse por la apertura de los horizontes y los campos de acción sociales, y ésa es la apertura de la prospectiva a la que apuesto. En esa crítica habla nuestra esperanza. Sin embargo, la mirada hacia atrás, recoger experiencias del camino recorrido, nos aporta un conocimiento más denso y más profundo de lo que viene. La historia es el juego entre continuidades y discontinuidades, y las fuerzas del salto dialogan con las oscuras y subterráneas fuerzas reptantes. No hacemos sino preparar el acontecimiento: la prospectiva crítica es este asomarse a lo imprevisible, donde el saber y el no-saber se cruzan en la imaginación científica, con los pies en los límites de aquellas experiencias que han sido formalizadas como arte y como profecía.

La prospectiva de la interculturalidad latinoamericana nace de su historia, de aquellas fuerzas que luchan a través de la

distintas figuras del dominio, que ellas habitan, sostienen y corroen cada vuelta de época. Ese nuevo cambio de época asoma en el curso de la modernidad social que las culturas populares latinoamericanas desarrollan desde hace unos doscientos años. El cambio de época consistirá, en el estadio global de la historia, en el paso de una hegemonía audiovisual del conocimiento y de la comunicación a una hegemonía semiótica (involucrando ciertamente también lo lingüístico y lo audiovisual) en la que se abrirán paso otras sensibilidades y significaciones: la corporalidad social del contacto. Esta hegemonía semiótica táctil expandida tomará la forma tecnológica de una hegemonía de las redes de contacto. ¿Qué caminos recorrerá la interculturalidad latinoamericana cuando las culturas populares deriven el impulso de modernidad social al campo comunicativo de las redes de contacto?

Tecnologías del contacto y nueva hegemonía de redes

La era audiovisual ha generado, y generará aún, tecnologías de co-presencia icónica⁴⁴ a distancia, de simulación y de traducción en pantalla, a la vez que posibilita el trabajo, la solidaridad y la socialidad en red. Me refiero a la gran red televisiva (en algunos casos interactiva; pero tomando en cuenta que siempre su unilateralidad cae en la dialéctica de las prácticas sociales) y a Internet (este último, de mínimo acceso en la actualidad, pero al que irán integrando en sus mediaciones nuevas ciudadanías y nuevos sectores sociales). La experiencia de la red coloca en primer plano un nuevo "sentirse parte de", el ser tocado por lo que circula, la posibilidad de una fuerza de alianza que convoca la reunión de los cuerpos y del sentido, en una orientación estratégica y táctica⁴⁵ de la acción. Las redes son comunicación indexical que integra semióticas del orden corporal no-objetivables y no-enunciabiles: pone la comunicación al nivel inmediato de la percepción, toca la fábrica misma de las concepciones del mundo, de las sensibilidades y del *sensorium*.

Por eso, hay ahí un poder relativizador muy junto a la sombra del sentido común que puede generar sentidos críticos y que

abra el espectro de la interculturalidad mucho más allá de todo fundamentalismo. Sería la expresión tecnológica del abismo insondable al que se asoma la crítica kantiana de la razón en su radicalidad estética (KANT, 1998). En todo caso, más allá de las previsiones ideológicas beligerantes de aquellos que dominan (y son dominados por) las estereotipias audiovisuales, y que hacen alianza al respecto con los reductores letrados de los grandes monoteísmos, las redes propugnarán prácticas culturales que permitirán el reconocimiento no especular de la diferencia y que revalorará la historia de las mutuas responsabilidades. El terrorismo, que también encontrará un campo de gran efectividad en las redes, es un residuo de los dogmatismos letrados y de las postales audiovisuales que acompañaron, y acompañan, políticas impunes, y que requieren, más que alteridades, enemigos, para poder reproducirse: "choque de civilizaciones". (Me refiero a la crítica de Edward Said a Samuel Huntington y al uso de su obra en el contexto de la reacción del gobierno americano ante el atentado del 11 de septiembre de 2001, en Said, 2001). Este "choque" será la cara retardataria del contacto⁴⁶.

Por la vía de las redes será superada la hegemonía audiovisual⁴⁷. La co-presencia superará la interfase de la pantalla y se expresará en la virtualidad táctil, afectiva o agresiva; será nuestra piel y nuestra sensación corporal el nuevo territorio de ampliación en el que se desarrollarán los nuevos medios. Esto alterará nuestro sentido de la acción y de la acción social; las culturas populares lograrán así semio-acciones "cuerpo a cuerpo", y una nueva formación hegemónica pondrá bajo control las socialidades del contacto, bajo acusación (terrorista) de terrorismos larvados y cubriendo las diferencias con la ideología del abrazo armónico universal, creando así el escenario de futuras luchas simbólicas.

Nuestra interculturalidad latinoamericana derivará en esas redes las luchas por su agenciamiento de lo público, por la construcción de identidades y por el reconocimiento de su "ciudadanía" en el bloque supranacional de las Américas⁴⁸ y en la política planetaria; será en la interacción a través de redes que podrá construir una socialidad

de la diferencia más allá (o más acá) de la primacía letrada y de la seducción audiovisual. A través de tecnologías satelitales no sólo circularán textos, o imágenes y sonidos, y se hará posible la extensión de la comunicación y del conocimiento a zonas que no contaban con la infraestructura básica (conseguida tras una larga acumulación) en la anterior era de los cables y de la costosa generación de energía. Pero el tráfico satelital tendrá sus sectores dominantes y la tecnología más sofisticada será altamente excluyente, con base, sobre todo, en los sofisticados sistemas expertos que los operarán e innovarán en frecuencias inalcanzables. De cualquier modo, el tipo de interacción en la que dicha tecnología participe generará un afán de reunión inédito y conjuntos corporales de gran alcance.

Un grave problema irresuelto en la "sociedad del conocimiento" interpretada desde nuestro contexto es que no ha sido removido el concepto de "conocimiento", que descansa en el des-conocimiento de nuestra interculturalidad, tanto en su dimensión epistemológica como en su polémica oculta con los lenguajes naturales de nuestros cotidianos⁴⁹. Esa ruptura sepultada seguirá cobrando su colonialismo secreto, con mucha más fuerza cuando el conocimiento atraviese con mayor efectividad la vida social, ampliando así el campo tecnocrático que nos impide acoger nuestras diferencias y construir acciones conjuntas.

La hegemonía de las redes de contacto, en cuanto formación de poder en la que se desarrollará el diálogo intercultural de los cuerpos, hará posible que las culturas populares desmitifiquen, trayendo a la superficie social la potencia estética y sensible de las creencias cotidianas, la enorme capa del (des)conocimiento que nos cubre. Sólo entonces la (re)apropiación del conocimiento occidental deconstruirá la telaraña que habitamos entre las resignificaciones y los usos populares, y los mimetismos académicos y científicos que alimentan nuestras políticas oficiales.⁵⁰ Esa telaraña es la que nos inmoviliza: no somos lo que "deberíamos" ser de acuerdo con la creencia impuesta y nos impedimos reconocernos como somos. Es necesario al respecto un cierto cinismo crítico, que use el deber ser para voltear lo

público del lado de nuestra "malicia" y de la red intercultural (capital social, cultural y simbólico, en términos de Bourdieu) que se agencia. Es la red de malicias lo que debemos constituir en posición teórico-metodológica: esa es la base de nuestra "sociedad del conocimiento".

El impulso popular de la modernidad social dio lugar, en una primera época, a las extensiones y predominio del verse y oírse, lo cual tuvo ciertamente impacto en el sentido de "pueblo", expresado en la autorrepresentación, en la manifestación y en la asamblea multitudinarias, e hizo posible reconocer y reconocerse como "culturas populares", con sus maneras de hacer en el cotidiano (DE CERTEAU, 1980; MARTÍN-BARBERO, 1998). Pero aquel impulso se orientará, en la nueva época, hacia las extensiones y predominio de las solidaridades y del estar juntos, logrando diálogos y presiones de mayoría (virtuales *in corpore*) aún más fuertes que las pasadas y de gran escala. No se trata ciertamente de una ampliación de los usuarios de la argumentación racional en una "opinión pública" ilustrada; pero, ¿será la lógica nuestra salvación? Por el contrario, se tratará de una profundización democrática en las racionalidades prácticas.

¿Cómo las tecnologías del contacto y el interés puesto en la indexicalidad comunicativa, transformación producida en el escenario del diálogo social, garantizarán (no sólo posibilitarán) una más intensa interculturalidad? Las nuevas solidaridades, ¿no constituirán bloques cerrados de un gregarismo a ultranza, confirmando los diagnósticos de un "choque de civilizaciones" (Samuel Huntington) y de neo- o paleo-fundamentalismos? ¿Cómo esas comunicaciones semióticas de los cuerpos en su reconocimiento mutuo cultivarán la heterogeneidad y las diferencias? ¿Cómo operará, a ese nivel del contacto, una crítica de la praxis?

No será posible en modo alguno si nos afirmamos en el prejuicio ilustrado de que el cuerpo masifica y de que la lógica (lingüística), con su conocimiento claro y distinto, introduce el pensamiento crítico en la vida social. El pensamiento lógico (lingüístico) moderno produce análisis (y una de las expresiones críticas más radicales de este

poder de análisis es el “socioanálisis” de Bourdieu); pero, en la semiótica comunicativa y en el impulso de la modernidad social que la expresa en su radical dimensión política, hay otro nivel de la crítica que trabaja a través de la burla, de la risa, del desplazamiento de los cuerpos en las relaciones de poder, de las fugas metamórficas, las reacentuaciones... todos ellos trabajos, desvíos y torsiones que rompen las inercias, las estructuras de clasificación y las clínicas del sentido en las que la interculturalidad ha sido fijada en una estructura, colonizada bajo segmentos de acción formalizados hasta el simplismo. Éste ha sido el verdadero temido al que atacaron las tecnologías ilustradas de la Modernidad (FOUCAULT, 1984; GROSSO, 2001b) y las tecnologías del mercado y del consumo.

Crítica ejercida en la materialidad de la vida social que produce nuevas diferencias, formaciones terceras, mestizas o sincréticas, en las que las solidaridades no generan los bolsones homogéneos de las clasificaciones lógicas abstractas y en las que el antagonismo se desarrolla en las tácticas que crean el acontecimiento (y no en el plano general y estratégico de lo previsible, que coloniza antes de dominar, segmentalizando el flujo en rutinas de control que leen toda alteridad como formas de lo mismo) (De Certeau, 1980). En los cuerpos y su semiótica comunicativa no es cierto que esté la menor posibilidad de hacer diferencia, el mayor simplismo de la interculturalidad, sino lo contrario: la lógica de las prácticas juega con las mayores posibilidades de sentido y de acción entre unos y otros. Por eso, el social intercultural gana en diferencias cuando el impulso de modernidad pasa del idealismo letrado y de la estereotipia audiovisual a la indexicalidad de las redes. Las culturas populares en la modernidad social no sólo democratizan la política, sino también (junto con ella) el conocimiento, la teoría social, el sentido y la crítica; ése es el poder deconstructivo afirmativo (DERRIDA, 1997) que ellas tienen. Aún cuando no lo queramos ver, hacia allá vamos.

La reducción dominante de la corporalidad del contacto consistirá en la atomización y fragmentación del campo de experiencia identitaria en unidades atempo-

ralmente establecidas, lo que impedirá constituir acción conjunta, y en la ideología leibniziana de una armonía universal entre aquellas mónadas yuxtapuestas, que impedirá ser sensible al antagonismo social en su dimensión cultural. El culturalismo que se manifiesta en algunas versiones *light* de la posmodernidad (residuo del idealismo ilustrado) se materializará en la formación ideológica que pretenderá establecer el control de los contactos: el *cocktail* de fragmentos posmoderno es su profecía platónica.

Esta nueva hegemonía del contacto estará en manos de los propios líderes de la interculturalidad emergente: sectores dominantes de su producción, mercado, mantenimiento, consumo e innovación. Se dará el paso del escenario nacional al escenario de los bloques regionales y global, y se producirá un creciente cuestionamiento y desplazamiento del predominio, del *sensorium* y del imaginario audiovisual en los bloques regionales por las periferias interculturales que han crecido al interior de ellos⁵¹, animadas a su vez por las posibilidades abiertas en las solidaridades interbloques.

La nueva semio-crítica⁵²: la crítica en la praxis del contacto

En páginas anteriores contrapongo una crítica lingüística (racional, letrada) con una crítica semiológica, audiovisual y de contacto (de racionalidades prácticas, popular)⁵³. “Crítica” como transformación de las relaciones sociales en situaciones asimétricas de poder.

Como profesor de comunicación social me pregunto por qué las inteligencias más críticas entre los estudiantes progresivamente se vuelcan hacia la producción audiovisual (lo cual no significa que no se establezca, en muchos casos, con la lectura y los discursos letrados, una fuerte dialéctica movilizante). Tal vez los críticos ilustrados, que reconocemos y explicitamos (podría decir, provocativamente: “de este lado”) el carácter crítico de estas semióticas sociales, seamos formas superadas de la crítica (lo cual tampoco indica que vayamos a desaparecer; estoy hablando de las tendencias dominantes). La nueva crítica, en el contexto comunicativo hegemonizado por las redes de contacto⁵⁴,

no se desarrollará lingüística, sino semióticamente; pertenecerá por tanto a la historia de la crítica operada por las culturas populares.

La nueva crítica social en la “lengua” semiótica del contacto se servirá de la alteración del campo de experiencia que conllevan la indexicalidad audiovisual y las migraciones masivas. ¿A qué formaciones sociales y políticas dará lugar la modernidad social en esta nueva época? Serán bloques supranacionales en los que se abrirán paso identidades regionales, sociales, de género y étnicas, no necesariamente geográficas⁵⁵, sino fractales, en redes interbloques. Las comunicaciones semióticas del contacto seguirán barrocas, pero alcanzarán una mayor conflictividad en la experiencia de las mayorías populares nacionales-regionales y en las periferias migratorias procedentes de América Latina y el Caribe radicadas en Estados Unidos y Europa, que viven procesos de socialización primaria (música, comensalidad, gestualidad, afecto, proxemia, olores, colores, etc.) que exceden el régimen massmediático del consumo, la estética dominante y aún la estereotipia audiovisual “multicultural”. Los migrantes, en red con sus familiares, vecinos, amigos y co-ciudadanos de origen, habitan una interculturalidad latinoamericana en el Primer Mundo (que allí se pretende reducir a “multiculturalismo”⁵⁶). Sus solidaridades externas en sus países de origen generan redes que pueden dar lugar, en el plano del cotidiano, a las reacentuaciones culturales, y sus silenciosas y lentas transformaciones de la praxis.

En el plano macro-estratégico del cálculo, las solidaridades externas de los migrantes están dando lugar, dramáticamente, a las acciones extraordinarias de impacto terrorista. El terrorismo va mostrando este desplazamiento de lo audiovisual a las redes del contacto: terrorismo de los transportes y del correo, que plantea una guerra desde lo invisible, ubicuo, clandestino, no-territorial; es decir, desde lo material-corporal en red, acción conjunta de choque, no-audiovisual. El atentado (de Al Qaeda) contra los Estados Unidos del 11 de Septiembre de 2001 ha sido fijado en su manifestación audiovisual (aquella con la que sin duda el atentado contó y también integró), como estrategia de

conjuro en las imágenes del impacto sobre las Torres Gemelas y en los discursos que las rodean. Poco a poco se ha procurado traer a la luz de las fotografías, de las imágenes y de los impresos la preparación del hecho y la persecución posterior, con su extensión a la “amenaza islámica”.

La carrera armamentista estadounidense se especializó en guerras fundadas en tecnología audiovisual, contra un enemigo visualizable, que puede ser puesto delante en una pantalla (aunque esté bajo tierra), y frente al cual se puede crear un cerco discursivo de acuerdos parlamentarios y oratoria maniquea (“las naciones del mundo, o están con nosotros, o están contra nosotros”). Pero el terrorismo actual, más allá de la convencionalidad de la guerra, es un enemigo que no se puede poner delante de los ojos, vigilar en pantallas, es un enemigo semiótico no-audiovisual, que se sustenta en una solidaridad religiosa (una de las experiencias fuertes y una de las formas primarias del contacto⁵⁷). Puede estar muy próximo, al lado, dentro, sus circuitos se mueven en redes de lealtad, invisibles y veloces.

Una tecnología es desarrollada cuando un interés social exige su desarrollo; hay una fuerza cultural a la base del desarrollo tecnológico, de la innovación y del mercado. Las tecnologías del contacto se desarrollarán, según parece, entre dos modos de acción social en redes: (1) las culturas populares (por ejemplo, las latinoamericanas), que abrirán nuevos campos de experiencia y de acción en los cotidianos, semio-crítica del trabajo cultural, nuevas luchas simbólicas de la modernidad social, que le apuestan al largo plazo, y (2) los grupos terroristas, que establecerán, frente a las guerras de Estado, escenarios clandestinos no-audiovisuales, semio-crítica del golpe directo, atravesada por los elementos más dogmáticos de la época letrada y por los elementos más estereotipados de la época audiovisual (elementos que comparten con sus enemigos y de los que son, en cierta medida, su reacción contrarrepresiva), que pondrán toda su eficacia en el poder (quasi)simbólico de choque y de destrucción, y que le apuestan al corto y mediano plazo.

En todo caso, tenemos la responsabilidad de desentrañar las tramas, los traumas

y las tramoyas de nuestra interculturalidad, haciendo el reconocimiento de los impulsos de modernidad que se vienen abriendo camino en los cuerpos de nuestras culturas populares.

Notas:

¹ “Tecnologías” como esa silenciosa disposición de las ínfimas materialidades que distribuyen posiciones, inscribiendo relaciones de poder en la relación entre los cuerpos en los espacios (Foucault, 1984). Es un nivel más profundo y determinante que el “ideológico”. Pero su paradójica solidez consiste en un trabajo simbólico de tropos corporales y plástica material. Allí, en ese nacimiento imperceptible de las desigualdades, es posible un “juego” que no es de meros significantes y que afecta la materialidad de los espacios y de las relaciones sociales.

² Algo semejante ha sucedido en la historia reciente de América Latina y el Caribe, en la que gobiernos de derecha han impulsado y profundizado políticas económicas neoliberales; el caso más elocuente ha sido la dictadura militar argentina de 1976-1983.

³ En plena globalización, y cuando ya han sido relativizados los límites nacionales, todavía encuentran legitimidad posiciones que viven los nuevos movimientos de las diferencias étnicas como amenazas. Así, el Relatorio Confidencial de la Aeronáutica de Brasil (Operación Tapete Verde/Querarí), recientemente entregado al Estado (aunque redactado en Octubre de 1999), en el que las comunidades indígenas que tienen sus territorios en la amazonia limítrofe entre Brasil y Colombia, son consideradas como refugios y productoras de guerrilleros, grupos sediciosos que propugnan la creación de naciones indígenas supranacionales, territorios de relativa autonomía que agravan las tensiones locales, atentados contra la integración nacional. Frente a todas estas acciones de “descharacterización étnica”, la Aeronáutica defiende su “misión”, confiada por el Estado, de “integrar a los indios al ambiente social nacional para una perspectiva de cooperación y convivencia”. *Jornal do Brasil*, Octubre 23 de 2000.

⁴ “Interculturalidad”, en este texto, refiere a las relaciones asimétricas establecidas entre diferentes actores culturales que, en algunos casos, constituyen identidades étnicas explícitas. Es decir, “interculturalidad” involucra los procesos históricos del conjunto social en América Latina (no sólo a las comunidades indígenas o negras, ni a otros movimientos sociales que se manifiestan desde su diferencia), y toma en cada contexto configuraciones específicas.

⁵ Estos impresionantes desplazamientos masivos a lo largo de los Andes y en las llanuras aún no han sido suficientemente estudiados, sobre todo desde la perspectiva de análisis de una modernidad social, que es el concepto central de este texto.

⁶ El término “hegemonía” es usado en el sentido del establecimiento de relaciones de poder polarizadas sobre los intereses de un sector dominante pero que pretende totalizar (ideológicamente) el espectro social heterogéneo. Lo propio de la hegemonía es

homogeneizar en la diversidad. Esa totalización cuenta con la complicidad de los sectores subalternos pero nunca es completa, ya que la corporalidad y materialidad del cotidiano, la dinámica social y la polivalencia de los intereses generan a cada paso lugares imprevistos que derivan los juegos de poder a posiciones nuevas que innovan en la acción y exigen su reconocimiento (GRAMSCI, 1971; FOUCAULT, 1984, 1979; WILLIAMS, 1977; DE CERTEAU, 1980; BOCOCK, 1986; LACLAU & MOUFFE, 1990; LACLAU, 1996; COMAROFF & COMAROFF, 1991, 1993).

⁷ Este análisis de las prácticas muestra entonces un carácter estratégico para el estudio de la interculturalidad latinoamericana: tiene una dimensión político-epistemológica en la construcción de una teoría social situada, y es esencial para el diálogo de los estudios prospectivos con la historia.

⁸ En el caso de Argentina, por ejemplo, la tarea política liderada por los sectores dominantes durante la segunda mitad del siglo XIX fue denominada literalmente como “Organización Nacional”.

⁹ El sistema educativo, con el autoritarismo del saber disfrazado de “civilización” y “cultura”, invistió los cuerpos de las nuevas generaciones con los colores de la bandera nacional, con las dramatizaciones del nuevo modelo de ciudadanía, de la biografía de los próceres y de los hechos patrios, y con los discursos de la floreciente ficción historiográfica, de la mítica moderna y de la geografía que naturaliza la performatividad territorial de las soberanías emergentes. Terrorismo de Estado establecido a través de políticas públicas, que generan un “espacio de muerte” (Michael Taussig), en una primera fase claramente coactivo, pero que se hunde y legítima prontamente en una violencia simbólica.

Las políticas de higiene y salud públicas determinaron las prácticas correctas de los cuerpos saludables, y asociaron descaradamente los hacimientos urbanos y de los obrajes, y la devastación rural, producidos por el desarrollo del capitalismo de producción (extracción de materia prima, incipientes cordones industriales suburbanos) con la ideología de la inferioridad de las razas oscuras y la incuria “natural” de sus formas sociales, y se llegó hasta celebrar la desaparición de esos sectores sociales como obra de la “naturaleza” (desprotección en la enfermedad, alcoholismo, desnutrición, heridas por uso de armas). Las transformaciones de lo urbano pretendieron darle al centro un carácter de modelación de los comportamientos, sobre todo ante un creciente proceso de migración desde los espacios rurales a las ciudades. Por ejemplo, los mercados fueron sacados de la plaza central y reubicados en la periferia, de igual modo los cementerios, y la plaza central fue convertida en un jardín coronado por las estatuas de los próceres nacionales, lugar de paseo y de representación de los modelos más acendrados de la nueva ciudadanía.

¹⁰ Tecnología de la Modernidad en nuestro contexto que integra las disciplinas señaladas por Foucault (FOUCAULT, 1984).

¹¹ En Colombia, así se les llama a los asentamientos de recién llegados del campo o de otras ciudades menores en las periferias de las grandes ciudades.

¹² Para una historia social que dé profundidad a la

anticipación prospectiva sería necesario emprender la tarea pendiente de reconstruir estos (y otros) agenciamientos de la "ciudadanía" (una "modernidad social") señalados en estas páginas: la movilización y desplazamientos masivos de las guerras de Independencia, en los que no sólo debe leerse el colonial "caudillismo" sino sobre todo el contenido libertario de las nuevas subjetividades sociales; el nerviosismo y la ebullición de las identidades negadas bajo el sistema republicano representativo; las migraciones urbanas desde la segunda mitad del siglo XIX y las globales desde las últimas décadas del siglo XX, con su trabajo sobre los imaginarios y las prácticas; la expansión comunicativa en los nuevos medios.

¹³ El concepto de "cultura popular", central en este trabajo, si bien tiene varios desarrollos en las páginas que siguen, merece un tratamiento específico articulado al argumento que sostengo aquí. Lo abordo en otro texto, en revisión, a partir de Giambattista Vico, Antonio Gramsci, Mijail Bajtin, Michel de Certeau, Peter Burke y Geneviève Bollème. Ver también la relación entre cuerpo y culturas populares en el proceso de transformación europea de los siglos XVI al XVIII, en Grosso, 2001b.

¹⁴ Es decir, resignificaciones en el curso de la acción social (semio-acciones); para distinguirlas del culturalismo, del idealismo, esteticista y posmoderno, a que muchas veces se ven reducidas las "resignificaciones sociales", tanto en las verborragias celebratorias como en las adustas críticas ilustradas. Siendo que, en cambio, las resignificaciones prácticas nos colocan en la primaria dimensión material-cultural de lo estético poskantiano, que ha sido el escenario filosófico-político más crítico en que se manifestó la "posmodernidad", según mi manera de percibir la vida cultural occidental de las últimas décadas del siglo XX. La inconmensurabilidad estética a la que se asoma la *Crítica del Juicio* (1794) (como tal inconmensurabilidad) redefine la tarea de una crítica, que de crítica de la Razón pasa a la reflexión sobre las dimensiones estéticas primarias de la "realidad" y a las transformaciones plásticas de las relaciones sociales en el cotidiano, es decir, al entramado de estéticas sociales como complejos culturales de poder y campos de acción (Marx, Nietzsche, Gramsci, Bajtin). La crítica pasa así del conocimiento a la praxis (y relocaliza el conocimiento en la praxis).

¹⁵ Uso el término "mediación", "mediaciones", en cuanto aquello que refiere a las prácticas sociales cotidianas en su movilización cultural, aquello que hace a la materialidad corporal de la vida social y que constituye la densidad de tradiciones en que se construye la acción y se resignifica lo adviniente. Es aquello en que se extiende la recepción, lo que excede cualquier red o tecnología, si bien se reconstruye en dialéctica con ellas. Enfatiza que no hay consumo pasivo porque los actores sociales tienen espesor histórico y cultural. Destaco de este modo la contribución más importante de Jesús Martín-Barbero a los estudios de comunicación social y que se alimenta de los desarrollos de la semiología francesa (Barthes, Kristeva; en el contexto parisino de la recepción de Bajtin) en la década de los 60 (MARTÍN-BARBERO, 1998, 1999). Eliseo Verón habla, con una mirada más circunscripta a la relación de los actores sociales con los "medios" (en Martín-

Barbero "mediaciones" tiene una dimensión socio-histórica, comunicativa, más universal), de "mediatización", y es lo que lo lleva a afirmar que "medios" es para él ante todo una categoría sociológica (VERÓN, 2001). Hans-Robert Jauss, lo llamó "comunicación", vinculándolo al término griego "cátarsis", en relación con la experiencia estética literaria (JAUSS, 1986). Y antes, Mijail Bajtin había señalado, en su "poética sociológica" del lenguaje y de la literatura, que toda creación ideológica debe ser estudiada "en el proceso de comunicación social" en que ha sido producida y que ha animado (Bajtin, 1994). Las mediaciones nos colocan en la densidad y opacidades interculturales de nuestros procesos sociales latinoamericanos.

¹⁶ Porque la globalización mediática localiza, establece modelos segmentados que distribuyen un nuevo campo disciplinario de multiplicidades, y que no coinciden con los espacios culturales nacionales. Esto debe tenerse en cuenta cuando, un tanto ingenuamente, se opone lo local a lo global (dando lugar a la banalidad académica de engendros retóricos tales como "glocal"). Lo que resiste y se recrea en lo "local" no es tanto una dimensión geográfica (siempre redefinible, y, en todo caso, lo que la globalización hace es establecer una nueva geografía planetaria) cuanto las densas mediaciones sociales interculturales. Estas mediaciones ganan comunicativa y políticamente estableciendo nuevas identidades y nuevas redes globales; lo que está en juego no es lo local, sino ser "localizado", porque lo local pre-global o para-global está tramado por las formaciones de poder que he analizado en la primera parte de este texto, en la historia colonial y epublicana, y lo global (neoliberal), insisto, es un nuevo mapa de las localidades, supranacional y basado en identidades de consumo. La crítica a la hegemonía mediática de la globalización no está tanto en la apuesta por lo local cuanto en las mediaciones que resisten su localización y control; las mediaciones son la vida de los contextos; dicho en los términos de mi tesis central, entre las naciones y la globalización hay una "modernidad social" en la que los actores sociales se agencian procesos de democratización hacia las profundidades de las diferencias interculturales.

Ante esta posición diferencial que permite el concepto de "mediaciones" frente al culturalismo mediático de las resignificaciones, uno se pregunta cómo Jesús Martín-Barbero no marca su distancia o al menos introduce una sospecha en la feria consumista en que se regodean académicamente García Canclini, Ortiz o Piscitelli.

¹⁷ Más adelante desarrollo los que denomino los "escenarios ético-políticos de la alteridad cultural y del diálogo social" en la Modernidad.

¹⁸ Ante esta ingenuidad frente a la generación massmediática y consumística de diversidades, no debemos olvidar que lo propio de la disciplina para Foucault no es la plana homogeneización represiva, sino el control de las multiplicidades que ella produce y que constituyen el mapa clasificatorio que está dispuesta a reconocer como margen de "libertad" para el "gobierno" de los grupos e "individuos" (Foucault, 1984, 1991, 1996).

¹⁹ El "individuo autónomo", distinto del "diálogo

social”, correspondería a una apropiación descendente en la modernidad social. Martín-Barbero no hace esta diferencia en el campo de operación de las “mediaciones”. Él asume la idea (ilustrada) de que, a la Modernidad (mayúscula), las mayorías latinoamericanas acceden, aunque desviadamente por la presión de sus tradiciones (es decir, la escena del dualismo ilustrado “Tradición/Modernidad”). El concepto de modernidad social coloca un principio de acción en los movimientos sociales, y no los concibe como esencialmente reactivos. La modernidad social es cultura popular en recreación, fuerza expansiva en dialéctica con la Modernidad ilustrada; posición anarquista y gramsciana que Martín-Barbero reconoce y desconoce a la vez: hay fuerzas sociales subalternas en las operan lógicas culturales de larga duración y en los márgenes del control hegemónico; tradiciones críticas (como quiere la hermenéutica), que hablan de otra modernidad, que no “desciende” y que, en su expansión y construcción, no colocan como única alternativa de la retórica de la praxis la “resignificación” y el “desvío”, la “reacentuación” y la “reorientación” (retóricas prácticas que por supuesto hacen parte vital de las políticas populares), sino el juego, las luchas simbólicas, las derivas y las fugas en el contexto de hegemonías no-sistémicas: todos ellos campos de acción dialécticos no-hegelianos, es decir, que no son el desenvolvimiento de un principio único pasando por sus sucesivas negaciones. (La hegemonía puede auto-representarse como sistémica (integración total), pero en su ideología, que es un manto plagado de costuras, continuamente corroídas.) Campos de acción dialécticos que tienen su genealogía conceptual en el antagonismo social del que parten analíticamente Marx, Nietzsche, Gramsci y Bajtin. El concepto de “mediaciones sociales” da cabida, no obstante, a esta acción popular en la construcción de una modernidad no-descendente. Algo semejante al espacio de conflictos que abre Eric Hobsbawm con el concepto de “protonacionalismo popular” (HOBSBAWN, 1995).

²⁰ Concebimos normalmente con mucha naturalidad este escenario de la “alteridad cultural” desde la percepción de quienes llegaron a “América” a finales del siglo XV, pero no tomamos en consideración, más analíticamente, que se trata de una dialéctica en la que intervienen las percepciones nativas y las de las naciones africanas desmembradas y trasplantadas en condiciones de esclavitud.

²¹ Sugestivamente, para Hegel, no habrá acceso al reconocimiento universal de la auto-conciencia libre sino a través del servicio, la disciplina y el trabajo de los “esclavos”; categorías, valores y comportamientos exaltados en los populismos nacionalistas que integraron a las mayorías indígenas, negras y mestizas en varios países de América Latina; categorías releídas a través de una inversión crítica por Marx.

²² Llamo “mestizajes” a las formaciones y prácticas culturales que constituyen productos terceros, en los que ya no son reconocibles separadamente los elementos de diversos horizontes culturales puestos en juego y que generan nuevos pozos gravitacionales que vuelven irregular la topografía comunicacional; llamo “hibridaciones” a los productos neutros, estilizados, simplificados y de fácil circulación, que

liman las aristas y sobrevuelan las densidades culturales, facilitando la devoración de sus “consumidores” (un *cross-over* terso y transparente; y que García Canclini mezcla o, peor aún, homogeneiza, en *Culturas Híbridas*, con los densos mestizajes y los mosaicos sincréticos, con graves consecuencias posteriores: ver *Ciudadanos y consumidores* y *La globalización imaginada*); y llamo “sincretismos” a las formaciones culturales que yuxtaponen elementos diversos en la conformación de una forma de vida. En los mestizajes y sincretismos destaco la agencialidad práctica de culturas populares.

²³ Verón retoma aquí la clasificación semiológica de Charles Sanders Peirce.

²⁴ Por ejemplo, como señala Bourdieu: “A causa del incremento del peso simbólico de la televisión ... una determinada visión de la información, hasta ahora circunscrita a los llamados periódicos sensacionalistas, dedicados a los deportes y a la crónica de sucesos, tiende a imponerse al conjunto del campo periodístico” (BOURDIEU, 1997, p. 73). Se produce aquí una transformación en los géneros informativos, en la que un género de segundo rango alcanza el protagonismo en el nuevo medio.

²⁵ Habermas abandona todo lo “popular” a esta función aclamatoria, que es una de las derivaciones de las culturas populares en el contexto revolucionario del siglo XVIII, y, de ahí en adelante, su localización en las políticas de control en los nuevos espacios nacionales (Bollème, 1990:40). Pero Habermas renuncia a indagar por los márgenes de esas contenciones (Bollème, 1990:35). En todo caso, el espectro de la “publicidad representativa” persigue y asola toda otra forma de publicidad “moderna” y sobre todo a la emancipatoria “publicidad (burguesa) crítica” (en primer lugar emancipatoria de la “irracionalidad popular”).

²⁶ La lectura y la discusión pública críticas nunca serán para Habermas “consumo cultural”; es decir, toda mediación comunicativa, en cuanto es sometida a la discusión, deja de ser consumo (y sólo así).

²⁷ Uno se pregunta por qué estas suavizaciones de la discusión abierta serían propias del consumo, siendo que lo que parecen proteger es cierta autoridad intocable e incuestionable, muy propias de la tradición letrada.

²⁸ Tal como sostiene también Umberto Eco en *Apocalípticos e integrados* al referirse a la democratización de la cultura a través de los medios.

²⁹ Este punto es crucial en la tesis que sostengo en este texto.

³⁰ Me pregunto: ¿por qué debería ser necesario pensar la crítica democrática como “unanidad” o como “coincidencia” (términos tan próximos de la disolución que se critica)?

³¹ Inclusión, por tanto, con un claro límite. Andrew Arato y Jean Cohen (ARATO y COHEN, 1999) tratan de salvar estos límites habermasianos: “La legitimidad de la esfera pública está vinculada a su potencial de inclusión” (p. 40). Pero el mismo Habermas señala, como hemos visto, cómo se corrompe el principio racional en la “publicidad democrático-radical”: se trata, en realidad, de una inclusión bajo el requisito lógico-argumentativo. Arato y Cohen se dirimen con las críticas de esta posición: “Ciertamente, al consagrar una forma particular de discurso como retórica

correcta, o un lenguaje particular como forma única de discurso público aceptable, los grupos dominantes pueden efectivamente silenciar a aquellos que no han sido excluidos *de jure* ni *de facto* de las esferas pública, pero que difieren en aspectos importantes de quienes han tenido acceso privilegiado a ella. Pero esto sería claramente una deformación del principio normativo del discurso público, no su expresión" (p. 41). Lo que pasa es que el reconocimiento no se da sino en la opacidad de la historia, y una mente pura trascendental como inclusión absoluta de las racionalidades es una ilusión, que se muestra precisamente como tal cuando se expresa en el requisito situado de argumentación racional según la tradición filosófica. El reconocimiento de las otras posiciones en el campo social y la interacción con ellas es más que mental, cognitivo: se mueve en la densidad de las prácticas. Como Arato y Cohen reconocen, el "público civil general" "opera a través de niveles de interacción comunicativa para la cual basta el dominio de un lenguaje natural, el cual está hecho para la comprensión general de la práctica comunicativa cotidiana" (p. 41). En esa dimensión, en cuanto está progresivamente atravesada por los medios de comunicación masiva y su ampliación de los contextos locales, los sectores neo-ilustrados, las "audiencias especializadas" de la ciencia, el arte y la academia, que intervienen en ellos "permiten una inclusión cada vez mayor", de "efecto intelectualizante" (donde se ve el movimiento de tan generosa inclusión): "la orientación de la esfera civil pública hacia el lego implica la des-diferenciación, o mejor, la re-traducción de vocabularios técnicos especializados al lenguaje ordinario y la elevación general (!) del nivel de comprensión intelectual de todos los interesados" (p. 41). Uno más bien diría en este último caso: ahí, más que elevar a la intelectualidad, el conocimiento (hegemónico, ilustrado) mostraría su pertinencia social, para qué sirve; su sentido no es comprender, sino la gestión del vivir: "política de la vida", le llama Giddens; en un tono más alto y expresando una fuerza más radical: su tarea "no es interpretar sino transformar el mundo".

³² Desde este punto de vista, podría decirse que la "Posmodernidad", que destaca esta feria massmediática y que relativiza los grandes productos y bienes de la Modernidad ilustrada, estableciendo un nuevo vínculo (positivo o escéptico, pero siempre al menos ambiguo) con la cultura popular y con los poderes disolventes de la *doxa*, es la Modernidad más allá de la Ilustración. No me interesa aquí asumir o defender la posición posmoderna, porque ella también sólo alcanza a ver a (conveniente) distancia la modernidad social, de la cual es apenas su síntoma en las esferas ilustradas.

³³ El trabajo retórico de control ejercido por las tecnologías audiovisuales del consumo diseñadas por los sectores dominantes del mercado cuenta con las siguientes estrategias: a. Totalización de la percepción de la "realidad" en lo dicho y en la visibilización; b. Dramatización: escenificación, espectacularización y exageración; c. La fugacidad y lo efímero generan uniformización, reiteración e inmediatez del éxito de "ventas"; enclaustramiento en el "universo" de lo conocido; y autocensura ante las alternativas de mayor "costo" y ante los riesgos; d. La saturación y

la simplificación (un sentido común mediático) crean un mundo de evidencias totales, "hiperreales" (Jean Baudrillard), estereotipia; e. Todo lo cual produce (socializa, educa, adiestra, rutiniza) una gran y potente capacidad de olvido pasivo (diferente del olvido activo nietzscheano: infantil olvido para enfrentar sin culpa ni remordimientos la poderosa alegría de la acción): digestión y deshecho: consumo. Esta retórica se expresa tecnológicamente en la casa del siglo XX, que ha incorporado a un único espacio interior la cocina y el baño, y en la que la vida doméstica circula entre la cocina y el baño (Lupton y Abbott Miller, 1996), intermedio donde reina, en su trono, el televisor (o varios televisores en su reiteración metonímica). La casa, y el televisor entre la cocina y el baño son metáforas de la fijación corporal del consumo en ese punto de convergencia estética, icónica e indexical, de todas las derivas de género (que están en plena movilización): el culo, esférica máquina de comer y deshechar con placer.

³⁴ Lo icónico es muy estudiado en la crítica cultural del consumo; lo musical no.

³⁵ Michel Foucault en *El pensamiento del afuera* (Pre-Textos, Valencia, 2000 (1966)), sostiene que el lenguaje es "la forma siempre deshecha del afuera" (notar la asociación lenguaje-forma; deshecha-afuera). p. 80. Desde esta perspectiva, el lenguaje es *Lógos* alógico; lo cual abre un estructuralismo del silencio: el afuera opera en el lenguaje la fuerza de la espera atenta y del olvido, la discontinuidad y la continuidad, lo viejo y lo nuevo, lo otro y lo mismo, como experiencia radical de la alteridad, que, en las formaciones del lenguaje (interior, hacia adentro), se disimula: "Es en el olvido donde la espera se mantiene como una espera: atención aguda a aquello que sería radicalmente nuevo, sin punto de comparación ni de continuidad con nada -novedad de la espera fuera de sí y libre de todo pasado - y atención a aquello que sería lo más profundamente viejo - puesto que en las profundidades de sí misma la espera no ha dejado nunca de esperar" (p. 79).

Este "afuera" equivale al "lenguaje puro" en Walter Benjamin, *La tarea del traductor* (en *Ensayos escogidos*. Coyoacán, México, 2001): más allá de la semiología del lenguaje, del lenguaje comprendido como sentido, está ese "más que comunicación" que sube a lo religioso, al silencio de lo inefable. Exterioridad que también se asemeja (si puede usarse este término y este ejercicio comparativos aquí) a la alteridad radical de Lévinas.

Sin embargo, llamo la atención en que, en estos casos anteriores, el más allá de la semiología y la pluralización provocada por la irrupción de la alteridad se desarrolla en el plano platónico del lenguaje, en cuanto significación inmaterial, ideal; diferente a la dirección en que lo plantea el mismo Foucault bajo el concepto de "práctica discursiva" (en *La arqueología del saber*); Derrida, con el concepto siempre material-corporal de "escritura"; Kristeva, con el concepto de "práctica significante"; y, antes que ellos (atravesando la lectura de ellos), Bajtin, con los conceptos de "polifonía", "exotopía", "diálogo" y "realismo grotesco en la cultura popular de la carnavalesca medieval y renacentista", donde el más allá del signo y del sentido es la corporalidad material de toda

acción significacional.

³⁶ Hay un "sujeto" que se construye en la experiencia del consumo; que no es el mismo que el de la era letrada: de paso por lo icónico hacia el símbolo (Lacan). Uno y otro "sujetos" son constructos dominantes negociados con agencialidades socio-históricas densas.

³⁷ Jean-Marc Ferry, *La ética reconstructiva* (Embajada de Francia - Universidad Nacional de Colombia - Siglo del Hombre, Bogotá, 2001:58-63) plantea la necesidad de una comprensión más amplia de la racionalidad moderna respecto de la versión reductiva "instrumental" de Max Weber y de la Escuela de Frankfurt. Asimismo lo plantea Habermas, pero Ferry no recurre como aquél al plano trascendental de una racionalidad substancial de la acción comunicativa (concibiendo la racionalidad instrumental y estratégica como figura histórica total de la primera Modernidad y a la crítica trascendental como tarea filosófica ilustrada en la Modernidad tardía), sino que refiere dicha ampliación al conflicto histórico de racionalidades: en este caso, la racionalidad instrumental es una figura entre otras de la racionalidad moderna, frente a racionalidades prácticas en las que intervienen elementos semióticos simbólicos, icónicos e indexicales (Peirce), que generaron, y generan, en el escenario comunicativo formas diversas (y en pugna) de intersubjetividad. Una posición hermenéutica, para la que la crítica se da en el curso de las interpretaciones en la historia, tal como Ricoeur y Gadamer le hacen notar a Habermas. Por mi parte, marco aquí un énfasis, más allá del culturalismo antropológico en que suele quedar la hermenéutica, destacando el escenario comunicativo, no sólo como feria de la diversidad, sino como campo de batalla entre subjetividades-modos de significación-acción; y leo la reducción a la "racionalización social" bajo la figura instrumental (y el recurso subsiguiente y anunciado a la razón trascendental) como estrategia de control de las racionalidades prácticas sociales, que ejercen la crítica desde lugares filosóficamente no previstos ni sancionados como legítimos, con lenguajes y lógicas ininteligibles para el filósofo ilustrado, haciendo valer sus sensibilidades y necesidades de reconocimiento en el impulso moderno de generalización de la política: ese proceso que, no obstante, desencadenó, y tiene hoy como escenario, la cultura mediática y las derivas del consumo. La Modernidad social se desarrolla entre la reducción letrada y la reducción comercial del consumo, que no reconocen, en éste y en la cultura mediática en general, el campo de batalla social y cultural entre las maneras de pensar, de sentir y de hacer.

También Giacomo Marramao, *El orden desencantado: sentido y paradojas de la racionalidad política* (en Jean-Louis Labarrière y otros. *Teoría política y comunicación*. Gedisa, Barcelona, 2001), cuestiona a la crítica sociológica y neomarxista que no han sabido reconocer, en la racionalidad instrumental y estratégica weberiana, su carácter político intenso en cuanto escenario de relaciones de poder, reduciéndolo, unilateral y unívocamente, a un automatismo progresivo que encierra en la "jaula de hierro" del mundo administrado de las organizaciones.

³⁸ Podría decirse que esta percepción del consumo es "posmoderna". Con respecto la "Posmodernidad",

llamo la atención en que, así como hay una posmodernidad neoliberal o cómplice (cínica o ingenuamente) con el paradigma neoliberal, el impulso posmoderno no se agota ni tiene su expresión más radical en ella. (Ver en *La condición posmoderna* de Jean-François Lyotard la relativización del discurso científico, sus retóricas y sus grandes relatos, desde la recuperación crítica de las narrativas populares.)

³⁹ Ver Gianni Vattimo. *La sociedad transparente*. Paidós, Barcelona, 1996 (1989). En el nacimiento de una sociedad posmoderna, los *mass media* desempeñan un papel determinante. Éstos caracterizan a esta sociedad, no como más transparente, más consciente de sí, más ilustrada, sino como una sociedad más compleja, caótica incluso. Pero en este caos residen nuestras esperanzas de emancipación. (p. 78) Los medios han sido determinantes para el venir a darse la disolución de los puntos de vista centrales, del "principio de realidad" (ver Baudrillard): "La radio, la televisión y los periódicos se han convertido en componentes de una explosión y multiplicación generalizada de *Weltanschauungen*, de visiones del mundo" (p. 79). Estas emancipaciones desmienten el ideal de una sociedad "transparente" (p. 81). "Realidad, para nosotros, es más bien el resultado del entrecruzarse, del 'contaminarse' -en el sentido latino- de las múltiples imágenes, interpretaciones y reconstrucciones que compiten entre sí." (p. 81). Así se abre camino un ideal de emancipación (posilustrada) a cuya base misma están la oscilación, la pluralidad, y, en definitiva, la erosión del propio "principio de realidad" en el "mundo fantasmático de los *mass media*" (p. 82-83) La multiplicidad de racionalidades "locales" produce un "efecto de extrañamiento" respecto de la propia identidad, por la multiplicidad de identidades reconocidas (p. 84-85); la libertad como "oscilación continua entre la pertenencia y el extrañamiento". (p. 86) "El sistema (?) *media*-ciencias humanas funciona, cuando mejor funciona, como emancipación, sólo por cuanto nos coloca en un mundo menos unitario, menos cierto, y, por tanto, también bastante menos tranquilizador que el del mito (?)" (p. 110). (Me pregunto por la reproducción acrítica de Vattimo de estos lugares comunes: "sistema" y "mito": ¿por qué llamarlo "sistema"?; ¿por qué el mito es "tranquilizador"?).

Pero Vattimo silencia que los medios son pluralizadores-estereotipadores en el nuevo régimen "disciplinario" (audiovisual) de las multiplicidades (Foucault). Tampoco parece acertado llamar "pensamiento débil" al del "debilitamiento de la verdad": más que de una dilución o disolución parece tratarse de una sutílización y, con ella, una mayor y más profunda efectividad de la violencia (simbólica). La Modernidad histórica que la crítica posmoderna desoculta y distorsiona no es precisamente caracterizable como "débil", sino algo diferente que sigue teniendo que ver con la violencia y el poder. Esta ilusión vattimiana lleva a una gran ingenuidad nada crítica, que se vuelve cómplice del nuevo régimen de poder: "El advenimiento de los *media* comporta, de hecho, igualmente una acentuada movilidad y superficialidad de la experiencia, que contrasta con las tendencias orientadas a la generalización del dominio, por dar lugar a una especie de 'debilitamiento' en la noción misma de realidad, con el consiguiente

debilitamiento de toda su pregnancia. La 'sociedad del espectáculo' de que hablan los situacionistas no es sólo la sociedad de las apariencias manipuladas por el poder, es también una sociedad en la que la realidad se da con caracteres más débiles y fluidos, y en la que la experiencia puede adquirir los rasgos de la oscilación, del desarraigo, del juego" (p. 153-154). Pero, ¿no hay allí violencia? Vattimo coincide con Habermas, aunque en direcciones opuestas, en que la comunicación puede ser desprendida y separada de las relaciones de poder.

⁴⁰ Nuestros gobiernos latinoamericanos de las últimas dos décadas, apoyados en el giro hacia el "pensamiento único" neoliberal, han aumentado el malestar pendiente que no había alcanzado a satisfacer el Estado de Bienestar en América Latina y el Caribe, y han entregado al mercado privado conquistas sociales por medio de las cuales las mayorías se habían socializado en el sentido de "nación" y que habían permitido aflorar prácticas, valores y modos de socialidad que hacen a los estratos étnicos y a las configuraciones mestizas de nuestra población.

⁴¹ Ver Jesús Martín-Barbero. *Experiencia audiovisual y desorden cultural*. En J. Martín-Barbero y Germán Rey. *Los ejercicios del ver. Hegemonía audiovisual y ficción televisiva*. Gedisa, Barcelona, 1999.

Argumenta Martín-Barbero que nuestro latinoamericano "malestar en la modernidad" no es pensable desde el inacabamiento del proyecto ilustrado que reflexiona Habermas, "pues ahí la herencia ilustrada es restringida a lo que tiene de emancipadora, dejando fuera sus complicidades con la racionalidad de dominio que legitimó su expansión" (p. 20). Es decir: lo que Habermas, en su purismo emancipador, no puede pensar es las complicidades, esos usos "desviados" de la imagen, de la música, de los mensajes y consignas, y esa convivencia de otros modos y formas de comunicar dentro de la hegemonía audiovisual. "Desplazada - no desaparecida - del espacio nacional, la *diferencia* en América Latina... (se ha convertido) en la indagación del modo des-viado y des-centrado de nuestra inclusión en, y nuestra apropiación de, la modernidad: el de una diferencia que no puede ser digerida ni expulsada, alteridad que resiste desde dentro al proyecto mismo de universalidad que entraña la modernidad" (p. 32). "Fuertemente cargada aún de componentes premodernos, la modernidad se hace experiencia colectiva de las mayorías latinoamericanas merced a dislocaciones sociales y perceptivas de cuño claramente posmoderno: efectuando fuertes desplazamientos sobre los compartimentos y exclusiones que la modernidad instituyó durante más de un siglo, esto es, generando hibridaciones entre lo culto y lo popular y de ambos con lo masivo, entre vanguardia y kitsch, entre lo autóctono y lo extranjero, categorías y demarcaciones que se han vuelto todas ellas incapaces de dar cuenta del ambiguo y complejo movimiento que dinamiza el mundo cultural..." (p. 33) La televisión "aparece (para Martín-Barbero) como un espacio de cruces estratégicos con ciertas tradiciones culturales de cada país: orales, gestuales, escritas, teatrales, cinematográficas, novelescas, etc." (p. 30); "...las mayorías en América Latina se están incorporando a, y apropiándose de, la modernidad sin dejar su cultura oral, esto es, no de la mano del

libro, sino desde los géneros y las narrativas, los lenguajes y los saberes, de la industria y la experiencia audiovisual" (p. 34). Dicha inclusión oblicua se construye desde una larga experiencia social visual: "...la historia que nos lleva de la imagen didáctica franciscana del siglo XVI (habría que recuperar también aquí las escrituras prehispánicas, sin las que la didáctica evangelizadora no se entiende) al manierismo heroico de la imaginaria libertadora, y del didactismo barroco del muralismo mexicano a la imaginaria electrónica de la telenovela..." (p. 36) Ver Nota 15.

Llamo la atención en que, si en estas lecturas no explicitamos un agenciamiento político popular en la complejidad cultural de la comunicación, se corre el riesgo de quedar en un culturalismo. Jesús Martín-Barbero, con el concepto de "mediaciones" como señalamiento, no sólo de procesos simbólicos, sino sobre todo de una cultura popular activa (ver *De los medios a las mediaciones*) explicita esta dimensión política de la cultura y esta dimensión cultural de la política; pero, en sus textos siguientes, y sobre todo en el aval que presta a las obras de Néstor García Canclini y de Renato Ortiz, no parece querer marcar esta distancia con el idealismo culturalista. No basta concebir "lo popular" como "lugar metodológico" de los estudios de comunicación, sino que es necesario reconocer culturas populares críticas que construyen sentido y acción (es lo que nombro como "modernidad social"), para no quedar en la mitología del científico social (al modo de un nuevo Frazer que recoge aquí y allá sus "ramas doradas" en el jardín imaginario de la vida de las sociedades). Hoy, con cierto ímpetu "posmoderno", estos manojos tiernos cogidos al azar por etéreos intelectuales en el parque de diversiones del consumo pretenden banalizar nuestras lecturas analíticas y nuestra tarea crítica.

⁴² Sin duda que en ese campo social está en juego, como ya lo había planteado y conceptualizado Gramsci, la posición del intelectual respecto de las culturas populares: posición que guarda relación con dimensiones ideológicas pre-epistemológicas, con itinerarios sociológicos (biográficos, disciplinares e institucionales) y con procesos históricos. Cuestión muy presente en Pierre Bourdieu, pero que deja a medio camino, al justificar históricamente al Socio-análisis sólo desde su pertenencia al campo científico moderno, constituido en el contexto de la Ilustración, y al arrojar a un lado, bajo sospecha de "populismo epistemológico", el concepto de "cultura popular" (BOURDIEU y WACQUANT, 1995).

⁴³ Esta dimensión indexical (Peirce) de la comunicación y que Verón (VERÓN, 2000) destaca (junto con la icónica) como el "espacio mental" primario en el desarrollo de los medios audiovisuales, tal como lo señalamos en páginas anteriores.

⁴⁴ "Eidética", si recuperamos detrás del *éidos* la referencia griega antigua al "fantasma". Pero, lo más importante aún: experiencia audiovisual que por tanto dialoga oblicuamente, en la discontinuidad, con la tradición letrada greco-europea que trama en un único discurso la relación entre "idea" y "lógica", *éidos* y *lógos*, ver y decir (GROSSO, 2002b).

⁴⁵ Teniendo en cuenta la distinción de De Certeau entre "estrategias" dominantes y "tácticas" populares (DE CERTEAU, 1980), las redes expanden el alcance de las

“estrategias”, pero lo más notable tal vez sea la ampliación del terreno y de la complejización de la acción de las “tácticas”.

⁴⁶ Frente a la seguridad policíaca o militar, la seguridad a construir en la vida social de nuestros pueblos es la de un espacio democrático para el disenso y el conflicto: ni seguridad de unos contra otros, ni negación de la incertidumbre ante la imprevisibilidad del acontecimiento, ni pretensión de abolir la posibilidad del conflicto (a fuerza de una voluntarista y totalitaria “prevención”) y sin la cual no habría social; sino, en lugar de todo ello, la incierta seguridad en la que nos sostenemos unos a otros en la diferencia. La mayor violencia es el terrorismo de la exclusión, es decir, la imposibilidad de disenso, el ocultamiento o el destierro del Otro, la intolerancia de acontecimientos. Terrorismo social y de Estado, congénito en América Latina, establecido y ramificado a través de políticas públicas, en especial el sistema educativo. Lo cual dimensiona el escenario educativo como un escenario crucial para una prospectiva crítica, pero no como continuidad en el (des)conocimiento escolar, sino como deconstrucción de las disciplinas educativas. La prioridad es la de una educación deconstructiva y en esa tarea destaca la problematización de lo pedagógico a la que debe contribuir especialmente la Universidad, desarrollando programas de investigación en esta dirección.

⁴⁷ Suena sin duda paradójico que el aparente distanciamiento de los cuerpos en su masa logrado por las tecnologías audiovisuales sea continuado por la experiencia del conjunto corporal en contacto; pero la lectura indexical de la comunicación audiovisual pone de relieve la corporalidad (oculta) como el nivel primario, y la experiencia audiovisual aparece así como aquella que removió la oscuridad letrada del cuerpo; con lo que aquel distanciamiento de los cuerpos se muestra como aparente y en verdad se ha tratado de una extensión de las posibilidades del contacto. Dicha búsqueda del contacto “masivo” (dudo en usar el término por lo que tiene de disolución de las diferencias, cuando en verdad lo estoy usando para expresar una densificación intercultural de los mestizajes y sincretismos; pero lo uso por aquello que tiene de “popular” y de encuentro de mayorías) deconstruirá la fijación greco-occidental en el ver-decir, en la conjunción de *éidos* y *lógos*, como campo de experiencia privilegiado para el conocimiento, para la ética, para la estética y para la política (GROSSO, 2002b).

⁴⁸ Será en este sentido estratégico fortalecer el bloque intra-regional latinoamericano en el marco del ALCA (Acuerdo de Libre Comercio de las Américas), que entrará en vigencia en 2005 bajo la hegemonía estadounidense.

⁴⁹ Por eso el concepto de “hermenéutica doble” (Anthony Giddens) tiene en nuestros contextos un dramatismo adicional, de hondura histórica, que hace imposible que pueda pensarse en algo tan serenamente dialógico como una “hermenéutica” para lo que sucede en el abismo de ese “doble”, y no mejor, en términos gramscianos, de una lucha, como las que Gramsci señalaba en el escenario escolar contra el folklore (GRAMSCI, 1971).

⁵⁰ Dos nuevas maneras de nombrar los desencadenamientos audiovisuales populares y las fijaciones

especulares letradas.

⁵¹ Dichas periferias serán las fuerzas sociales con mayor interés en hacer contacto para actuar; y, en el bloque de las Américas, el nuevo conflicto se expresará culturalmente como antagonismo (no “choque de civilizaciones”) entre latinos (que constituirán aquellas fuerzas periféricas) y anglosajones. (Los afroamericanos dieron su lucha dentro del espacio estadounidense: entre otros logros, en el campo letrado obtuvieron su reconocimiento constitucional y ciudadano, y en el campo audiovisual invadieron la experiencia musical (música, fraseos y maneras de hablar en las canciones, baile, relación cotidiana, erótica y sexual con el cuerpo) (McCLARY, 1997). Sus solidaridades de contacto por fuera de EEUU, dada la brutalidad con que sus ascendientes africanos fueron arrancados de sus lugares de origen y con que fueron desgajadas las unidades familiares, han sido más imaginarias que corporales; imaginariamente poderosas. ¿Qué papel jugarán en aquel antagonismo?)

⁵² “Semio-crítica” es un término que evita la búsqueda de una formalización abstracta del universo comunicativo como en la Semiótica, y el *lógos* metido en la Semiología; ambas, formas letradas del estudio de la comunicación y que desplazan, con total autoconciencia analítica, la Lingüística al amplio espectro de los signos no-lingüísticos. “Semio-crítica” es la acción transformadora en las maneras de hacer de las culturas populares, en la que el sentido es una protuberancia creativa de la acción.

⁵³ Lo semiológico incluye lo lingüístico, pero lo relocaliza (respecto de la Lingüística fundante: a partir de de Saussure) en una dimensión comunicativa más amplia y primaria, corporal-material, práctica.

⁵⁴ Porque también en el campo de la crítica hay dominio y poderes en pugna; formas de la crítica reconocidas, consagradas, silenciadas y desconocidas. Los juegos de poder no se detienen; ahí se queda corto el “socio-análisis” de Bourdieu, demasiado amarrado al optimismo (ideológico) de la Ilustración.

⁵⁵ Lo cual es más que desterritorializadas/reterritorializadas.

⁵⁶ La estrategia estadounidense de depotenciar la interculturalidad a “multiculturalismo” es el equivalente interno a la estrategia de dogmatizar al enemigo oriental (externo) como “choque de civilizaciones”. En ambos casos, controles reductivos impuestos sobre los Otros.

⁵⁷ Que el fundamentalismo y el dogmatismo sean las únicas expresiones posibles de lo religioso es un prejuicio ilustrado y que afecta a las grandes religiones del Libro. Pero, las culturas populares latinoamericanas, laboriosas tramadoras de mestizajes y sincretismos, y a través de la última relativización audiovisual de creencias y rituales, han estado lejos (salvo en el caso de los numerosos grupos evangélicos procedentes de EEUU, guerra religiosa a la carnavalesca “católica” latinoamericana) de la hegemonía letrada en el campo religioso. Tal vez los sincretismos y mestizajes en el campo religioso (“católico”) latinoamericano, a lo largo y a lo ancho de todo el período colonial (así como las reformas protestantes en Europa), fueron los movimientos primarios de la “modernidad social” como autogestión de lo público a poner bajo control por los sectores dominantes.

Bibliografía

- ALBERDI, Juan Bautista. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina. Plus Ultra, Buenos Aires, 1984 (1852).
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso, London & New York, 1994 (1983).
- APPADURAI, Arjun. Introducción. Las mercancías y la política del valor. (1984) En A. APPADURAI (ed.) *La vida social de las cosas. Perspectiva cultural de las mercancías*. Grijalbo - Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México, 1991 (1986).
- ARATO, Andrew y Jean L. COHEN. Esfera pública y sociedad civil. *Revista Metapolítica* Vol. 3 N° 9, Centro de Estudios de Política Comparada, México Enero-Marzo, 1999. p. 37-55.
- BAJTIN, Mijail (Pavel MEDVEDEV) El método formal en los estudios literarios. Introducción crítica a una poética sociológica. Alianza, Madrid, 1994 (1928).
- BAJTIN, Mijail. La cultura popular en la Edad Media y en el Renacimiento. El contexto de François Rabelais. Alianza, Madrid, 1990 (1965).
- BARTOLOMÉ, Miguel. El derecho a la existencia cultural alterna. En G. de CERQUEIRA LEITE ZARUR (org.) *Etnia y nación en América Latina*. Vol I. OEA, Washington, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. Gedisa, Barcelona, 1999 (1998).
- BECK, Ulrich. Segunda Parte. Individualización de la desigualdad social: La destradicionalización de las formas de vida de la sociedad industrial. En *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Paidós, Barcelona, 1998 (1986).
- BOCKOCK, Robert. *Hegemony*. Ellis Horwood Limited & Tavistock Publications, Chichester, London & New York, 1986.
- BOLLÈME, Geneviève. El pueblo por escrito. Significados culturales de lo "popular". Grijalbo - Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México, 1990 (1986).
- BOURDIEU, Pierre y Löic WACQUANT. Respuestas por una Antropología Reflexiva. Grijalbo, México, 1995 (1995).
- BOURDIEU, Pierre. Cap. 2. La estructura invisible y sus efectos. En P. BOURDIEU. *Sobre la televisión*. Anagrama, Barcelona, 1997 (1996).
- BURKE, Peter. *La cultura popular en la Europa Moderna*. Alianza, Madrid, 1991 (1978).
- CALDERON, F., M. HOPENHAYN y E. OTTONE. *Esa esquiña modernidad. Desarrollo, ciudadanía y cultura en América Latina y el Caribe*. UNESCO-Nueva Sociedad, Caracas, 1996.
- COMAROFF, Jean & John. *Of Revelation and Revolution*. Volume I. University of Chicago Press, Chicago, 1991.
- COMAROFF, Jean & John. *Ethnography and the Historical Imagination*. Westview, Boulder, 1992.
- CHAMBERS, Iain. *Migración, Cultura, Identidad*. Amorrortu, Buenos Aires, 1995 (1994).
- CHATERJEE, Partha. *Nationalist Thought and the Colonial World*. University of Minnesota Press, Minneapolis, 1993.
- De CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien*. I. Arts de faire. Gallimard, Paris, 1980.
- DELEUZE, Gilles y Félix GUATTARI. *Mil Mesetas. Capitalismo y esquizofrenia*. Pre-textos, Valencia, 1994 (1980).
- DERRIDA, Jacques. Ja, o en la estacada. Entrevista con Jacques Derrida. (Segunda Parte) (1975). En J. DERRIDA. *El tiempo de una tesis. Deconstrucción e implicaciones conceptuales*. Proyecto a, Barcelona, 1997.
- ELIAS, Norbert. *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. FCE, Buenos Aires, 1993 (1937, 1939; 1977, 1979).
- FORD, Aníbal. *Navegaciones. Culturas orales. Culturas electrónicas. Culturas narrativas*. En A.FORD. *Navegaciones. Comunicación, cultura y crisis*. Amorrortu, Buenos Aires, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Las palabras y las cosas. Una arqueología de las ciencias humanas*. Siglo XXI, México, 1996 (1966).
- FOUCAULT, Michel. *La arqueología del saber*. Siglo XXI, México, 1997 (1969).
- FOUCAULT, Michel. *La verdad y las formas jurídicas*. Gedisa, Barcelona, 1983 (1975).
- FOUCAULT, Michel. *Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión*. Siglo XXI, México, 1984 (1975).
- FOUCAULT, Michel. *La gubernamentalidad* (1978). en M. FOUCAULT y otros. *Espacios de poder*. La Piqueta, Madrid, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica del poder*. La Piqueta, Madrid, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *El yo minimalista y otras conversaciones*. La Marca, Buenos Aires, 1996.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Sudamericana, Buenos Aires, 1995 (1992).
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización*. Grijalbo, México, 1995.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Comunidades de consumidores. Nuevos escenarios de lo público y la ciudadanía*. En B. GONZÁLEZ STEPHAN (comp.) *Cultura y Tercer Mundo*. 2. *Nuevas identidades y ciudadanías*. Nueva Sociedad, Caracas, 1996.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *La globalización imaginada*. Paidós, Buenos Aires, 1999a.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *El consumo cultural: Una propuesta teórica*. En G. SUNKEL (coord.) *El consumo cultural en América Latina. Construcción teórica y líneas de investigación*. Convenio Andrés Bello, Bogotá, 1999b.
- GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo*. FCE, México, 1988.
- GIDDENS, Anthony. *La constitución de la sociedad*.

- Bases para una teoría de la estructuración. Amorrortu, Buenos Aires, 1995 (1984).
- GIDDENS, Anthony. Consecuencias de la Modernidad. Alianza, Madrid, 1994 (1990).
- GONZÁLEZ STEPHAN, Beatriz. Modernización y disciplinamiento. La formación del ciudadano: del espacio público y privado. En B. GONZÁLEZ STEPHAN, J. LASARTE, G. MONTALDO y M.J. DAROQUI (comps.) Esplendores y miserias del siglo XIX. Cultura y sociedad en América Latina. Monte Ávila - Universidad Simón Bolívar, Caracas, 1994.
- GONZÁLEZ STEPHAN, Beatriz. Economías funcionales. Diseño del cuerpo ciudadano. En B. GONZÁLEZ STEPHAN (comp.) Cultura y Tercer Mundo. 2. Nuevas identidades y ciudadanías. Nueva Sociedad, Caracas, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. Selections from the Prison Notebooks. International Publishers, New York, 1971.
- GROSSO, José Luis. Indios muertos, negros invisibles. La identidad "santiagueña" en Argentina. Tesis de Doctorado en Antropología Social y Cultural, Universidad de Brasilia, Brasil. CD-ROM, Equipo Naya - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2001a.
- GROSSO, José Luis. Tecnologías y representaciones de la corporalidad en la transformación europea. Siglos XVI al XVIII. Revista Ciencias Humanas N° 7, Universidad de San Buenaventura Cali, Enero-Junio, 2001b. pp. 199-214.
- GROSSO, José Luis. Ética, periodismo e interculturalidad. Una crítica de las prácticas. Presentado en el Diplomado en Periodismo para la Promoción de la Convivencia y la Cultura Ciudadana. Programa "Cali de Vida", Universidad del Valle - Alcaldía de Santiago de Cali, Colombia. Inédito, 2002a.
- GROSSO, José Luis. Reclinando la clínica. Clínica, Crítica y Estética. Presentado en el Programa de Psicología, Universidad de San Buenaventura Cali, Colombia. Inédito, 2002b.
- GUERRA, Francois-Xavier. Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. MAPFRE-FCE, México, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública. Gustavo Gili, Barcelona, 1999 (1962; Prefacio, 1990).
- HALPERIN DONGHI, Tulio. Historia Contemporánea de América Latina. Alianza, Madrid y Buenos Aires, 1988.
- HARWICH, Nikita. La historia patria. En A. ANNINO, L. CASTRO LEIVA y F-X. GUERRA (directores) De los Imperios a las Naciones: Iberoamérica. Iber-Caja, Zaragoza, 1994.
- HEGEL, G.W.F. Fenomenología del Espíritu. FCE, México, 1985 (1817).
- JAUSS, Hans-Robert. Experiencia estética y hermenéutica literaria. Ensayos en el campo de la experiencia estética. Taurus, Madrid, 1986 (1977).
- HOBSBAWN, Eric. Naciones y nacionalismo desde 1780. Crítica, Barcelona, 1995 (1990).
- KANT, Immanuel. ¿Qué es la Ilustración? En I. KANT. Filosofía de la historia. FCE, Bogotá, 1998 (1784).
- KANT, Immanuel. La Crítica del Juicio. Mexicanos Unidos, México, 1998 (1794).
- KRISTEVA, Julia. Semiótica. Investigaciones para un semioanálisis. Fundamentos, Madrid, 1981 (1969).
- LACLAU, E. & Ch. MOUFFE. Hegemony & Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic Politics. Verso, London & New York, 1990 (1985).
- LACLAU, Ernesto. Emancipación y diferencia. Ariel, Buenos Aires, 1996.
- LUPTON, Ellen y J. ABBOTT MILLER. La higiene, la cocina y el mundo de los productos comerciales en los Estados Unidos de principios de siglo. En Jonathan CRARY y Sanford KWINTER (eds.) Incorporaciones. (Zone 6: Incorporations) Cátedra, Madrid, 1996 (1992).
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía. Convenio Andrés Bello, Santafé de Bogotá, 1998 (1987).
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Recepción de medios y consumo cultural: Travesías. En G. SUNKEL (coord.) El consumo cultural en América Latina. Construcción teórica y líneas de investigación. Convenio Andrés Bello, Bogotá, 1999.
- McCLARY, Susan. Música y cultura de jóvenes. La misma historia de siempre. En Revista A Contratiempo N° 9, Ministerio de Cultura, Bogotá, 1997. pp. 12-21.
- NANDY, Ashis. The Intimate Enemy. Oxford University Press, New Delhi, 1983.
- NIETZSCHE, Friedrich. La genealogía de la moral. II, 12. Alianza, Madrid, 1986 (1887).
- O'GORMAN, Edmundo. La invención de América. FCE, México, 1986.
- ORTIZ, Renato. Otro territorio. Ensayos sobre el mundo contemporáneo. Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 1996.
- PISCITELLI, Alejandro. Post/Televisión. Ecología de los medios en la era de internet. Paidós, Buenos Aires, 1998.
- RAMA, Ángel. La ciudad letrada. Fundación Ángel Rama, Montevideo, 1984.
- RAMOS, Julio. Cap. V. Decorar la ciudad: crónica y experiencia urbana. En J. RAMOS. Desencuentros de la Modernidad en América Latina. FCE, México, 1989.
- ROMERO, José Luis. Latinoamérica: las ciudades y las ideas. Siglo XXI, México, 1978.
- ROSENBLAT, Angel. El mestizaje y las castas coloniales. 2 Volúmenes. Nova, Buenos Aires, 1954.
- SAID, Edward. Orientalism. Vintage Books, New York, 1979 (1978).
- SAID, Edward. El choque de ignorancia. (2001) En VARIOS AUTORES. El mundo después del 11 de Septiembre de 2001. Península, Barcelona, 2002.
- SARLO, Beatriz. Del plano a la esfera: libros e hipertextos. En J. MARTÍN-BARBERO y F. LÓPEZ DE LA ROCHE (eds.) Cultura, medios y sociedad. Universidad Nacional de Colombia, Santafé de Bogotá, 1998.

SEED, Patricia. "Taking Possession and Reading Texts: establishing the authority of overseas empires." *The William and Mary Quarterly* 3d series XLIX: 183-209, 1992.

SEGATO, Rita Laura. *Uma Vocaçao de Minoria: A Expansão dos Cultos Afro-Brasileiros na Argentina como Processo de Reetnização*. Rev. Dados nº 34 (2), Rio de Janeiro, 1991.

SPIVAK, Gayatri. *Other Worlds. Essays In Cultural Criticism*. Routledge, London & New York, 1995.

SPIVAK, Gayatri. Responsabilidad. En B. GONZÁLEZ STEPHAN (comp.) *Cultura y Tercer Mundo*. 2. Nuevas identidades y ciudadanías. Nueva Sociedad, Caracas, 1996.

TAUSSIG, Michael. *Shamanism, Colonialism and the Wild Man. A Study in Terror and Healing*. The University of Chicago Press, Chicago & London, 1991.

TAYLOR, Charles. *La ética de la autenticidad*. Paidós, Barcelona, 1994 (1991).

VERÓN, Eliseo. *El cuerpo de las imágenes*. Norma, Bogotá, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*. Oxford University Press, London, 1977.

ZAVALA, Iris. *Escuchar a Bajtin*. Montesinos, Barcelona, 1996.

Desenvolvimento local e organização sócio-espaial

Local development and social spatial organization

Desarrollo local y organización socio espacial

Sergio Ostetto Oliveira

Universidad Complutense de Madrid

contato: osteto@milenniumnet.com.br

Resumo: Este estudo propõe-se a analisar, de forma esquemática, o processo de globalização, desenvolvimento e organização socioeconômica do Brasil, assim como a contextualização histórica das economias formal, informal e de subsistência. A globalização exige que as comunidades criem políticas inovadoras para competir no mercado, domínio em que a difusão das inovações tecnológicas e o aperfeiçoamento dos recursos humanos são contínuos e velozes. A intensificação desse processo contribui para transformar os comportamentos e as lógicas de indivíduos, empresas e instituições, no tocante à organização dos territórios.

Palavras-chave: Globalização; Inovações tecnológicas; Desenvolvimento local.

Abstract: This paper schematically studies the process of globalization, development and social-economic organization in Brazil, as well as the historical contextualization of the formal, informal and subsistence economy. Globalization demands that communities create innovating politics to compete on the market, where the spread of technological innovations and the improvement of human resources are continuous and move rapidly. The intensification of this process helps to transform the behaviour and the logic of individuals, companies and institutions, regarding the organization of territories.

Key words: Globalization; Innovations; Local development.

Resumen: Este estudio se propone analizar, de forma esquemática, el proceso de globalización, desarrollo y organización socioeconómica de Brasil, así como la contextualización histórica de las economías formal, informal y de subsistencia. La globalización exige que las comunidades creen políticas innovadoras para competir en el mercado, dominio en que la difusión de las innovaciones tecnológicas y el perfeccionamiento de los recursos humanos son continuos y velozes. La intensificación de ese proceso contribuye para transformar los comportamientos y las lógicas de individuos, empresas e instituciones, en lo que se refiere a la organización de los territorios.

Palabras claves: Globalización; Innovaciones tecnológicas; Desarrollo local.

Globalização e desenvolvimento

Nos últimos anos, novos referenciais teóricos surgem não só no seio das ditas ciências naturais e sociais, como também no âmbito dos mais diferentes meios produtivos. Observa-se também um amplo movimento de redefinição de conceitos que, aos poucos, ganham novas significações. Entre outros aspectos, tal fato gera um período de grandes transformações nas mais variadas esferas da vida social, cujo pano de fundo é o processo de globalização (PORTUGUEZ, 1999).

Nesse contexto, o termo “desenvolvimento” implica em dimensões teóricas cada dia mais complexas. É evidente que essa temática não diz respeito somente aos interesses da Geografia. Outros segmentos do saber científico também têm se debruçado sobre o estudo do desenvolvimento, em um esforço contínuo para se compreender a amplitude da noção no atual momento histórico, apesar dos seccionismos acadêmicos ainda existentes. Essa transdisciplinaridade conduz a uma visão mais abrangente da problemática (CARPIO, 1999a).

Na concepção popular, o desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo de progresso, ampliação quali-quantitativa

dos recursos de produção, que, na crítica de Souza (in RODRIGUES, 1997, p. 18), “é basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico [mensurável por meio de crescimento do PNB ou PIB] e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente”.

Souza (1992, p. 123), ao analisar a validade e as limitações do planejamento integrado do desenvolvimento sócio-espaial, advertiu sobre os riscos dos parcialismos analíticos que ainda hoje dominam a produção intelectual. Alertou ainda sobre a fragilidade com que as articulações intertemáticas e interescares se apresentam, mostrando que os recortes temáticos empobrecem o entendimento global, constituindo um claro exemplo do caráter positivista do trabalho acadêmico, que tenta dividir a realidade social em esferas dotadas, cada uma, de “vida própria”: econômica, política, cultural e outras.

Max-Neef (1996) discutiu inúmeros aspectos referentes ao “desenvolvimento” como sendo um processo capaz de satisfazer às necessidades humanas, tidas por ele não somente como metas a serem atingidas, mas também como a razão de existência desse processo. Para esse pesquisador,

El desarrollo a Escala Humana no excluye metas convencionales como crecimiento económico para que todas las personas puedan tener un acceso digno a bienes y servicios. Sin embargo, la diferencia respecto de los estilos dominantes radica en concentrar las metas del desarrollo en el proceso mismo del desarrollo. En otras palabras, que las necesidades humanas fundamentales pueden comenzar a realizarse desde el comienzo y durante todo el proceso de desarrollo; o sea, que la realización de las necesidades no sea la meta, sino el motor del desarrollo. Ello se logra en la medida en que la estrategia de desarrollo sea capaz de estimular permanentemente la generación de satisfactores sinérgicos.

Por sua vez, Cavaco (in RODRIGUES, 1997) empregou a expressão "Desenvolvimento Local" para se referir ao processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção de bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o "desenvolvimento" do lugar mediante estratégias de baixo impacto sócio-ambiental. Essa autora tem pesquisado o turismo rural português, e procura divulgar a idéia da busca de avanço sócio-econômico democrático e fiel às coletividades receptoras.

Rodrigues (1997, p. 10) propõe uma concepção semelhante, quando afirma que o vocábulo *desenvolvimento* não pode ser empregado como sinônimo de crescimento, nem tampouco regular a distribuição da riqueza. Lembra ainda que a "economia não é tudo sem eficácia social", pois o crescimento do PIB não pode ser tomado como referencial único para definir o "desenvolvimento".

Em seus estudos sobre o "desenvolvimento com base local", a autora propõe, especificamente para o caso do turismo, um trabalho de planejamento e gestão do referido processo fundamentado nas características e anseios das localidades receptoras, como contraposição às demandas massacrantes do grande capital, que muitas vezes se instalam em áreas ainda inexploradas para fins de recreação, tecnificam-na, criam uma estrutura receptiva totalmente desvinculada dos aspectos sócio-ambientais locais, sem, contudo, melhorar as condições de vida da coletividade receptora, o que acaba gerando ou agravando a exclusão social.

Com o exposto, vê-se que as idéias apresentadas pelos autores citados são muito

semelhantes, pois todos trabalham o planejamento e a gestão do "desenvolvimento" com base nos lugares, preocupando-se claramente com o equilíbrio sócio-ambiental das localidades receptoras.

No entanto, Ávila (2000) apontou que os europeus tratam o Desenvolvimento Local mais como descentralização de processo de gestão pública e empresarial (ou de sua extensão aos locais visando à geração de emprego e renda nesse nível), sem tocarem nos próprios paradigmas vigentes de desenvolvimento, tratando-se de espécie de socialização humanitária da globalização e concentração, inclusive, geográfica de riquezas e acessos econômicos. Referiu, também, que, no Brasil, o Desenvolvimento Local é tratado como "contrapé" ou "contraponto" entre globalizados e globalizadores, sendo o desenvolvimento local endógeno ou de dinâmica endógena pela qual a comunidade se torna apta (capaz, competente e hábil) de se tornar sujeita e agente de seu desenvolvimento, capaz de equilibrar e "metabolizar" o que lhe vem de fora.

Assim, para efeito deste estudo, admitiu-se a idéia de "Desenvolvimento sócio-espacial" proposta por Marcelo J. L. de Souza, cujas reflexões, além de serem compatíveis com essa investigação, avançaram na discussão teórica do "*desenvolvimento*", representando uma das mais consistentes contribuições da Geografia brasileira à análise desse processo. Segundo Santos, Souza, Silveira (1994), desenvolvimento pressupõe mudança, transformação - e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja por que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade com um valor social.

Os autores lembram ainda que a necessidade de se buscar o desenvolvimento é uma das características das sociedades ocidentais e/ou ocidentalizadas, que têm na idéia de "modernidade" (em suas múltiplas nuances), a base cultural de sustentação desse processo. Após levantarem uma série de questionamentos sobre o contexto cultural em que se construiu (e ainda se constrói) a noção de desenvolvimento, salientaram ainda que qualquer tentativa de apreendê-lo, avançará

teoricamente quando se admitir uma ruptura consciente com o etnocentrismo e com a idéia heterônima de uma verdade absoluta.

Também não se deve tentar defini-lo de uma vez por todas, sendo mais sensato buscar um princípio norteador de modo que a reflexão esteja sempre aberta a novas contribuições. Assim, os autores entendem o desenvolvimento sócio-espacial como um processo de aprimoramento, gradativo ou, também através de bruscas rupturas, das condições gerais de viver em sociedade em nome de uma maior facilidade individual e coletiva, o princípio mais fundamental sobre o qual pode se assentar esse processo parece ser a autonomia individual e coletiva. A autonomia é um princípio ético e político, o qual não define um conceito de desenvolvimento, mas justamente propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de cada cultura, o conteúdo concreto, sempre mutável, do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994).

Espaço (total e local)

Como processo, o desenvolvimento sócio-espacial deve ser pensado em sua totalidade, pela academia, que deve adotar uma postura transdisciplinar, e pelos seus gestores, que devem operacionalizá-lo com base em um planejamento transetorial. Essa, na realidade, é a única forma de promovê-lo de forma realmente integrada (SANTOS, 1998a).

Dessa maneira, vislumbra-se uma noção desse processo, que muito se distancia das conceituações tradicionais, em que o aspecto econômico figura como esfera principal de todas as ações. Questiona-se, também, a simplificação da idéia de desenvolvimento, quando considerada como superação do subdesenvolvimento, caracterizada somente como sinônimo de pobreza e/ou poucos recursos, para ampliação dos mecanismos de produção, que têm nas nações centrais do mundo capitalista os “modelos ideais” a serem copiados.

Para Milton Santos (1998b), a idéia de lugar está intimamente relacionada com o conceito de espaço, argumentando que, “o espaço total e o espaço local são aspectos de

uma mesma e única realidade”. Esse autor (1998) afirma que cada lugar é marcado por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual uma estrutura de capital própria, à qual corresponde uma estrutura específica do trabalho. Em cada lugar, as variáveis A, B e C não têm a mesma posição no aparente contínuo, porque elas são marcadas por qualidades diversas. Isto resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas quantitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico – daí a diferença entre eles.

Neste sentido, e considerando a interpretação das idéias de Milton Santos, observa-se que a identidade do lugar pode ser definida com base em seu conteúdo técnico, conjunto e natureza de técnicas presentes na configuração do território, da demanda informacional, que chega ao local tecnicamente estabelecido, da densidade comunicacional, resultante da interação entre as pessoas, e pela densidade normativa, visto que as normas são consideradas como elementos definidores desse lugar.

Deve-se levar em consideração o papel do significado de tempo, chegando à conclusão de que é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Para Milton Santos, existe dupla questão no debate do lugar: visto “de fora” é resultante dos acontecimentos históricos mais amplos que, de alguma forma, impõem-se e participam de sua configuração, e visto “de dentro” o lugar se refere ao arranjo das forças que se conjugam internamente, conferindo-lhe identidade própria.

A história econômica mundial mostra claramente o quanto o “desenvolvimento” não se processou de forma especialmente homogênea, em função dos modelos mundialmente adotados de reprodução de capital que, ainda hoje, têm papel altamente segregador, pois privilegia algumas áreas para implementação de projetos desenvolvimentistas, em detrimento de outras.

Nesse sentido, na chamada “engrenagem global”, o meio rural passou a atuar como área marginalizada, uma vez que o discurso clássico da ‘modernidade’ se apoiou durante anos na atividade industrial, privi-

legiando a cidade, em um processo hierarquizador desses lugares, em que o campo passou a exercer o papel de saneador das necessidades urbanas, fornecendo matéria-prima, alimentos, água potável, reservas de valores, entre outros exemplos, fato que resultou o retardamento – e, em alguns casos, até mesmo a atrofia – de suas empreitadas de promoção do crescimento econômico e da conquista de melhor qualidade de vida. Ao campo coube, nesse processo, a função de consumir os serviços e produtos oriundos das cidades, em um comportamento eminentemente passivo diante do dito “processo global”.

Não só no Brasil, como em muitas outras nações do mundo, o processo de urbanização, mesmo que diferenciado, provocou o esvaziamento das áreas rurais, resultando não só em graves problemas sociais para o meio rural, como também para o urbano. O campo passou a depender cada vez mais do governo para se manter produtivo, mas, mesmo com esse auxílio, em muitos casos, a produtividade permaneceu insuficiente, para assegurar o bem-viver das populações rurais, que experimentaram – e muitas ainda experimentam – dolorosas fases de escassez dos mais elementares recursos de subsistência. A esse respeito, Cavaco (in RODRIGUES, 1996, p. 96) afirma:

O mundo ocidental conhece atualmente múltiplas situações de crise econômica e social, mas também de novas oportunidades, geradas por sistemas de apoios oficiais e privados, nomeadamente no quadro de programas nacionais e comunitários, pelas novas tecnologias de comunicação, informação, produção, organização e marketing ou pelas inovações no sentido da qualidade (...). No nível de micro-regiões, nos pequenos territórios, aldeias e populações são fortemente sentidas as mediocridades de rendimentos e condições de vida, a falta de empregos e ganhos, traduzidas no êxodo, a de serviços de apoio aos idosos, as insuficiências no acesso e na qualidade do ensino ou da assistência, a falência das atividades econômicas, a destruição dos tecidos socioeconômicos, a pobreza, a degradação geral da habitação, das ruas.

Nesse sentido, uma série de medidas, como linhas de crédito, subsídios, financiamentos de produção, entre outras, foi tomada em nome do socorro ao meio rural, resultando em outros graves problemas como elevação dos custos sociais da produção, incentivo à dependência financeira, juros

elevados e até mesmo o comprometimento da posse da terra em caso de longas inadimplências por empresários.

De uma forma geral, os parques tecnológicos concentram atividades de alta tecnologia e têm como componente essencial, pelo menos, um departamento universitário ou instituto tecnológico onde as empresas podem se comunicar facilmente, tanto material como intelectualmente.

A proximidade com os espaços metropolitanos, onde há facilidades com a economia externa, mão-de-obra qualificada, universidades, centros de investigação avançados, um bom sistema de telecomunicações, existência de capital de risco, pode atrair empresários e profissionais de alta qualificação. Tudo isto é complementado, quando as instituições locais apóiam os investimentos, principalmente na fase inicial de instalação.

Os investidores desejam contar com uma urbanização de qualidade, baixa densidade ocupacional, zonas verdes amplas, infra-estruturas técnicas e, por isso, os responsáveis pela administração pública local devem oferecer estes atrativos, se quiser atrair os investidores para seus territórios.

Parques tecnológicos e inovações locais

A instalação de parques tecnológicos merece uma atenção especial por parte dos gestores públicos, que devem se interessar pela dimensão territorial, de uma reestruturação produtiva na busca de um desenvolvimento maior e mais equilibrado para as regiões. Muitos parques tecnológicos e científicos foram implantados na década de 1980, na Europa, e em outras partes do mundo a partir da década de 1990.

Uma visão geral dos resultados das implantações poderá auxiliar na criação de novos parques, através da análise sistemática de fatores como: as principais dificuldades que se devem enfrentar durante todo o período de inovação; os critérios mais usados para a implantação e sua fase inicial; os debates atuais sobre o êxito, que podem orientar com argumentos tais estudos; análises críticas sobre determinados exageros e erros que foram produzidos nos estudos teóricos e a implantação que estes parques podem apresentar como perspectivas de futuro.

Na visão de March (in RODRIGUES, 1997, p. 18), para a implantação um parque tecnológico, é preciso: estimular a formação de novas empresas em setores de ponta e atrair companhias especializadas em tecnologias avançadas; facilitar a colaboração entre investigação e indústria; revitalizar os setores industriais tradicionais da região, por meio da incorporação da região e de novas tecnologias.; promover a vocação empresarial e o trabalho inovador local; favorecer a independência tecnológica da região mediante a geração interna de novos avanços e aplicações tecnológicas; converter-se em defensor e divulgador das políticas de inovação regional; gerar um importante volume de exemplos de alta qualificação.

Sem uma política de inovação para o desenvolvimento local, os esforços serão nulos. Dessa forma, a apresentação de propostas políticas pode orientar o início de um trabalho bem sucedido, devendo-se sempre dimensionar três aspectos fundamentais:

a) *Políticas específicas de apoio* - com programas de iniciativas comunitárias e de iniciativas industriais.

b) *Metodologia* - apoio empresa/entorno, em que as empresas desenvolvem programas de financiamento, informação, inovação, etc. Existindo também a cooperação de ações coletivas, serviços empresariais (oferta e demanda) e integração de políticas de promoção e ordenação (vantagens competitivas).

c) *Agentes* - descentralização de decisões regionais e locais, com a colaboração do setor público e privado, sempre diversificando as políticas de acordo com os espaços existentes, visando ao desenvolvimento industrial e à interação dos mesmos.

Thirion (1995) apresenta algumas orientações para se analisar as necessidades de inovações locais. O diagnóstico preliminar, segundo o autor, pode estar voltado para o desenvolvimento rural, enfatizando-se os seguintes objetivos: econômico, com a criação de empregos e de atividades; social, com o fortalecimento da coesão e da integração; cultural, com a apropriação e valorização do patrimônio, assim como a renovação e o fortalecimento da identidade local; conservação e renovação dos recursos disponíveis.

Para se atingir tais objetivos, o desenvolvimento do território precisa ser dura-

douro e ainda levar em conta as oportunidades e os obstáculos internos ligados aos fatos históricos de cada território e os externos que derivam da abertura das economias locais.

É essencial analisar estas oportunidades e estes obstáculos por oito pontos-chaves, dos quais alguns apresentam coincidências entre si: a mobilização da população local e a coesão social; a cultura e a identidade do território; as atividades e os empregos; a imagem do território; as migrações e a inserção social e profissional; o meio ambiente; a gestão dos espaços e dos recursos naturais; a evolução de tecnologias; a competitividade; e o acesso aos mercados.

Cada localidade poderá identificar e analisar os seus desafios específicos, quais problemas enfrentará e prever as trocas e adaptações principais, a descentralização política, fortalecendo a rede e os espaços coletivos de intercâmbios e de tomada de decisões, e a organização socioeconômica.

Considerações finais

As empresas inovadoras tendem a se concentrar especialmente em certos âmbitos, sobretudo as de caráter urbano-metropolitano, sem excluir, no entanto, algumas áreas rurais e pequenas cidades. O importante é conhecer até que ponto as características locais apresentam fatores de impulso nesta direção.

Dois tipos de razões complementares são importantes para que essas inovações concentradas se realizem: primeiro, a existência de certas condições territoriais que propiciam o surgimento de inovações em uns casos e em outros não. Daí a validade de se apropriar de um *saber fazer técnico* em certas atividades, recursos humanos com alto nível de formação, existência de infra-estruturas tecnológicas, universidades e centros de investigação de qualidade, capital de risco, etc.

A segunda razão é a proximidade espacial entre as pessoas potencialmente inovadoras, sobretudo as de pequenos grupos e destes com instituições locais favoráveis à inovação; gerando certo volume de idéias positivas para, em conjunto, facilitar os intercâmbios de informações, e assim poderão conjuntamente realizar projetos altamente competitivos no mercado local/regional/ nacional.

No aporte de Veltz (1995, p. 107-117), há que se destacar a aparente contradição que supõe aceitar a influência decrescente do fator distância, associada à melhoria dos sistemas de transporte e telecomunicações, afirmando-se o caráter polarizado da inovação e das empresas inovadoras.

Esse paradoxo tem sido o resultado da constatação que a globalização espacial gera diversas vantagens relacionadas com a diminuição nos cortes de transações entre as empresas de grande importância à medida que se solidificam os processos produtivos e crescem os intercâmbios de bens e serviços ou a mobilidade das pessoas por motivo de trabalho; a melhora nos processos de aprendizado e difusão de informações entre as empresas; a redução dos gastos e riscos associados ao próprio esforço inovador, parcialmente absorvido pelas relações de solidariedade e reciprocidade entre as empresas; a existência de um mercado local de trabalho especializado, em relação a uma determinada *trajetória tecnológica*, que facilita a incorporação das novidades ante a presença de um elevado número de profissionais com experiência no setor produtivo (concreto).

A investigação de meios inovadores tem chamado a atenção sobre o fato de que o território não atua como simples cenário inerte e neutro, em que as empresas se localizam e desenvolvem seus projetos de inovação, favorecendo ou dificultando seus avanços.

Barcelo (1994 apud VALLE, 1998, p. 36) referiu que o entorno territorial de uma empresa é um elemento fundamental para explicar a capacidade de inovação de um território e a possibilidade que tem uma empresa para oferecer determinados serviços que favoreçam suas próprias atividades relacionadas com a inovação tecnológica.

O território é o resultado de um processo surgido pelas estratégias dos atores e dos fenômenos de aprendizagem coletiva. A proximidade geográfica nem sempre se associa à geração e difusão de inovações.

O ponto de partida para se alcançar o desenvolvimento é a *sensibilização* a respeito da dimensão regional. A região e a política regional parecem diluir-se ante a crescente globalização de um sistema organizado, mediante fluxos e redes que desorientam as

fronteiras político-administrativas.

No entanto, com a sensibilização fecundada pode-se criar mercados competitivos locais/regionais com uma estrutura econômica, valores, culturas, instituições que poderão contribuir profundamente com o mercado nacional e com grande êxito competitivo.

Por isso, os objetivos da política tecnológica e regional devem se convergir de maneira visível, trazendo muitos efeitos cumulativos de forma a existir uma adequada coordenação entre ambas.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. C. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Ipespe, Hucitec, 1995. 132p.
- ÁVILA, V. F. et al. *Formação educacional para o desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceito*. Campo Grande-MS: UCDB, 2000.
- BALLESTEROS, A. G. *Métodos y técnicas cualitativas en geografía social*. Barcelona-Espanha, Oikos-tau, 1998. 239p.
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Progresso econômico e social*. 1998.
- CARPIO, J. M. Nuevas realidades en el desarrollo local en España e Iberoamérica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESARROLLO EN IBEROAMÉRICA. *Anales...* Santiago de Compostela, maio 1999a.
- _____. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: Souza, M. A. et al. (orgs.). *Metrópole e globalização*, São Paulo: Centro de Estudos de São Paulo (CEDESP), 1999b.
- _____. *Apontamentos de aula e apostila sobre desenvolvimento local*. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 1999c.
- _____. *Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural*. Madrid: Departamento de Geografía Humana, UCM, 2000.
- _____. *El desarrollo local - claves para la promoción del desarrollo*. Bruselas: Comité Económico y social de las Comunidades Europeas, 1995.
- MAX-NEEF, M. A. *Desarrollo a escala humana*, 1996. In: Valcárcel, G. *Desarrollo local y medio ambiente*. La Iniciativa comunitaria LEADER. Cuenca, Diputación de Cuenca. In: Carpio Martín, José. *Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural*, Madrid: Departamento de Geografía Humana, UCM, 2000.
- PORTUGUEZ, A. P. R. *Agroturismo e desenvolvimento regional*. São Paulo: [s.n.], 1999.
- RODRIGUES, A. B. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S.; SZMRECSANYI, T. *Dinâmica da População: teoria, método e técnica de análise*. São Paulo: [s.n.], 1980.

SANTOS, M. *Técnica espaço tempo - globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec 1998a, 190p.

_____. O espaço do cidadão. In: *Coleção Espaços*, 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998b.

_____. *A natureza do espaço - técnica e tempo e razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 305p.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1992.

THIRION, S. et al. Seminário - métodos úteis para o diagnóstico permanente do território. In: *Guía metodológica para el análisis de las necesidades locales de innovación*. 2. ed. Madrid: UCM, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais - pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TROITIÑO VINUESA, M. A. *Espacios naturales protegidos y desarrollo rural: una relación territorial conflictiva*. Boletín de la A.G.E., n. 20, p. 23-37, 1995.

TRULLÉN, J. Eficacia productiva y cooperación entre empresas locales. *Revista Economía Industrial*, n. 286, Madrid: [s.n.], p. 37-41, julio/agosto 1992.

VALLE, R. M. G. Del. *Las políticas regionales de innovación en la promoción del desarrollo*. *Revista Eure*, Santiago de Chile, p. 29-74, 1995.

VALLE, R. M. G. Del. *Geografía económica - la lógica espacial del capitalismo global*. Barcelona: Ariel, 1997.

_____. *Inovación tecnológica y reorganización del espacio industrial: una propuesta metodológica*. *Revista Eure*, Santiago de Chile, n. 73, vol. XXIV, p. 31-54, diciembre 1998.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo económico: flexibilidad en la acumulación y regulación*. In: *Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo*. Madrid: Pirámide, 1988.

VELTZ, P.; SAVY, M. *Economie globale et réinvention du local*. Marsella: Datar, 1995.

Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica

Traditional family agriculture and the conservation of social biodiversity in Amazonas
Agricultura familiar tradicional y conservación de la socio biodiversidad amazónica

Hiroshi Noda e Sandra do Nascimento Noda
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

contato: noda&noda@inpa.gov.br

Resumo: As formas de produção familiar adotadas pelas populações tradicionais da Amazônia correspondem a sistemas de manejo que integram a agricultura aos diversos ambientes acessados, e a organização social da produção apresenta fraca vinculação e dependência ao mercado e suas regras. A produção de alimentos é diversificada e estável no decorrer do ano. O produtor familiar tradicional, além das atividades agrícolas, pratica, também, o extrativismo vegetal e animal. O compartilhamento intercomunitário de recursos genéticos vegetais é uma prática corrente, o que contribui para a segurança alimentar das comunidades e constitui um importante papel na conservação, na dispersão e no resgate de espécies vegetais cultivadas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Sustentabilidade; Biodiversidade.

Abstract: The methods of family production adopted by traditional populations in Amazonas correspond to management systems that integrate agriculture with various environments and the social organization of the production presents a weak connection with and dependence on the market and its rules. Food production is diversified and stable throughout the year. The traditional family producer, as well as agricultural activities also benefits from local vegetables and animals. The sharing between communities of genetic vegetable resources is a current practice which contributes to the food security of the communities and constitutes an important role in the conservation, spreading and retrieving of cultivated vegetable species.

Key words: Family agriculture; Sustainability; Biodiversity.

Resumen: Las formas de producción familiar adoptadas por las poblaciones tradicionales de Amazonia corresponden a sistemas de manejo que integran la agricultura a los diversos ambientes accesados, y la organización social de la producción de alimentos es diversificada y estable en el decorrer del año. El productor familiar tradicional, además de las actividades agrícolas, practica también, el extractivismo vegetal animal. El compartimiento intercomunitario de recursos vegetales es una práctica corriente, lo que contribuye para la seguridad alimentar de las comunidades y constituye un importante papel en la conservación, en la dispersión y en el rescate de especies vegetales cultivadas.

Palabras claves: Agricultura familiar; Sustentabilidad; Biodiversidad.

Formas de produção da agricultura familiar

As formas de produção da agricultura familiar tem em suas raízes a contribuição cultural das populações tradicionais. As populações indígenas desenvolveram sistemas de manejo que integram a agricultura aos diversos ambientes e recursos da região amazônica. Posey (1986) acredita que as sociedades indígenas, antigas e modernas, ajudaram a moldar a paisagem natural das florestas e cita a prática do plantio de milhares de plantas de açaí, bacaba e árvores frutíferas na Comunidade Gorotire como uma manifestação moderna de uma antiga prática da etnia Kayapó. Ainda hoje é possível encontrar nas populações rurais amazônicas a prática desses conhecimentos empíricos tradicionais integrados, em maior ou menor escala, às práticas introduzidas. A biodiversidade e os ecossistemas naturais, como os da Amazônia, são expressões atuais construídas pela sociodiversidade e pelas culturas dos povos tradicionais. Clement (1992) em artigo sobre os centros de origem de espécies vegetais da Amazônia considera os índios e os caboclos como os grandes responsáveis pela preservação dos recursos genéticos.

O termo "agricultura de subsistência",

muitas vezes utilizado com conotações negativas, caracteriza a fraca vinculação e dependência da agricultura tradicional ao mercado. Linhares e Silva (1981) relatam que, na época colonial, os governos obrigavam a agricultura de subsistência produzir mandioca, considerada uma planta mesquinha, para abastecer a população pobre dos centros urbanos, enquanto o café, cana-de-açúcar e algodão, consideradas plantas nobres, eram cultivados nas fazendas para exportação. Historicamente, as políticas implementadas no setor agrícola tem privilegiado a atividade empresarial em detrimento da agricultura familiar. Dados recentes do INCRA (2000) mostram que o número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar (4,14 milhões) é sete e meio vezes superior ao da agricultura patronal (554 mil). Entretanto, o volume de financiamento concedido à agricultura familiar (938 milhões de reais) foi três vezes inferior ao concedido à agricultura patronal (2,73 bilhões de reais). A análise dos dados do mesmo documento mostram que, quando comparada com a produtividade das grandes propriedades, a produção agrícola realizada nas propriedades familiares produzem 38% a mais por unidade de área do que a

agricultura patronal e apresentam o dobro de retorno, quando se quantifica o volume de crédito utilizado na produção. Apesar disso, em grande parte devido à ausência de uma política agrícola voltada ao pequeno produtor familiar ou mesmo, à implementação de programas de desenvolvimento governamentais contrários aos seus interesses, quatro milhões de famílias de trabalhadores rurais vivem em situação miserável, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (1995).

Na agricultura tradicional, uma vez que todas as necessidades básicas são atendidas pela unidade familiar de produção, esta deve produzir uma diversificada gama de produtos capazes de suprir as demandas da família. Em termos de alimentos a produção deverá ser diversificada e estável no decorrer do ano. Assim, as atividades do produtor familiar tradicional não se restringem às estritamente agrícolas mas, também, de extrativismo vegetal e animal e criação. Segundo Noda *et al.* (2001), os componentes dos sistemas de produção familiar tradicional são:

- **Roça ou Roçado** - local onde são cultivadas as espécies anuais durante algum período (normalmente dois ciclos, dependendo da qualidade do solo) e após isso é deixado em descanso, para recuperação de fertilidade e eliminação de plantas invasoras. Essa técnica, denominada *pousio*, permite que os nutrientes disponíveis, logo após a derrubada da capoeira, sejam imediatamente utilizados na produção de alimentos energéticos. Dessa forma é produzida a mandioca, principal alimento energético das populações tradicionais, que após alguma forma de processamento é possível de ser armazenada até o novo ciclo de produção. No ecossistema de terra firme do Estado do Amazonas a área ocupada por esse componente varia de 0,85 a 3,65 ha por unidade familiar de produção (NODA & NODA, 1994) e na várzea em média de 0,14 a 1,32 ha (NODA *et al.*, 1997).
- **A capoeira ou área de pousio** - são as terras que permanecem em repouso durante um certo período e voltam a ser reutilizadas para o cultivo de espécies anuais. Eventualmente, essa capoeira pode ser enriquecida

com plantio de espécies frutíferas perenes.

- **Sítio, Terreiro ou Quintal** - onde são cultivadas as espécies frutíferas, hortaliças, espécies medicinais e eventualmente, essências florestais. Esse componente localiza-se próximo à moradia do produtor e, em muitos casos, é o componente que fornece o maior volume da produção excedente total colocada no mercado. Noda *et al.* (2000) encontraram, em média, de oito a treze espécies frutíferas cultivadas simultaneamente em comunidades de terra firme do estado do Amazonas e Pereira (1992) registrou a ocorrência de dezenove espécies frutíferas que propiciavam colheita de frutos praticamente o ano todo. Noda *et al.* (1998) encontraram 49 espécies arbóreas, de uso alimentar, medicinal ou madeireira em sítios de comunidades do extremo oeste do Estado do Amazonas.
- **Extrativismo vegetal e animal** (caça e pesca) - a extração de produtos vegetais é uma atividade realizada na floresta que constitui um elemento permanente da paisagem. Os produtos extraídos são alimentos, condimentos, remédios, aromáticos, gomas e fibras. Por outro lado, as atividades relacionadas ao extrativismo animal é constituída pela caça, praticada nas áreas de floresta não somente da propriedade mas, também, em áreas adjacentes. Já a pesca, é realizada no conjunto da bacia hidrográfica, dando-se preferência, dependendo do período do ano, ao rio principal, igarapés ou lagos. O peixe é o principal alimento protéico dos ribeirinhos amazônicos. Em algumas regiões a caça é um componente importante da dieta. Na Tabela 1, baseado em dados obtidos por Allegretti (1987) e Batista (1976) (apud NODA *et al.*, 2000), são apresentados os grupos de produtos resultantes da atividade de extrativismo pelos produtores tradicionais na Amazônia. Alguns produtos extraídos apresentam expressão econômica no mercado formal como, por exemplo, a castanha do Brasil (*Bertholetia excelsa*), açaí (*Euterpe oleracea*, *E. precatoria*), pupunha (*Bactris gasipaes*) e borracha (*Hevea* sp.).
- **Criação Animal** - as formas tradicionais de

Tabela 1: Produtos do extrativismo na Amazônia.

GRUPO	ORIGEM	UTILIZAÇÃO
Alimentos	1. Peixes de água doce, secos e salgados	1. Moquéim (defumação) e piracuí (farinha de peixe)
	2. Caças diversas, secas e salgadas	2. Carne, couros e peles
	3. Aves diversas	3. Carne plumagem
	4. Peixe-boi e tartaruga	4. Mixira (cozimento de carne na própria gordura)
	5. Tartaruga	5. Manteiga ou gordura, ovos, iluminação
	6. Cacaú (<i>Theobroma cacao</i>)	6. Manteiga, chocolate e vinho
	7. Cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i>)	7. Manteiga, vinho e polpa
	8. Castanha do Brasil (<i>Bertholletia excelsa</i>)	8. Alimentação rica em proteínas, sais minerais e vitaminas
	9. Açaí (<i>Euterpe oleracea</i> , E. Precatoria)	9. Frutos, vinho, rica em ferro, palmito
	10. Pupunha (<i>Bactris gasipaes</i>)	10. Frutos, palmito
	11. Insetos diversos	11. Alimentação, decoração e coleções
Condimentos	1. Pimentas: malagueta, olho-de-peixe, de cheiro, josefa, murupi, mata-frade, camapu, cajurama, caçari, murici, olho de pombo, pacova e camarim.	1. Tempero
	2. Baunilha, produzida por 4 orquídeas <i>Vanilla aromática</i> , <i>V. guianensis</i> , <i>V. duckei</i> e <i>V. Planifolia</i>	2. Cheiro e gosto especiais, principalmente, em doceria
	3. Pau-cravo (<i>Dicypellium caryophyllatum</i>)	3. Tempero, medicina e perfumaria
	4. Canela (<i>Cinnamomum zeylanicum</i>)	4. Idem
Modificador da apresentação dos condimentos	1. Urucu (<i>Bixa orellana</i>)	1. Pintura, antídoto, do veneno da mandioca brava, coloração dos alimentos
Remédios	1. Ipecacuanha ou Poia (<i>Psychotria ipecacuanha</i>)	1. Desintéria (amebíase intestinal)
	2. Salsaparrilha (<i>Smilax paysonis</i>)	2. Depurativo e reumatismo Cicatrizante, solvente
	3. Copaíba (<i>Copaifera multijuga</i>)	3. Excitante digestivo, antiespasmódico e peitoral, perfumaria
	4. Casca preciosa (<i>Aniba anellilla</i>)	4. Tratamento de erisipela, bico-de-pé, sabões, cosméticos, perfumaria e confeitaria
	5. Ucuuba de Várzea (<i>Virola surinamensis</i>)	5. Epilepsia, icterícia, antiespasmódico, diurético, purgativo. Antídoto do mercúrio e arsênico. Clareamento de roupas lavadas
	6. Anil (<i>Indigofera anil</i>)	6. Estomáquina e febrífuga. Folha mascada substituiu a coca
	7. Arapouca-de-cheiro (<i>Raputia paraensis</i>)	7. Antimalária (quinina)
	8. Quina (gênero <i>Chichona</i>)	8. Veneno (Pescar e caça), pré-anestesia,
	9. Curares (gêneros <i>Strychnos</i> , <i>Abuta</i> , <i>Cocculus</i> e <i>Chondodentron</i>)	9. Relaxante muscular
	10. Andiroba (<i>Carapa guianensis</i>)	10. Infecções das vias respiratórias, de purativo

caça utilizadas pelas populações extrativistas.

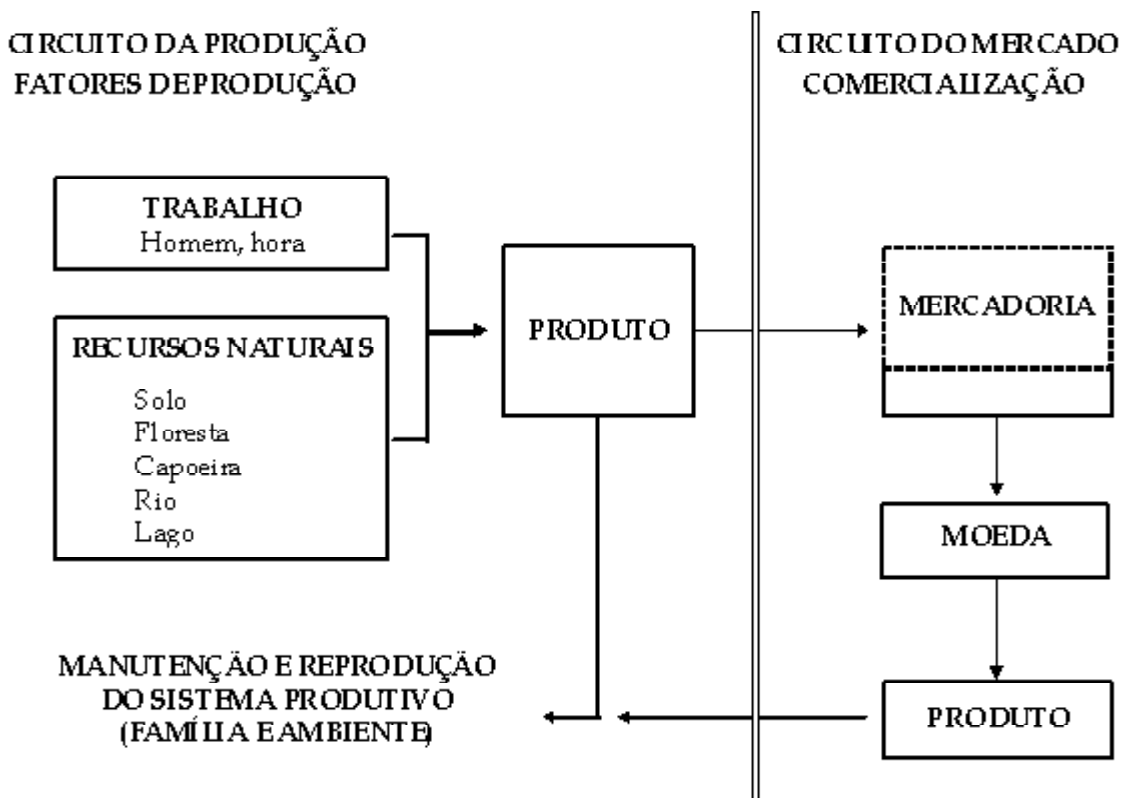
Fonte: ALLEGRETTI, 1987; BATISTA, 1976 apud NODA et al., 2000.

produção normalmente utilizam animais de pequeno porte – aves e suínos – criados, geralmente, com restos de alimentos e de processamento de produtos.

A Figura 1 mostra esquematicamente os fatores envolvidos no processo produtivo da agricultura tradicional e o nível de complexidade de manejo dos recursos disponíveis e administração da força de trabalho familiar. Pelo esquema, observa-se que os fatores de produção disponíveis ao produtor tradicional são os recursos naturais (solo, floresta, capoeira, rio, lago) e a força de trabalho. A combinação e uso desses fatores irá gerar o produto que pode circular no âmbito do sistema produtivo para reproduzir a unidade familiar e ambiental de produção. No Circuito da Produção os produtos gerados são consumidos pela unidade de produção familiar mantendo e reproduzindo o sistema (família e ambiente). Outra parte é compartilhada por outros membros da comunidade, através de uma rede cultural, social e econômica, que contribui significativamente para a estabilidade e permanência das comunidades rurais.

São as relações econômicas (reciprocidade) - doação e recebimento de produtos - e as relações sociais de ajuda mútua - mutirão, troca de dia, roças e hortas comunitárias - culturalmente mantidas pelos os membros da comunidade. O produto excedente não consumido pode ser colocado no Circuito do Mercado gerando renda monetária, o que permitirá a aquisição de bens não produzidos pela unidade de produção. Nesse circuito, o produto é transformado em mercadoria, ou seja, seu Valor de Uso é substituído pelo Valor de Troca. Esse fenômeno ocorre a partir do momento em que, ao atribuir um valor monetário ao produto, aliena-se os atributos sociais, econômicos e culturais geradores da sua produção. No processo de comercialização, o produtor familiar recupera, em moeda, somente uma parte dos recursos - humanos e ambientais - mobilizados no processo produtivo, pois uma significativa fração é apropriada pelos agentes de comercialização e uma outra é, provavelmente, perdida nas incertezas e flutuações do que denomina-se riscos do mercado.

Figura 1: Fatores envolvidos no processo produtivo na agricultura familiar tradicional no Estado do Amazonas.



Fonte: NODA, S. N. et al., 2002.

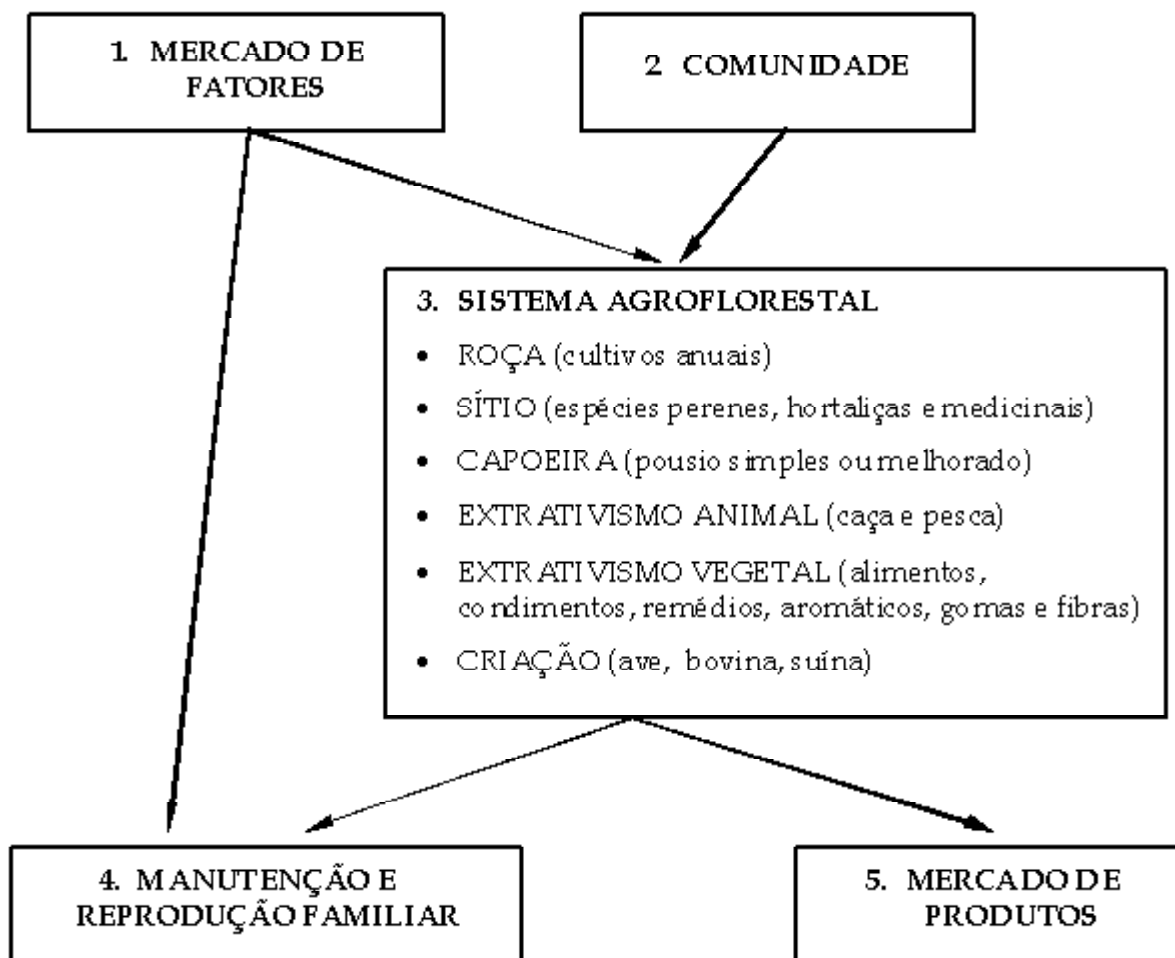
Na Figura 2 pode ser observado um exemplo da distribuição espacial dos componentes dos sistemas de produção tradicional e a Figura 3 apresenta esquematicamente o fluxo de produtos e serviços envolvidos entre os componentes do sistema de produção.

Figura 2: Distribuição espacial dos componentes dos sistemas de produção tradicional. Comunidade Novo Paraíso, Ilha do Bom Intento, Município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas, Brasil.



Fonte: Noda, S. N. (2000).

Figura 3: Fluxo de produtos e serviços entre os componentes produtivos no sistema de produção tradicional na Amazônia.



Direção do Fluxo	Produtos e Serviços Envolvidos
1 → 3	Ferramentas, máquinas e insumos
3 → 4	Alimentos, combustível, madeira, remédio
3 → 5	Alimentos "in natura" e processados, madeira e outros produtos da floresta
3 → 2	Alimentos, sementes, mudas
2 → 3	Sementes, mudas e força de trabalho
1 → 4	Alimentos, combustível, vestimentas, remédio

Fonte: NODA, S. N. et al., 2002.

Agricultura familiar tradicional - uma referência ao desenvolvimento sustentado

A grande exploração agropecuária é realizada em ambientes totalmente modificados, os agrossistemas, construídos a partir da completa remoção da cobertura natural. Nela a racionalidade da produção em escala baseia-se no monocultivo, adaptação e sistematização do solo para fins de mecanização, no uso intensivo de agroquímicos, combustível e força de trabalho. Daí os impactos causados aos ecossistemas, seja pelo processo de eliminação da flora e fauna naturais, erosão, lixiviação e exaustão dos nutrientes do solo, ou comprometimento das bacias hidrográficas pela poluição por agroquímicos e assoreamento de cursos d'água. No que tange às populações humanas, a grande exploração agropecuária mantém, a nível da reprodução biológica, imensos contingentes de trabalhadores, em constante processo de mobilidade, atendendo a demanda de assalariamento temporário.

Por consistentes razões técnicas, econômicas e socio-ambientais a pequena produção rural familiar deve ser considerada como a alternativa mais recomendada para a resolução do problema da fome no Brasil. Os impactos ao ambiente natural causados pela pequena agricultura familiar são em escala muito menores do que aqueles produzidos pelos grandes empreendimentos agropecuários. Uma vez que os insumos obtidos fora do sistema produtivo são de difícil acesso, o agricultor familiar necessariamente otimiza o uso dos recursos disponíveis, mantém altos níveis de biodiversidade, recicla nutrientes e extrai os recursos naturais existentes até o limite da sua reprodução. Os sistemas de produção de subsistência, utilizados pelas populações tradicionais, são os que melhor expressam os níveis de complexidade do manejo dos recursos disponíveis e administração da força de trabalho familiar, no espaço e no tempo, constituindo, pela combinação desses dois fatores, estruturas de produção auto-sustentáveis e com elevados patamares de suficiência.

As formas de produção utilizadas pelas populações tradicionais da Amazônia é o referencial mais próximo do que seria um sistema de produção auto-suficiente e auto-

sustentado. Uma das principais características da agricultura tradicional que a diferencia da agricultura convencional é que naquela o processo produtivo está basicamente direcionado ao atendimento das necessidades da manutenção e reprodução biológica e social do produtor rural. Elas são praticadas em ambientes pouco modificados, que não sofreram, ainda, os impactos negativos do avanço da agropecuária estritamente voltada aos mercados ou das ações de projetos de desenvolvimento de grande porte voltados à exploração dos recursos naturais. Sua produção é diversificada que, além de permitir uma oferta constante, ampla e variada de alimentos para o auto-consumo, proporciona maior estabilidade ao sistema produtivo, pois o suprimento das necessidades básicas em alimentos da família independe da comercialização do "excedente". As crises do mercado podem afetar o núcleo produtivo mas não inviabilizam sua sobrevivência.

Conservação da biodiversidade

A adesão quase irrestrita dos governos, a nível internacional, às regras da economia neoliberal, tem levado as grandes corporações financeiras a farejar as diferentes alternativas no processo de acumulação que possam aumentar a eficiência das suas estratégias e ações. Nos países periféricos, os remanescentes de suas florestais naturais tem sido um alvo muito visado no sentido da exploração dos seus recursos. Assim, a comercialização da biodiversidade é operacionalizada na medida em que, no processo de sua transformação em recursos naturais, entidades biológicas tornam-se produtos e estes ao se transformarem em mercadoria, adquirem valores de troca monetária. A partir daí o capital mobiliza-se no sentido da sua apropriação.

Em contrapartida, a sustentabilidade do sistema de produção familiar depende da preservação dos recursos existentes no ecossistema como um todo. É importante observar que os níveis de dificuldades para a auto-sustentação do sistema de produção serão maiores à medida das modificações sofridas pelo ecossistema natural. As degradações dos recursos hídricos, localizadas, ou a nível de

bacias hidrográficas, como poluição, erosão e assoreamento de cursos d'água causadas pela exploração predatória dos recursos naturais como garimpo, mineração e grandes empreendimentos agropecuários, pesca predatória, construções de barragens e desflorestamentos são eventos que quebram cadeias alimentares e cortam ciclos reprodutivos, destruindo as fontes permanentes de recursos naturais, secularmente utilizadas pelas populações tradicionais. Assim, as possibilidades do extrativismo animal e vegetal estarão extremamente reduzidas em função do desflorestamento e empobrecimento dos recursos hídricos causados pelos impactos sobre as bacias hidrográficas.

Ao produtor tradicional a estratégia mais importante para manter a sustentabilidade do seu sistema produtivo é a de garantir a estabilidade dos níveis de biodiversidade dos ecossistemas por ele manejado. Segundo Cleveland et al. (1994), os dados atuais e a teoria sugerem que o controle e o manejo da seleção é o modo mais prático e efetivo de manejar recursos genéticos que suportam a estabilidade produtiva a longo termo especificamente adaptada aos ambientes locais e às formas de produção locais incluindo organização social e valores culturais. Portanto, a conservação dos recursos genéticos ocorre na medida em que é mantida a sustentabilidade do sistema produtivo.

Os agricultores tradicionais são os únicos que, ainda hoje, cultivam e mantêm essa variabilidade genética. Estudos efetuados por Noda et al. (1996) evidenciam a importância da agricultura tradicional na conservação de recursos genéticos das espécies olerícolas, frutíferas, florestais e medicinais. Entretanto, para algumas espécies os dados obtidos mostraram que a frequência de ocorrência de algumas espécies já é muito baixa, como no caso do ariá (*Calathea allouia*) que ocorreu em apenas 3% dos sítios. As espécies de hortaliças nativas não convencionais, eventualmente, podem não ocorrer nos sítios e roças. Entretanto, a variabilidade genética dentro das espécies é muito ampla, como verificou Silva Filho et al. (1997) para populações de cubiu (*Solanum sessiliflorum*), em relação às características agrônômicas como produção, formato e peso médio de frutos.

A diversidade de espécies que compõe

os sítios permitem, apesar da aparente desorganização, maior aproveitamento do espaço, uma vez que árvores de porte elevado podem ser cultivados ao lado de espécies tolerantes ao sombreamento parcial, que ocupam o estrato intermediário. Em relação às técnicas de cultivo, pesquisas recentes tem demonstrado a importância da manutenção da biodiversidade nos agrossistemas. Estudos realizados na China tem demonstrado a importância da biodiversidade nos agrossistemas, reforçando a sabedoria científica que plantando diferentes variedades de um cultivo no mesmo campo diminui epidemias de doenças e melhora o rendimento. O estudo envolvendo milhares de produtores de arroz mostrou um acréscimo de 18% do rendimento quando misturou-se duas variedades de arroz no mesmo campo. Para uma variedade de arroz o plantio misturado foi 89% mais produtivo que o plantio em monocultivo, sendo a incidência de doença no plantio misturado de 1%, ao passo que no monocultivo foi de 20%.

Agricultura sustentável

A valorização das formas de produção em espaços de uso comum merece uma consideração especial. É, talvez, a forma mais concreta de viabilizar o processo de conservação de ambientes naturais, ecossistemas e bacias hidrográficas. Um exemplo marcante é forma de conservação dos recursos pesqueiros na região amazônica propiciado pelos movimentos de preservação de lagos, rios e igarapés pelas comunidades tradicionais, promovida pela Comissão Pastoral da Terra, órgão da Igreja Católica, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Por muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia Ocidental agentes voluntários ambientais credenciados pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) atuam como controladores do uso dos recursos pesqueiros comunitários, promovendo, dessa forma, a recuperação e conservação ambiental dessas áreas de uso comum.

Um conjunto de propostas foram apresentadas por Noda & Noda (1994) no sentido de viabilizar o desenvolvimento da agricultura na região Amazônica baseada na unidade de produção familiar. Fundamen-

talmente, as ações governamentais que, historicamente, tem direcionado todas suas políticas agrícolas para atender a produção de exportação, deveriam ser voltadas no sentido de privilegiar os produtores rurais e suas famílias. Dessa forma, o agricultor conseguindo produzir para o suprimento das necessidades de reprodução de sua família e, desta forma, garantir níveis compatíveis de boa alimentação e satisfação das demais necessidades básicas, então, o abastecimento das cidades seria garantido pela comercialização da produção excedente. Políticas governamentais, a nível regional, introduzindo sistemas de proteção dos recursos naturais básicos responsáveis pela manutenção das famílias dos pequenos produtores deveriam ser implementadas. Essa medida garantiria a sustentabilidade das diferentes formas de uso dos recursos naturais (pesca, caça, extrativismo vegetal, etc.) adotadas pelos agricultores familiares e fundamentais para a manutenção dessas unidades de produção. Sistemas de produção que incrementem a auto-suficiência em termos das necessidades básicas dos pequenos produtores deveriam ser adotados para tornar as comunidades menos sensíveis às flutuações do mercado. Entretanto, o ponto fundamental que possibilitaria a sustentabilidade da pequena produção familiar e das comunidades rurais e, ao mesmo tempo, garantir a superação dos desafios atuais e futuros seria o contínuo processo de organização, em níveis cada vez mais elevados.

Supõe-se que garantindo a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares propiciada pelo acesso à terra e adoção de formas de produção auto-sustentada e auto-suficiente, o abastecimento das cidades seria uma consequência direta e imediata. A partir dessas unidades de produção seria possível viabilizar o acesso aos alimentos das populações mais pobres das cidades. Uma vez o pequeno produtor rural consiga produzir suficientemente para suprir as necessidades de reprodução familiar e garantir níveis compatíveis de boa alimentação e satisfação das demais necessidades básicas, o abastecimento das cidades se daria pela comercialização da produção excedente. A necessidade da transformação de parte dos produtos agrícolas em moeda nunca deixará de

ocorrer, pois mesmo situados em elevados níveis de auto-suficiência, sempre haverá necessidade, por parte dos produtores rurais, de utilizarem algum tipo de serviço encontrado nas cidades e de adquirirem alguns produtos indispensáveis nos mercados. A necessidade em se produzir quantidades de produtos alimentares em nível de escala seria satisfeita pela somatória das produções obtidas na agricultura familiar (NODA, 1995).

Segundo análise efetuada por Jaguaribe et al. (2000), a partir de dados censitários de 1985, 64,7% da população brasileira economicamente ocupada (incluindo os sem rendimentos) se encontra em níveis que variam da miséria (até um salário mínimo) à estrita pobreza (até dois salários mínimos). Portanto, um aspecto importante a considerar é a conexão das pequenas unidades produtivas auto-suficientes e auto-sustentáveis com as populações urbanas fragilizadas e excluídas, grande parte delas sobrevivendo na economia informal. O fluxo direto de produtos alimentares, através da interligação e integração entre as formas de organização dos pequenos produtores rurais e aquelas representativas das camadas populares urbanas da sociedade, poderá viabilizar, concretamente, o combate à fome. Assim, a pequena produção rural e sua aliança com as camadas populares urbanas poderia viabilizar as formas de resistência ao processo de exclusão social e poderá constituir o início do rompimento das estruturas que sustentam a sociedade excludente. É fundamental que a atividade econômica se regionalize e tenha a partir das comunidades e vilas o seu núcleo de expansão. É extremamente interessante que o acesso do alimento pelas camadas populares das cidades seja realizado diretamente dos pequenos produtores rurais, através de suas formas de organização. Não se descartaria, ainda, algum tipo de subsídio, a nível do pequeno produtor ou do consumidor para os ingredientes da cesta básica. Do mesmo modo, a alocação de áreas, nas comunidades, vilas e cidades, apropriadas para venda de alimentos produzidos pelos pequenos produtores locais e instalação de equipamentos mínimos para que a comercialização possa ser realizada dentro de padrões de higiene e eficiência, é um papel que as prefeituras poderiam desempenhar (NODA, 1995).

Extensão rural

Silva (1991) mostra que numa comunidade de agricultores familiares tradicionais, numa jornada diária, cerca de 40% do tempo, é dedicada à agricultura e 60% da jornada de trabalho em atividades de manufatura e extrativismo (caça, pesca, coleta de produtos vegetais na floresta e capoeira). Estes dados mostram que, além dos recursos naturais existentes, a força de trabalho é o único fator de produção, necessitando, portanto, uma administração criteriosa da sua utilização. Portanto, uma interferência inadequada sobre as formas de produção da agricultura familiar pode causar efeitos devastadores, pois, a segurança alimentar é baseada na diversidade e estabilidade da produção obtida pela aplicação da força de trabalho em diferentes atividades e ambientes de trabalho.

Um modelo baseado no sistema norte americano tem sido adotado pelos órgãos oficiais de extensão rural no Brasil. Esse procedimento vem sendo muito criticado por ter provocado um efeito deletério muito grave sobre vida de um imenso contingente de populações rurais brasileiras. Martins (2000) avalia que os resultados de uma sociologia rural "a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade é a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores incluídos, emancipadores e libertadores". Ou, ainda, "legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocadas que foram para cenários de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida".

Muitas vezes as intervenções promovidas pela extensão rural de órgãos oficiais, organizações não governamentais e outras podem causar mudanças danosas nas formas de organização social da produção nas comunidades resultando em fortes pressões sobre os recursos naturais essenciais, inviabilizando a sustentabilidade do sistema produtivo. Além disso, a produção de alimentos para autoconsumo pode ser afetado profundamente pela mobilização da comunidade no sentido da produção especializada.

Isso tem ocorrido quando as comunidades, geralmente incentivadas pelos órgãos de fomento, abandonam suas formas tradicionais de produção diversificada priorizando as atividades destinadas à geração de bens para o mercado canalizando, dessa forma, toda a força de trabalho familiar naquele sentido. Dois exemplos, um ocorrido nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões, onde os produtores familiares, estimulados pelo governo, passaram a dedicar as atividades agrícolas na produção de juta e malva e o outro, da população indígena Saterê-Maués que, incentivada por organizações não governamentais, passaram a produzir guaraná para exportação. Em ambos os casos, as intervenções, que conduziram as comunidades para a especialização, provocaram transtornos na organização social, além de colocar em risco, ou mesmo, inviabilizar a segurança alimentar das famílias. Com pequenas variações, no espaço e tempo, o processo de especialização no monocultivo de espécies industriais como a cana-de-açúcar, soja, algodão e café, tem conduzido, direta ou indiretamente, os pequenos produtores rurais a níveis crescentes de empobrecimento e perda de suas terras.

Compartilhamento de recursos genéticos intercomunitário - uma experiência piloto na floresta amazônica

A característica mais notável da região do Alto Solimões, no Estado do Amazonas, é a predominância da agricultura familiar tradicional praticada em ambientes pouco impactados e a ocorrência de recursos genéticos vegetais, utilizadas e conservados pelas populações tradicionais. Naquela região, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia está implementando um sistema de conservação, melhoramento *in situ* e compartilhamento intercomunitário de recursos genéticos vegetais. Como premissa de trabalho, foi estabelecida a necessidade de elevar os níveis de organização social das famílias e das comunidades para que, a partir daí, as conquistas graduais do bem estar social, coletivizado e permanente, fossem processadas em função da sustentabilidade do sistema produtivo, do aumento da auto-suficiência ao atendimento das necessidades alimen-

tares e da autonomia dos comunitários nas suas decisões políticas sobre o futuro social, econômico e ambiental.

Os sistemas de conservação e melhoramento genéticos *in situ* parecem constituir uma alternativa econômica muito interessante para gerar renda monetária às comunidades tradicionais, já que os agricultores tradicionais possuem todos os conhecimentos necessários para a implantação dos sistemas, pois seus ancestrais foram “melhoristas” de plantas. O registro dos etnoconhecimentos sobre os recursos genéticos vegetais permitirá estabelecer a ponte entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional. Uma vez que todos os conhecimentos contidos nos produtos e processos oriundos das populações tradicionais são expressos sob a forma étnica, sua tradução científica permitirá o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais e a viabilização operacional da Legislação sobre o Acesso aos Recursos Genéticos. A interação entre pesquisadores científicos e os agricultores vem se dando dentro de regras estabelecidas visando assegurar os direitos das populações tradicionais sobre os seus conhecimentos (Tabela 2). O compartilhamento de recursos genéticos é

uma prática corrente adotada pelas populações tradicionais que, além de contribuir para a segurança alimentar das comunidades, tem um importante papel na conservação, na dispersão e no resgate de espécies vegetais cultivadas. Nesse trabalho é necessário apenas um processo de interação entre as comunidades e os pesquisadores para decodificar o conhecimento tradicional em conhecimento científico e, a partir daí, adotar técnicas de seleção que permitam obter cultivares (populações melhoradas) geneticamente adaptadas a ambientes agrícolas. Algumas vantagens proporcionadas por essa modalidade de manejo dos recursos genéticos vegetais seriam: a. possibilidade das comunidades tradicionais de usufruírem de um recurso já disponível nas suas comunidades; b. manutenção das formas de produção adotadas pelos produtores tradicionais; c. acesso aos produtos e/ou aos conhecimentos tradicionais sob o controle dos agricultores; d. conservação da variabilidade genética necessária para manter o sistema funcionando permanentemente; e. constituir um argumento robusto de acesso, apropriação e regularização legal da terra e das águas pelas populações tradicionais.

Tabela 2: Regras e procedimentos para a implantação do sistema de conservação e melhoramento de recursos genéticos *in situ* em comunidades parceiras do Projeto de Desenvolvimento Sustentado do Alto Solimões - PRODESAS.

Princípios adotados pela equipe permanente e pessoal temporário (pesquisadores, técnicos, estagiários, visitantes) envolvidos no projeto:

1. Quaisquer atividades de trabalho a serem executadas nas comunidades devem estar relacionadas ao Projeto, **ser do conhecimento e ter o consentimento dos comunitários** para atuação;
2. A manipulação e a retirada de qualquer material das comunidades devem ser precedidas, por parte do visitante, de **explicação clara aos comunitários a respeito dos procedimentos, finalidades e destinos dos materiais coletados**;
3. Em qualquer hipótese todo material coletado deve ser destinado **EXCLUSIVAMENTE à PESQUISA CIENTÍFICA**;
4. Todo o material coletado deve ser incorporado às coleções de órgãos de pesquisa e **CLARAMENTE IDENTIFICADOS** quanto à sua origem;
5. É **EXPRESSAMENTE PROIBIDO** requerer ou ceder direitos de patenteamento, comercializar ou fazer uso para obter benefícios econômicos a partir do material coletado ou qualquer fração, genes ou moléculas, detectadas ou extraídas do mesmo;
6. O projeto tem como princípio estimular o processo de **COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS GENÉTICOS entre os produtores tradicionais e agricultores familiares**. Neste caso, o processo de compartilhamento deverá ocorrer diretamente entre os seus atores, as comunidades rurais organizadas e mediado, em caso de necessidade, pelo PRODESAS;
7. **Nenhum membro da equipe permanente do PRODESAS ou seu convidado está autorizado a fazer uso dos recursos genéticos coletados nas comunidades parceiras ou mesmo em outras comunidades que não o previsto nestes princípios.**

Referências bibliográficas

- CLEMENT, C. R. Frutas da Amazônia. *Ciência Hoje*, 14 (83), p. 28-37, 1992.
- CLEVELAND, D.; SOLERI, D.; SMITH, S. E. Do folk crop varieties have a role in sustainable agriculture? Incorporating folk varieties into the development of locally based agriculture may be best approach. *BioScience*, v. 44 (11): 740-751, 1994.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. *I Conferência Nacional de Segurança Alimentar*. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Brasília: Secretaria Executiva da Ação da Cidadania, 1995. 201 p.
- INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar*. O Brasil redescoberto. MDA/INCRA. Brasília, 2000. 74 p.
- JAGUARIBE, H. et al. *Brasil 2000 - para um novo pacto social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 196 p.
- LINHARES, M. Y.; SILVA, F.C.T. *História da agricultura brasileira*. Combates e Controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981. 170 p.
- MARTINS, J. S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 15: 5-12, 2000.
- NODA, H. Pequena Produção Rural Auto-Suficiente e Auto-Sustentada.: O Caminho da Vida e Cidadania. 47ª REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Volume I: Conferências, Simpósios e Mesas Redondas. *Anais...* São Luiz, 1995, p. 282-283.
- NODA, H.; NODA, S. N. Produção Agropecuária. In: IBAMA (ed.). *Amazônia - uma proposta interdisciplinar de educação ambiental*. Temas básicos. MMA. IBAMA. Brasília, 1994. p. 129-155.
- NODA, H. et al. Ribeirinhos amazonenses: as agriculturas familiares na Região do Alto Solimões, AM. II Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. São Carlos-SP, 1998. p. 128.
- NODA, H. (Coord.) et al. *Pequena produção de terra firme no Estado do Amazonas*. Manaus-AM. MCT/INPA, 2000. 87 p. (Série Documentos n. 5).
- NODA, S. N. *Na terra como na água*. Organização e conservação de recursos naturais terrestres e aquáticos em uma comunidade da Amazônia brasileira. Cuiabá, MT. 182 p. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Mato Grosso.
- NODA, S. N.; NODA, H.; SILVA FILHO, D. F. Ariá (*Calathea allouia*) - um valioso recurso genético de hortaliça amazônica. *Horticultura Brasileira*, v. 14 (1):103, 1996.
- NODA, S. N. et al. O trabalho nos sistemas de produção de agriculturas familiares na várzea do Estado do Amazonas. In: NODA, H.; SOUZA, L. A. G.; FONSECA, O. J. M. *Dois décadas de contribuições do INPA à pesquisa agrônoma no trópico úmido*. Manaus: MCT/INPA, 1997. p. 241-280.
- NODA, S. N.; NODA, H.; MARTINS, A. L. U. Papel do processo produtivo tradicional na conservação dos recursos genéticos vegetais. In: RIVAS, A.; FREITAS, C. E. C. *Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar*. Manaus: Universidade do Amazonas, 2002. p. 155-178.
- POSEY, D. A. Ethnoecology and the investigation of resource management by the Kayapó indians of Gorotire, Brasil. In: SIMPÓSIO DO TRÓPICO ÚMIDO I. Volume VI. Belém. EMBRAPA/CPATU. p. 63-70. 1986.
- PEREIRA, H. S. *Extrativismo e agricultura: as escolhas de uma comunidade ribeirinha do médio Solimões*. Manaus, 1992. 162 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / Universidade do Amazonas.
- SILVA FILHO, D. F. et al. Seleção de caracteres correlacionados em cubiu (*Solanum sessiliflorum* Dunal) empregando a Análise de Trilha. *Acta Amazonica*, v. 27 (4): 229-240, 1997.
- SILVA, M.C. 1991. *Ecologia de subsistência de uma população cabocla na Amazônia brasileira*. Manaus, 1991. 103 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / Fundação Universidade do Amazonas.

La sostenibilidad biofísica de los agroecosistemas: componente básico del desarrollo local

The biophysical sustainability of agroecosystems: basic components in local development

A sustentabilidade biofísica dos agrossistemas: componente básico do desenvolvimento local

César Valdés López

Pontificia Universidad Javeriana de Colombia

contato: cvaldes@javeriana.edu.co

Resumen: Considerando los agroecosistemas de la región de Guasca como las unidades básicas de desarrollo local, se analizaron sus prácticas de manejo con relación a "Conservación y Regulación de Recursos Naturales" y "Manejo de Recursos Productivos". Los resultados los caracterizan como deficientes en ambos aspectos, determinando bajos niveles de Autorregulación y Autosuficiencia, lo cual les hace altamente dependientes de insumos externos y muy susceptibles al deterioro y pérdida de su capacidad productiva. Desarrollar la cooperación técnica y los procesos comunitarios, aprovechar experiencias locales, podría mejorar la productividad y sostenibilidad de las prácticas agropecuarias en la región.

Palabras clave: Agroecosistemas sostenibles; Autorregulación y autosuficiencia; Ecología del paisaje.

Abstract: The agroecosystems of the Guasca region have been taken as the basic unit of local development. Their management practices have been analyzed and evaluated with reference to "Conservation and Regulation of Natural Resources" and "Handling of Productive Resources". The results were low for both measures, determining low levels of Self-regulation and Self-sufficiency making them highly dependent on external input and highly susceptible to deterioration and loss of their productive capacity. Improving technical cooperation and development of community processes could increase both productivity and sustainability of the agricultural practices in the region.

Key words: Sustainable agroecosystems; Self-regulation and self-sufficiency; Landscape ecology.

Resumo: Tomando-se os agrossistemas da região de Guasca (Colômbia) como unidades básicas de desenvolvimento local, foram analisadas suas práticas de manejo com relação à "Conservação e Regulação de Recursos Naturais" e ao "Manejo de Recursos Productivos". Os resultados demonstram deficiências em ambos os aspectos, com baixos níveis de autorregulação e auto-suficiência, elevada dependência de insumos externos, alta susceptibilidade à deterioração e perda da capacidade produtiva. A implementação de cooperação técnica e dos processos comunitários, assim como o aproveitamento de experiências locais, podem melhorar a produtividade e a sustentabilidade das práticas agropecuárias na região.

Palavras-chave: Agrossistemas sustentáveis; Autorregulação e auto-suficiência; Ecologia da paisagem.

Introducción

La sostenibilidad biofísica de los agroecosistemas es entendida en este contexto como dependiente de la cantidad y calidad de las interacciones internas del sistema, tendientes a optimizar el aprovechamiento de los recursos autóctonos y a minimizar la dependencia externa de recursos manteniendo el potencial productivo del agroecosistema.

Numerosos aspectos han sido estudiados y descritos como factores determinantes de la sostenibilidad biofísica. Particularmente se ha enfatizado en el efecto del uso de insumos agroquímicos, maquinaria y variedades mejoradas con gran homogeneidad espacial y genética; los efectos positivos se relacionan con la disminución del esfuerzo para generar un determinado producto, en la medida que se realiza un control drástico de las condiciones y puede desarrollarse una más extensa producción; sin embargo, los efectos negativos representan dificultades que van desde el corto plazo, como altos costos y aumento de plagas, hasta problemas a largo plazo relacionados con el agotamiento del suelo,

aumento de la resistencia de las plagas y enfermedades, pérdida de la diversidad genética de los cultivos, pérdida de la diversidad de flora y fauna benéficas y pérdida de los conocimientos tradicionales (ALTIERI, 2000). Éstos y otros problemas asociados a la producción agropecuaria generan en conjunto una pérdida de la capacidad productiva desde el punto de vista biofísico y, consecuentemente, económico.

Desde el punto de vista de la agroecología, las acciones tendientes a restaurar y mantener la capacidad productiva de los agroecosistemas implican cambios en la racionalidad de las relaciones entre el hombre y la naturaleza; implican un desarrollo de relaciones más complejas entre los diferentes componentes productivos del sistema, buscando complementariedad de las actividades, economía de recursos, diversificación espacial y temporal, potenciación de mecanismos naturales de defensa y mantenimiento de las condiciones naturales del suelo para la producción a largo plazo (ALTIERI, 1992).

Sin embargo, la presencia de este tipo de prácticas mencionadas no es, por sí sola, garantía de sostenibilidad para el agroecosis-

tema. En este artículo se plantea la necesidad de verificar tanto la existencia de mecanismos que permitan la regulación del agroecosistema (mecanismos de autorregulación) como la eficiencia con que estos operan (autosuficiencia), lo cual se refleja en la autonomía del sistema y el mantenimiento de buenas condiciones de producción.

El escenario para el análisis de estos aspectos se ubica en el municipio de Guasca, Departamento de Cundinamarca (Colombia), el cual forma parte del llamado "Altiplano Cundiboyacense"; se trata de tierras ubicadas en el piso térmico frío, sin estacionalidad térmica pero con variaciones pluviométricas que determinan dos épocas húmedas y dos épocas secas durante el año. La topografía es predominantemente plana, con algunas transiciones a relieves colinados y de montaña.

Aspectos metodológicos

Se utilizó un enfoque jerárquico que permitió definir, en primera instancia, las características físicas de la región que consiste en la delimitación espacial de la heterogeneidad en términos de clima, relieve dominante y procesos geogenéticos, formas del relieve y subdivisiones por facies de pendiente (inclinación, longitud y forma). Sobre la heterogeneidad física se desarrolló una nueva delimitación basada en la interpretación de la cobertura tanto vegetal como de otro tipo. La unidad integrada por las características físicas y de cobertura se denomina UNIDAD DE PAISAJE, la cual es homologable al concepto de Ecosistema, en la medida que se trata de una entidad espacial generada por la interacción de componentes físicos, bióticos y culturales que funciona como un sistema abierto, con cierta autorregulación, manteniendo un estado de equilibrio (ZONNEVELD, 1989).

Paralelamente, se realizó una interpretación de la tenencia de la tierra basada en el tamaño de los predios, tomando como límite del área de estudio la cuenca hidrográfica del Río Siecha hasta la curva de nivel de los 3200 m.s.n.m.; con base en la cartografía catastral 1:10000 se clasificaron los predios en diez rangos de tamaño, desde menores de una hectárea hasta mayores de quinientas hectáreas; el conteo por rangos permitió obtener una proporción para ponderar el valor de la muestra. Se seleccionaron 55 fincas para levantar la información correspondiente a uso y manejo del Sistema de producción, incluyendo algunas variables de interés señaladas por Andrade y González (1996) e IGAC (1997).

Cada finca fue evaluada con base en la información que su propietario o administrador pudiese suministrar, usando como instrumento una encuesta que recoge información a tres niveles: a) general de la finca, sobre servicios, administración e infraestructura; b) actividad pecuaria, y c) actividad agrícola. Adicionalmente, se tomó una muestra superficial de suelo, a 25 cm de profundidad, en un lote de cada finca, para evaluar sus características fisicoquímicas y generar una clasificación basada en su fertilidad y balance entre Carbono/Nitrógeno, siguiendo los criterios expuestos por Ortega (1987) y Cortés y Malagón (1984).

La tabla nº 1 presenta una síntesis de los criterios utilizados para la evaluación de la autorregulación y la autosuficiencia. La autorregulación se define aquí como los mecanismos internos del sistema (el agroecosistema) diseñados para mantener los procesos productivos que le sirven de base para la obtención de los productos agropecuarios. Esta fue estudiada a partir de la identificación de las relaciones entre los componentes de la finca y los procesos que generan con su interacción. Se asume que existen mecanismos de autorregulación cuando una finca posea componentes y prácticas destinadas a la optimización de los recursos, lo cual se refleja en el grado de complementariedad de sus actividades.

Tabla 1: Criterios para la determinación de niveles de autorregulación y autosuficiencia de prácticas de conservación, regulación y manejo de recursos naturales y productivos en Agroecosistemas

<i>COMPONENTE</i>	<i>CRITERIOS DE OBSERVACION</i>	<i>TIPO DE REGULACION</i>	<i>NECESIDAD DE REGULACION</i>	<i>NIVEL DE REGULACION (AUTOSUFICIENCIA)</i>
CONSERVACION Y REGULACION DE RECURSOS NATURALES	Para una autosuficiencia en la regulación se debe contar con mecanismos eficientes que disminuyan la intensidad de procesos naturales de degradación y la pérdida de recursos naturales que son el capital natural para la producción.	<ul style="list-style-type: none"> CONTROL DE EROSIÓN 	Dependiente de la pendiente, cobertura y régimen de precipitaciones.	ALTO: control total de escorrentía MEDIO: control insuficiente BAJO: mínimo control
		<ul style="list-style-type: none"> MANEJO ECONÓMICO DEL AGUA 	Dependiente del balance hídrico.	ALTO: autosuficiente con distribución económica MEDIO: con necesidad de suministro externo suplementario BAJO: con dependencia total de importación de agua
		<ul style="list-style-type: none"> MANEJO DE FLORA Y FAUNA BENÉFICAS 	Dependiente de la heterogeneidad de la cobertura natural	ALTO: mantenimiento de áreas naturales de uso múltiple MEDIO: mantenimiento de pequeñas áreas naturales de uso restringido. BAJO: ausencia de áreas naturales
MANEJO DE RECURSOS PRODUCTIVOS	En la medida que se evite la pérdida de materiales, energía e información de los productos generados y se tenga una mayor diversificación, se tendrá menor dependencia de insumos externos y se obtendrá mayor Autosuficiencia.	<ul style="list-style-type: none"> DIVERSIFICACIÓN: temporal espacial genética 	Dependiente del calendario agrícola, rotación, tipo y variedades de cultivos	ALTO: ciclos largos, diversificación de cultivos y manejo de variedades MEDIO: ciclos moderados, poca diversificación y pocas variedades BAJO: ciclos cortos o sin rotación, monocultivos y homogeneidad en variedades
		<ul style="list-style-type: none"> RECICLAJE DE NUTRIENTES Y ABONOS: Biomasa de plantas Reutilización de nutrientes Biomasa animal 	Dependiente del manejo de residuos vegetales, animales y otros desechos.	ALTO: uso casi exclusivo de residuos y desechos MEDIO: uso combinado y equilibrado de residuos con abonos industriales BAJO: dependencia casi total de abonos industriales
		<ul style="list-style-type: none"> REGULACIÓN BIÓTICA Control biológico natural Control biológico inducido 	Dependiente de la existencia de fauna y flora benéficas	ALTO: control de plagas y enfermedades con enemigos naturales existentes en coberturas naturales. MEDIO: control de plagas y enfermedades con enemigos o productos naturales introducidos BAJO: control de plagas y enfermedades con insumos agroindustriales sintéticos

Por su parte, la autosuficiencia es entendida, en el contexto de este trabajo, como la eficiencia con que las prácticas (autorregulación) suministran las condiciones necesarias para el cumplimiento de los objetivos de producción de los usos programados. Aunque un sistema de producción considere dentro de su funcionamiento mecanismos de

autorregulación, estos mecanismos pueden ser insuficientes con respecto a la demanda real de insumos o al control de procesos naturales que se presentan en el paisaje, lo que determinaría una demanda de energía de subsidio adicional que debe ser ingresada al sistema para el cumplimiento de los objetivos de producción y para el mante-

nimiento de la base de recursos productivos. Por tanto, se hace necesario establecer niveles de eficiencia de los mecanismos de autorregulación que permitan definir el grado de autosuficiencia del sistema.

Características generales de los agroecosistemas

El análisis de las variables físicas del paisaje permitió delimitar tres condiciones climáticas al interior de las cuales se encontraron las características y limitaciones presentadas en la tabla n° 2.

Tabla 2: Condiciones climáticas, tipo de relieve y limitantes naturales de los paisajes del Valle de Guasca.

Clima	Balace Hídrico	Relieve Dominante	Limitantes Naturales
Muy frío húmedo 3600 a 3000 msnm Unimodal; 8 a 12°C	Positivo Im = 83,8 Húmedo	Relieves escarpados. Parte superior montañosa; parte basal alomada.	Bajas temperaturas; fuertes pendientes, soliflucción y deslizamientos.
Frío Subhúmedo-seco 2750 a 3000 msnm Bimodal; 12 a 18 °C	Negativo Im = -3.4 Subhúmedo-seco 3 meses deficitarios	Relieves inclinados a moderadamente escarpados. Parte occidental montañosa- colinada; parte oriental inclinada	Estacionalidad de lluvias; Erosión acelerada, moderada, localizada
Frío Seco 2600 a 2750 msnm Bimodal; 12 a 18 °C	Negativo Im = -6.4 Seco 5 meses deficitarios	Relieves planos a inclinados. Parte central plana; parte periférica colinada-alomada	Estacionalidad de lluvias. Erosión acelerada moderada a severa, en relieves escarpados y taludes

La tabla n° 3 resume las características de cobertura y los sistemas de producción y extracción identificados. Se identificaron siete sistemas de producción, distribuidos en tres ambientes climáticos, los cuales se caracterizan por el predominio de actividades pecuarias relacionadas con la producción lechera, el cultivo de papa y el cultivo mixto de cereales y leguminosas; se encontraron formas tecnificadas de agricultura representadas por los cultivos de fresa, frutales y flores de exportación, el último de los cuales, aunque no representa un área significativamente grande del municipio, constituye un renglón importante de la economía del mismo, principalmente por la alta demanda de mano de obra para el desarrollo de sus actividades.

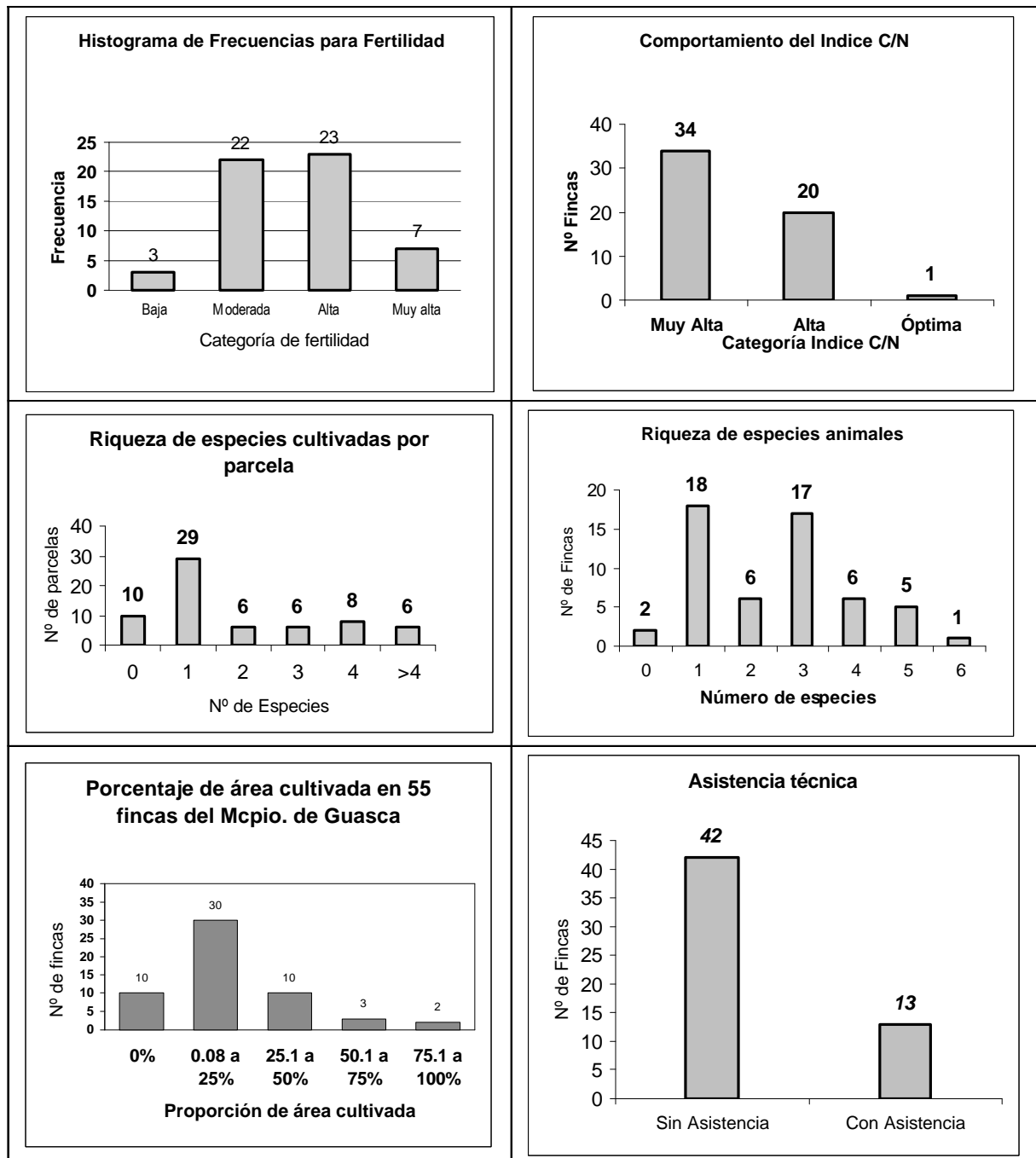
Tabla 3: Características de la cobertura vegetal, Sistemas de Producción y Sistemas Extractivos del Valle de Guasca.

Clima	Cobertura Vegetal	Sistemas Productivos	Sistemas Extractivos
Muy frío húmedo	Vegetación de Páramo y Subpáramo; arbustales densos de ericáceas y melastomátáceas; cultivos temporales y plantaciones forestales de pino.	SP 1: Cultivos de papa con cría o levante de ganado vacuno en forma semiextensiva	SE 2: Extracción de yacimientos de hierro
Frío Subhúmedo-seco	Parches y angostos corredores de vegetación arbustiva densa o laxa; cultivos temporales, plantaciones forestales y potreros.	SP2: Agricultura de papa en asocio con ganadería de vacunos para producción de leche en forma semiextensiva. SP3: Agricultura mixta de leguminosas-maíz alternando con papa o cereales, en asocio con pequeños rebaños de ganadería lechera de bajo rendimiento.	Ninguno identificado
Frío Seco	Parches remanentes y corredores angostos de vegetación arbustiva densa o abierta, cultivos temporales y potreros.	SP 4: Fincas menores de 3 hectáreas con agricultura mixta de leguminosas / maíz en alternancia con papa / zanahoria; actividad pecuaria con pocos animales (vacas, ovejas, cerdos, gallinas) que generan ingresos menores. SP 5: Fincas predominantemente pecuarias para producción de leche, con pastos mejorados; agricultura de subsistencia (arveja-maíz) y huertos caseros. SP 6: Sistemas tecnificados de producción industrial de flores en invernaderos. SP 7: Producción tecnificada de frutales (durazno, manzana)	SE 1: Explotación industrial de sedimentos fluviales para producción de material de construcción.

El gráfico n° 1 resume el comportamiento de las variables más importantes evaluadas para cada una de las 55 fincas estudiadas. En general, las fincas estudiadas presentan condiciones moderadas a altas de fertilidad pero con fuertes desbalances en las proporciones de carbono/nitrógeno, una

marcada tendencia al monocultivo, principalmente de papa, y frecuentes cultivos mixtos de maíz y leguminosas; los usos pecuarios están representados por la ganadería vacuna para producción de leche y, en menor proporción, la cría de ovejas y porcinos.

Gráfico 1: Comportamiento de las principales variables evaluadas en las fincas del Valle de Guasca.



En términos de la diversificación, cerca del 22% de las parcelas estaban sembradas con cuatro o más especies y el 22% de las fincas presentaron el máximo valor entre 4 y 6 especies animales, pero, generalmente, se presentó un fuerte predominio por el mantenimiento de ganado vacuno (81%) y aves de corral (gallinas) 71%.

Con respecto al uso del paisaje, es evidente que la actividad agrícola ocupa un área significativamente menor con respecto al área ocupada en pastos, encontrándose una preferencia por aprovechar el 25% o menos del área de las fincas con cultivos.

Se consideró importante evaluar indirectamente el acceso que tenían los entrevistados a información técnica, a través de la asistencia de especialistas o técnicos agrícolas; encontrándose que más del 76% no contaban con asistencia técnica en sus actividades agrarias.

Autorregulación y autosuficiencia de agroecosistemas

Para el análisis de la sostenibilidad en términos de autorregulación se plantearon dos grupos de funciones, cada una con tres aspectos, que caracterizan el comportamiento de una finca con relación a Conservación y Regulación de Recursos Naturales y Manejo de Recursos Productivos, utilizando los criterios de Altieri (1995); en la tabla n° 4 se compara el comportamiento cualitativo de estos mecanismos para cada uno de los trece tipos de sistema de producción en los que se agruparon las características de las fincas.

Cada valoración se asignó atendiendo al comportamiento predominante de la función de Autorregulación al interior de las fincas que integran el grupo, el cual puede ser variable generando comportamientos intermedios. En general, puede apreciarse que, a excepción de un caso relacionado con "Reciclaje de nutrientes y abonos", todas las fincas presentan niveles de Autorregulación medios a bajos.

Tabla 4: Niveles cualitativos de autorregulación encontrados para los sistemas de producción del Valle de Guasca.

TIPO DE AGROECOSISTEMA	CONSERVACIÓN Y REGULACIÓN DE RECURSOS NATURALES			MANEJO DE RECURSOS PRODUCTIVOS		
	Control de erosión	Manejo económico del agua	Manejo de flora y fauna benéficas	Diversificación	Reciclaje de nutrientes y abonos	Regulación biótica
Fincas menores de una hectárea sin actividad agrícola	bajo	medio	bajo	baja	bajo	baja
Fincas menores de una hectárea con menos del 50% en cultivos	medio	medio	bajo	medio	medio	bajo
Fincas menores de una hectárea con más del 50% del área ocupada en agricultura	medio	medio	bajo	media	bajo	baja
Fincas entre una hectárea y menores de tres hectáreas sin actividad agrícola	bajo	medio	bajo	baja	bajo	baja
Fincas entre una hectárea y menores de tres hectáreas con menos del 50% en cultivos	medio	medio	bajo	media	medio	baja
Fincas entre 1 y menores de 3 hectáreas, con más del 50% en actividad agrícola	medio	medio	bajo	baja	bajo	baja
Fincas entre tres hectáreas y menores de 5 hectáreas sin actividad agrícola	medio	medio	bajo	baja	bajo	baja
Fincas entre tres hectáreas y menores de 5 hectáreas con actividad agrícola	medio a bajo	medio	bajo	baja	bajo	baja
Fincas entre 5 hectáreas y menores de 10 hectáreas sin actividad agrícola	medio	medio	medio	baja	medio	baja
Fincas entre 5 hectáreas y menores de 10 hectáreas con actividad agrícola	medio a bajo	medio	medio	media	medio a alto	baja a media!
Fincas mayores de 10 hectáreas predominantemente agrícolas	medio	medio	medio	baja	bajo	baja
Fincas mayores de 10 hectáreas predominantemente pecuarias	bajo	medio	bajo	baja	bajo	baja
Fincas mayores de 10 hectáreas con actividades agrícolas y pecuarias de importancia.	medio a bajo	medio a alto	medio	baja	bajo	baja

Para cuantificar los aspectos de la tabla N°4, se asume que el valor óptimo para Autosuficiencia representa una finca o unidad de producción donde las funciones para la “Conservación y regulación de recursos naturales” y las funciones para el “Manejo de recursos productivos” son calificadas como altas (cada casilla con valor

máximo de 5 puntos o 16.66%, generando un valor máximo por fila equivalente a 30 puntos o 100%); al observar los resultados de la tabla n° 5, generada a partir de la transformación semicuantitativa de la tabla n° 4, puede notarse que las fincas estudiadas presentan, en promedio, un valor de Autosuficiencia del 38%.

Tabla 5: Niveles semicuantitativos de autorregulación y autosuficiencia calculados para los sistemas de producción del Valle de Guasca.

TIPO DE SISTEMA DE PRODUCCIÓN	CONSERVACIÓN Y REGULACIÓN DE RECURSOS NATURALES			MANEJO DE RECURSOS PRODUCTIVOS			AUTOSUFICIENCIA	% AUTOSUFICIENCIA
	Control de erosión	Manejo económico del agua	Manejo de flora y fauna benéficas	Diversificación	Reciclaje de nutrientes y abonos	Regulación biótica		
Fincas entre 5 hectáreas y menores de 10 hectáreas con actividad agrícola	2	3	3	3	4	2	17	56,7
Fincas menores de una hectárea con menos del 50% en cultivos	3	3	1	3	3	1	14	46,7
Fincas entre una hectárea y menores de tres hectáreas con menos del 50% en cultivos	3	3	1	3	3	1	14	46,7
Fincas entre 5 hectáreas y menores de 10 hectáreas sin actividad agrícola	3	3	3	1	3	1	14	46,7
Fincas menores de una hectárea con más del 50% del área ocupada en agricultura	3	3	1	3	1	1	12	40,0
Fincas mayores de 10 hectáreas predominantemente agrícolas	3	3	3	1	1	1	12	40,0
Fincas mayores de 10 hectáreas con actividades agrícolas y pecuarias de importancia.	2	4	3	1	1	1	12	40,0
Fincas entre 1 y menores de 3 hectáreas, con más del 50% en actividad agrícola	3	3	1	1	1	1	10	33,3
Fincas entre tres hectáreas y menores de 5 hectáreas sin actividad agrícola	3	3	1	1	1	1	10	33,3
Fincas entre tres hectáreas y menores de 5 hectáreas con actividad agrícola	2	3	1	1	1	1	9	30,0
Fincas menores de una hectárea sin actividad agrícola	1	3	1	1	1	1	8	26,7
Fincas entre una hectárea y menores de tres hectáreas sin actividad agrícola	1	3	1	1	1	1	8	26,7
Fincas mayores de 10 hectáreas predominantemente pecuarias	1	3	1	1	1	1	8	26,7
PROMEDIOS	2,3	3,1	1,6	1,6	1,7	1,1	11,4	37,95

Los aspectos de autorregulación más deficientes en términos de "Conservación y regulación de recursos naturales" son, en primer término, el "Manejo de flora y fauna benéficas" con valores bajos, lo cual se entiende por la rara presencia de coberturas naturales en la gran mayoría de fincas y el poco conocimiento de su utilidad en aquellas donde sí se conservaban algunos remanentes; en segundo término, se presenta el "Control de erosión" con valores medios a bajos, asociado al poco cuidado que se tiene en el desarrollo de prácticas de conservación del suelo, presentándose casos en los que la siembra en sentido de la pendiente es la opción escogida debido a que es la forma más cómoda o la única que se puede contratar con los jornaleros.

En términos de "Manejo de recursos productivos", todos los aspectos relacionados con la autorregulación fueron deficientes, mostrando promedios bajos; sin embargo, la "Regulación biótica" es el aspecto más desconocido, lo cual se manifiesta no solamente por la escasa información con la que cuenta el agricultor sobre la materia, sino también por la alta demanda y uso de plaguicidas, que paulatinamente reduce la capacidad natural de los sistemas para cumplir con ese papel.

La "Diversificación" es el segundo aspecto que se registró como bajo, debido al uso de un limitado número de variedades de cultivos, baja rotación y corto descanso de la tierra. El "Reciclaje de nutrientes y abonos" se relaciona principalmente con el uso directo del estiércol como abono; en los pocos casos de compostaje encontrados en la región, no desarrollaban procedimientos tecnificados que garantizaran al agricultor resultados óptimos. Al realizar una aproximación estadística con los valores registrados para las variables seleccionadas que mejor se relacionaban con las características del suelo, pudo observarse que aparentemente existe una correspondencia directa entre la utilización de estiércol y la fertilidad de los suelos; en promedio, la fertilidad de los suelos es más alta en aquellas fincas donde se utiliza el estiércol como parte de las prácticas de abono, que en aquellas donde no se utiliza el estiércol. El balance entre carbono y nitrógeno, evaluado mediante el Índice C/N, mostró una relación directa con la variable "uso del estiércol", presentando valores más altos cuando se usaba estiércol

que aquellos en los que no se usaba. En general, la variable Índice C/N fue alta a muy alta para casi todas las muestras tomadas, indicando que, pese a todas las actividades de manejo del suelo, tanto de reciclaje como de importación de insumos, la capacidad de transformación de materia orgánica en nutrientes dentro del suelo es baja a muy baja, ya que, de acuerdo con Sztern y Pravia (1999 [en línea]), si los materiales aportados no tienen una buena relación carbono/nitrógeno se agotan inicialmente las reservas de nitrógeno del suelo, favoreciendo los procesos anaerobios, con la consiguiente acidificación, movilización y pérdidas de nutrientes.

Otras variables analizadas estadísticamente corresponden a "Asistencia técnica", "Rotación de cultivos", "Proporción cultivada", "Descanso de la tierra" y "Tipo de arreglo"; ninguna de éstas variables mostró relación con las características de los suelos, lo cual sugiere que las prácticas realizadas, a las cuales se refieren las variables en consideración, no están surtiendo el efecto deseado o su efecto no es homogéneo para toda la superficie de la finca.

Con base en esta información de la tabla nº 5 se pueden diferenciar seis tipos de Sistemas de Producción:

1. Sistemas de Producción con un porcentaje de autosuficiencia de 56.67%, en las cuales la regulación biótica está asociada a las coberturas naturales o espontáneas, en su papel de controlador biológico; para uno de los casos estudiados se resaltó el valor de las malezas como forraje y albergue de enemigos naturales de las plagas que atacan sus cultivos, sustituyendo el uso de pesticidas. Estudios sobre este tópico indican que la vegetación asociada con un cultivo en particular influye en el tipo, abundancia y tiempo de colonización de los parasitoides (Waage & Greathead, 1986, en Altieri, 1992); por su parte, Gliessman (2000) menciona como otros beneficios la protección ante procesos erosivos, inhibición de especies nocivas por alelopatía y promoción del establecimiento de insectos benéficos controladores de plagas. En este grupo de fincas se encontraron los mejores ejemplos de utilización de residuos para la producción de abonos orgánicos, independientemente de su eficacia como tales.

2. Sistemas de Producción con un porcentaje de autosuficiencia de 46.67%,

integrado por fincas pequeñas entre 1 y 3 hectáreas, con mayor diversificación espaciotemporal pero un nivel bajo en el manejo de flora y fauna benéficas, y fincas entre 5 y 10 hectáreas, con características opuestas, lo cual les permite presentar el mismo porcentaje aunque por causas diferentes.

3. Sistemas de Producción con un porcentaje de autosuficiencia de 40%, con características similares al caso anterior pero, adicionalmente, menor eficiencia en el reciclaje de nutrientes.

4. Sistemas de Producción con un porcentaje de autosuficiencia de 33.33%, los cuales poseen un manejo semejante de aspectos relacionados con erosión y manejo económico del agua y comparten, para los demás aspectos, niveles bajos de conservación, regulación y manejo de recursos.

5. Sistemas de producción con un porcentaje de autosuficiencia de 30%, con niveles bajos de conservación, regulación y manejo de recursos y prácticas agrícolas que descuidan la conservación del suelo generando pérdida paulatina de este recurso por erosión hídrica.

6. Sistemas de producción con un porcentaje de autosuficiencia de 26.67%, los cuales presentan los niveles más bajos de autorregulación para todos los aspectos considerados excepto manejo económico del agua con un nivel medio.

Conclusiones

Guasca es una región de intensa actividad agropecuaria con una gran heterogeneidad debida a la acción combinada de los factores Clima, Relieve y Litología, los cuales determinan condiciones diferenciales que constituyen ventajas o limitaciones para el aprovechamiento cultural del paisaje.

La estacionalidad de las lluvias y la longitud del período seco determinan una limitada disponibilidad de agua y mayor la susceptibilidad para el desarrollo de procesos erosivos acelerados sin que exista una actividad cultural de autorregulación que les detenga efectivamente.

La influencia del relieve es más notoria bajo condiciones topográficas de pendiente moderadamente escarpada y superiores, donde se presentan formas de inestabilidad

del terreno y procesos degradativos del sustrato que disminuyen la utilidad y productividad de las tierras.

Aparentemente, las limitaciones del paisaje no influyen significativamente sobre la elección de las prácticas de conservación y manejo de los recursos naturales y productivos de las fincas. La quema de coberturas en áreas de fuerte pendiente, siembra en el sentido de la pendiente y reemplazo de amplias extensiones de cobertura arbustiva y arbórea por coberturas forestales plantadas, son testimonio de este tipo de manejo que ha reducido el capital natural de la región.

Las actividades agropecuarias se basan en la aplicación regular y muy frecuente de insumos agrícolas para restituir la disponibilidad de nutrientes del suelo y disminuir la competencia de los organismos que actúan como malezas, plagas y enfermedades. Las prácticas de compostaje no parecen influir en el mejoramiento de la capacidad productiva de los sistemas y, de acuerdo con lo observado, frecuentemente están asociadas a condiciones edáficas adversas para el mantenimiento de una productividad aceptable.

De los casos reportados como afirmativos para la asistencia técnica, menos del 31% (4 casos) eran atendidos por la entidad oficial y los restantes por técnicos particulares. No se encontró ningún indicio que permita asegurar que existe un efecto (positivo o negativo) de la existencia de asistencia técnica sobre la calidad del suelo en términos de fertilidad o balance de C/N. Es necesario desarrollar canales bilaterales de comunicación con el agricultor, con el fin de multiplicar su saber en la región y capacitarle con lo mejor del conocimiento técnico, como lo demuestra Caballero et al (2000) para Cuba.

La aplicación de abonos sin el conocimiento previo de las condiciones fisicoquímicas del suelo y la producción de abonos orgánicos sin normas técnicas sugieren poco conocimiento técnico y podrían ser causas una baja producción y pérdida de las cosechas.

Hay poco conocimiento de la utilidad de coberturas naturales para el control de la escorrentía y la proliferación de plagas. Según lo manifestado por Fry (1995) (citado por Nichols y Altieri, en línea) la vegetación natural adyacente a los campos de cultivo puede ser útil para promover el control biológico, por sus efectos en la distribución

y abundancia de artrópodos.

En síntesis, las experiencias de particular interés, encontradas para el Valle de Guasca, referidas a prácticas para la conservación y regulación de recursos naturales, comprenden: a) captura y almacenamiento de agua de escorrentía para suministro, mediante la construcción de pequeños depósitos alimentados por surcos que capturan el drenaje superficial; b) el mantenimiento de pequeñas áreas con vegetación natural remanente, usada para protección de vertientes y riberas, o como cercas vivas o sombrío en áreas de pastoreo. En cuanto a experiencias relacionadas con manejo de recursos productivos, los ejemplos son: a) siembra de cultivos mixtos de legumbres con maíz o papa, destinados frecuentemente para el autoconsumo; b) aprovechamiento de residuos orgánicos, residuos de cosecha y malezas para la producción de abonos naturales mediante compostaje o lombricultura; c) aprovechamiento de residuos de cosecha (principalmente caña del maíz), para alimentación de ganado, mediante su apilamiento al aire libre para su secado y posterior utilización; d) uso de malezas vivas mezcladas con los cultivos, como hábitat de enemigos naturales y, simultáneamente, soporte para las especies cultivadas, con posterior utilidad como forraje después de la cosecha.

En general, los mecanismos estudiados se encuentran tan poco aprovechados o desarrollados que no representan autonomía (autosuficiencia) significativa; aunque existen mecanismos que disminuyen la demanda de insumos, su efecto es tan bajo en los sistemas de producción que muy pocas fincas alcanzan difícilmente el 56% de la regulación deseable, siendo el promedio 38%.

Lo anterior plantea la necesidad de hacer más eficientes los mecanismos de autorregulación, así como desarrollar simultáneamente varios tipos de mecanismos tanto para regulación y conservación de recursos naturales (suelo, coberturas naturales, agua, diversidad) como para el óptimo manejo de recursos productivos, de tal modo que se generen fincas como unidades semiautónomas, capaces de autorregularse. Los sinergismos y la complementariedad entre los diferentes objetivos de las fincas, podrían

mejorar las condiciones de sostenibilidad de las prácticas de manejo y un consecuente avance en el desarrollo local municipal.

Nota de el autor: Los resultados presentados en este artículo forman parte del proyecto "Análisis de la sostenibilidad de prácticas de manejo en sistemas de producción agropecuaria en el Valle de Guasca, Cundinamarca (Colombia)" (proyecto 1203-13-170-99. Grant 239-99), desarrollado por el autor con la financiación de COLCIENCIAS y la Pontificia Universidad Javeriana.

Bibliografía

- ALTIERI, Miguel A. Agroecology: principles and strategies for designing sustainable farming systems. In: *Agroecology in action*. http://nature.berkeley.edu/~agroeco3/principles_and_strategies.html, 2000.
- _____. Agroecología: Creando sinergias para una agricultura sostenible. In: *Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales*. Cuaderno 1, p. 1-62. 1995.
- _____. El Rol Ecológico de la Biodiversidad en Agroecosistemas. In: *Agroecología y Desarrollo* (4), p. 2-11, Diciembre, 1992.
- ANDRADE, A.; A. GONZÁLEZ. Aspectos conceptuales y metodológicos para el diseño de bases de datos utilizados en el análisis de los sistemas de producción. In: *Revista Informativa del Proyecto SIG-PAFC*, (10-11), p. 88-166, Instituto Geográfico Agustín Codazzi, Colombia, 1996.
- CABALLERO G., R; CASANOVA M., A.; MARRETO A.; HERNÁNDEZ A.; CAPOTE J. F. La asistencia técnica a los productores en Cuba: concepciones y evolución. In: *Cuadernos de Desarrollo Rural* (45), p. 91-104. 2000.
- CORTES L., A. Y D. MALAGÓN C. *Los levantamientos agroecológicos y sus aplicaciones múltiples*. Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano, 1984. 360 p.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI. *Guía metodológica para la formulación del plan de ordenamiento territorial municipal*. IGAC. Santafé de Bogotá, 1997. 186p.
- ORTEGA, D. F. Sistema de evaluación de la fertilidad del suelo. In: *Suelos Ecuatoriales, Revista de la S. C. C. S.* Vol. XII, nº 2, p. 281-286, 1987.
- GLIESSMAN, Stephen. *Agroecology: Ecological Processes in Sustainable Agriculture*. Lewis Publishers. Boca Ratón, Florida, 2000. 357p.
- NICHOLLS, C. I. Y M. A. Altieri. *Bases agroecológicas para el manejo de la biodiversidad en agroecosistemas: efectos sobre plagas y enfermedades*. http://www.agroeco.org/efectos_sobre_plagas.htm. [11/02/2002].
- SZTERN, D. Y M.A. PRAVIA. *Manual para la elaboración de compost: bases conceptuales y procedimientos*. Presidencia de la República de Uruguay. Oficina de Planeamiento y Presupuesto. Unidad de Desarrollo Municipal, 1999. www.onunet.org.uy/pdf/compost.pdf. [07/09/2001].
- ZONNEVELD, I. S. The land unit - A fundamental concept in landscape ecology, and its applications. In: *Landscape Ecology*, vol. 3, nº 2, p. 67-86, 1989.

Racismo Institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil

Institutional racism: social development and public policies of an affirmative character in Brazil
Racismo Institucional: desarrollo social y políticas públicas de carácter afirmativo en Brasil

Elias de Oliveira Sampaio
Instituto de Educação Superior UNYAHNA de Salvador

contato: iesus@unyahna.br

Resumo: O trabalho discute alguns conceitos em torno das políticas públicas para a população negra no Brasil, com base em recentes contribuições inglesas ao debate. Demonstrem-se algumas possibilidades de reconstrução conceitual do tema tratado e apresentam-se aspectos estratégicos para a proposição de políticas públicas de caráter afirmativo para a população negra brasileira, a partir da noção de "racismo institucional".

Palavras-chave: População negra; Racismo institucional; Política pública.

Abstract: The study in hand discusses concepts related to public policies for the black population in Brazil based on recent contributions to the debate from England. Some possibilities are shown as to the conceptual reconstruction of the theme and strategies are presented for a proposition of public policies and an affirmative character for the Brazilian black population, from the point of view of the notion of "institutional racism".

Key words: Black population; Institutional racism; Public policy.

Resumen: El trabajo discute algunos conceptos alrededor de las políticas públicas para la población negra en Brasil, con base en recientes contribuciones inglesas al debate. Se demuestra algunas posibilidades de reconstrucción conceptual del tema tratado y se presentan aspectos estratégicos para la proposición de políticas públicas de carácter afirmativo para la población negra brasileña, a partir de la noción de "racismo institucional".

Palabras claves: Población negra; Racismo institucional; Política pública.

1 - Introdução: uma contextualização necessária

Os recentes dados publicados pelo censo do IBGE (ano 2000) sobre a situação socioeconômica da população brasileira, desagregados por raça nos parece um passo significativo rumo à construção de um país verdadeiramente democrático e efetivamente desenvolvido. O trabalho, longe de representar apenas uma síntese do violento processo de segregação racial que a população preta e parda do Brasil (na realidade a população negra) vem sofrendo cumulativamente nos últimos quinhentos anos, também expõe de forma irrepreensível, aquilo que os negros brasileiros sabem, sofrem e denunciam de há muito tempo: o racismo no Brasil existe, seus efeitos são profundos em parte significativa da população (cerca de 45%) e a inexistência de políticas públicas específicas para a resolução desse problema agrava a situação social e econômica dessa parcela da população. Com efeito, a maioria da população que vive na pobreza encontra-se no Norte e Nordeste do país. De acordo com Guimarães Neto (1997), o Nordeste possui 45% de pobres no total da sua população e o Norte, um pouco menos, cerca de 43%. Por sua vez, os dados do IBGE apontam que essas regiões agregam, conjuntamente, mais de 60% de pessoas de origem africana. O percentual do Nordeste, que possui o maior número é de

66%. Ou seja, sob o mito do país "emergente" e de democracia racial, existem forças poderosas concorrendo para um nocivo processo de separação não apenas entre classes sociais, mas principalmente, entre regiões e pessoas de origem raciais diferentes.

Na realidade, a importância da divulgação desses dados reside na ratificação de um processo de desconstrução do mito da democracia racial cujo efeito mais importante a ele subjacente é ausência de políticas públicas adequadas para a população negra. Isto é, se existe uma democracia racial, as políticas públicas universais se apresentariam como condição necessária e suficiente para a resolução dos problemas associados às desigualdades sociais.

Dessa forma, os dados produzidos e divulgados por uma instituição governamental, legitimada pela hegemonia branca, se apresentam como um divisor de águas entre um antigo Brasil de "brancos mulatos" e "pretos doutores", para um novo Brasil onde as diferenças raciais passam a ser contabilizadas e associadas a (não) inserção e (não) mobilização social e econômica de parte significativa população. Em outros termos, mesmo estando há muitos anos luz longe da realização de um rastreamento completo da situação dos negros no Brasil, essa iniciativa agrega às discussões sobre a forma e o conteúdo do racismo brasileiro a urgência de políticas para a resolução do problema.

Uma das conseqüências imediatas dessa “constatação” é a necessidade de implementação de políticas de caráter amplo voltadas para a superação de um problema real que impede a construção da democracia e o desenvolvimento efetivo do país. Ou seja, as ações relativas ao resgate da cidadania da parcela da população que vem sendo alijada desse direito, há pelo menos quinhentos anos, deve extrapolar os limites das ONG’s e do movimento negro organizado – que são as atuais presenças institucionais efetivas no tratamento dessas questões – para o amplo espectro da sociedade civil e o poder público constituído. Por outro lado, devemos salientar que políticas públicas não nascem de geração espontânea, nem são resultado da benevolência de atores e instituições políticas específicas. Ao contrário, são resultantes de lutas e barganhas nas arenas de poder através de mecanismos político-institucionais. Assim, o grande desafio para os atores sociais que atuam em prol da causa negra é o de proposição de políticas de ações específicas para a resolução do problema em questão, superando as contradições de um país com diversidade cultural, racial e, e acima de tudo, miscigenado, tendo como pano de fundo uma discussão mais profunda sobre o modelo de democracia e de desenvolvimento econômico que se pretende implantar no país.

Nesse sentido, a representatividade da população negra as suas condições econômicas e sociais constituem-se no divisor de águas entre a possibilidade efetiva de construção de um país desenvolvido e democrático e a manutenção do eterno “gigante adormecido” caracterizado por uma profunda injustiça social. Isto é, a superação do subdesenvolvimento brasileiro passa, necessariamente, pela superação das desigualdades raciais. Por sua vez, o fato de o Brasil ser o país de maior população negra fora África guardando, inclusive, laços de identidade entre seu povo e o daquele continente, e ao mesmo tempo ator relevante na rede internacional da produção da riqueza, lhe confere a responsabilidade histórica de apresentar um modelo de desenvolvimento que sirva de referência global no que diz respeito a convivência inter-racial o que pode, inclusive, abrir novas possibilidades de

articulação de seus interesses nos negócios mundiais, uma vez que os países “negros” da África, da América do Sul e do Caribe, por mais pobres que sejam, são Estados Nacionais e como tais, possuem vozes e votos em organismos internacionais importantes.

Em suma, a grande barreira a ser superada pelos atores sociais engajados na luta contra o racismo, a discriminação e as desigualdades sociais é modificação radical na qualidade, conteúdo e abrangência das formas de combate as desigualdades raciais no Brasil.

2 – Racismo institucional: reflexões conceituais sobre o tema

Grosso modo, racismo institucional, pode ser entendido como, “o fracasso coletivo de uma organização em oferecer um serviço apropriado e profissional a pessoas devido à sua cor”. Aliás, esse é o conceito que vem sendo trabalhado, desde 1993, por instituições de combate ao racismo na Inglaterra, em particular, a Comissão para Igualdade Racial (Comission for Racial Equality – CRE) do Reino Unido¹. A importância desse conceito reside em três aspectos principais. O primeiro deles por ter sido foi fruto de um amplo debate sobre racismo na sociedade inglesa a partir de um fato concreto envolvendo não só a comunidade negra como uma instituição pública, o Serviço de Polícia Metropolitana (Metropolitan Police Service – MPS), sendo resultante de uma de uma sentença judicial sobre o assassinato, em 1993, de um jovem negro – Stephen Lawrence – por um grupo racista branco. O que devemos observar é que a sentença judicial apontou além do crime, a incapacidade do MPS em dar um tratamento correto à família da vítima e a Duwayne Brooks, sobrevivente da violência.

O segundo aspecto relaciona-se diretamente com transformações significativas ocorridas na Inglaterra a partir da década de 80, período em que de um lado houve a explosão da violência racial e o reconhecimento pelo Estado da prática racista da sociedade inglesa e, por outro lado, o surgimento de uma classe média, intelectuais e representantes de instituições políticas negras, inclusive, quatro deles chegando ao Parlamento.

O terceiro aspecto relevante foi a própria reconstrução do conceito de racismo institucional, legitimado por uma decisão judicial de grande envergadura, o que trouxe conseqüências imediatas para a forma de atuação do CRE.

No nosso entendimento, esse terceiro aspecto constitui-se numa peça fundamental para a ampliação significativa das estratégias de combate ao racismo através da aplicação de políticas públicas na Inglaterra e também para o caso brasileiro à medida que se concretize a possibilidade da inserção mais elaborada desse conceito nas estratégias nacionais de luta contra as desigualdades raciais. Com efeito, o relatório do inquérito sobre o caso Stephen Lawrence, publicado em 24 de fevereiro de 1999, assim define o racismo institucional:

The collective failure an organization to provide an appropriate and professional service to people because of their colour, culture or ethnic origin. It can be seen or detected in processes, attitudes and behavior which amount to discrimination through unwitting prejudice, ignorance, thoughtlessness and racist stereotyping which disadvantage minority ethnic people².

Aqui, cabe-nos salientar que a noção de racismo institucional já vem sendo desenvolvida e usada como elemento significativo para o enfrentamento da questão racial desde o final dos anos 60, na Inglaterra. Silvério (2001), aponta que, desde 1968, com a publicação de *Black Power*³, a distinção entre o racismo aberto e individual e o racismo encoberto e institucional, tornou-se extremamente importante para estratégia política de combate ao racismo. Nesse trabalho, os autores caracterizaram a primeira “forma” como ações específicas praticadas por indivíduos e a segunda “forma” como ações e inações que manteriam o povo negro em uma situação de desvantagem contando com a participação ativa e efetiva dos anti-negros, através de atitudes e práticas. Em nossa opinião, o que torna o conceito apresentado no relatório de 1999 relevante, é a introdução de elementos que nos permitem tornar mais concreta a identificação da institucionalização do racismo, ao inserir termos como falha coletiva, organização, serviços apropriados e processos.

Analisando a definição de racismo institucional numa carta enviada por Sir

Hermam Ouseley *Chairman* do CRE, em 31 de julho de 1998 a Sir William Macpherson, *Chairman* do Inquérito sobre a morte de Stephen Lawrence, para contribuir com as discussões no processo, podemos entender melhor o direcionamento que a noção apresentada por Macpherson pode fornecer às atividades voltadas para o combate do racismo:

Those established laws, customs and practices which systematically reflect and produce racial inequalities in society. If racist consequences accrue to institutional laws, customs or practices, the institution is racist whether or not the individuals maintaining those have racial intentions⁴.

Até aquela data, a noção de racismo institucional discutida no âmbito de CRE, parecia estar relacionada com dois elementos imbricados. O primeiro deles, seria a forma que foi apresentado o conceito de racismo institucional durante os anos sessenta, por Carmichel e Hamilton (1968) citado por Silvério (2001). O segundo elemento parece ter sido o exemplo do conjunto de políticas e programas de ação afirmativa implementadas pelo Governo Americano a partir de 1961⁵.

Na realidade, os pontos mais importantes que queremos trazer para discussão são as bases conceituais que ambos os países desenvolveram para sustentar suas políticas, programas e atuação efetiva no sentido de resolver o seu problema racial. Em ambos os casos, como não poderia ser diferente, o alvo a ser atacado seriam as leis e normas estabelecidas e seus reflexos sobre o comportamento individual. Se nossa proposição é verdadeira, os desenvolvimentos teóricos e os arranjos institucionais para o enfrentamento da questão racial nessas comunidades foram resultantes das lutas voltadas para se atingir esse alvo, ou seja, a modificação e criação de leis e normas de combate ao racismo e a partir delas, programas específicos, como aqueles de caráter afirmativo.

A questão que gostaríamos de enfatizar, nesse momento, é que a identificação precisa do significado de racismo institucional se constitui em condição *si ne qua non*, para uma implementação exitosa de políticas em sociedades diversas daquelas sobre as quais essas políticas foram implementadas. Uma vez que, as instituições têm forma e

conteúdo que variam no tempo e, particularmente, no espaço. Dessa maneira, não basta tentar replicar ações consideradas de sucesso em outros países para termos efeitos significativos para a população negra no Brasil, por exemplo. Para podermos utilizar de forma otimizada os exemplos de políticas que tiveram êxito em outras nações devemos não apenas conhecer tais iniciativas, mas compreender de forma abrangente, conceitual e teórica os elementos básicos que deram sustentação ao conjunto de ações de caráter afirmativo naqueles contextos sociais. É exatamente sobre essa perspectiva que vislumbramos nos conceitos de racismo institucional acima apresentado, importância fundamental para nortear as discussões sobre políticas públicas de caráter afirmativo.

Em primeiro lugar, porque eles nos permitem identificar de maneira concreta o objeto em que estariam traduzidas as relações racistas institucionais: i) as leis e normas estabelecidas (conceito mais antigo) e ii) fracassos coletivos organizacionais (conceito mais novo). Subjacente a esses dois elementos concretos principais estaria a necessidade da existência de dois outros aspectos importantes: iii) todo um arcabouço político e institucional que atuem como antivetores das práticas racistas reproduzidas por normas estabelecidas e, de maneira significativa, iv) a responsabilização coletiva pela existência do racismo detectado em organizações, quer seja pelos indivíduos que façam parte da Organização, quer seja pelos seus processos, ou ainda, pela incapacidade organizacional no atendimento das pessoas que demandem o seu produto ou serviço.

Em segundo lugar, pelo fato de que a identificação de objetos concretos onde estariam as dimensões mais importantes do problema em questão, poderá criar mecanismos de análise que possam ser adequados às especificidades de diferentes países ou nações. Isto é, a importância econômica e política associada ao desenvolvimento social e cultural das diferentes sociedades, apesar de serem variáveis de relevância, devem servir como pano de fundo para uma análise centrada nas diferenças raciais. Ou melhor, a partir de um desenvolvimento conceitual mais elaborado da noção de racismo institucional, poderemos realizar recortes, inclusive

de natureza teórica, em campos disciplinares necessários para o entendimento da questão de maneira mais abrangente, como é demandado pelo caráter do problema que estamos nos propondo a discutir.

3 - Racismo institucional: da reconstrução conceitual à proposição de políticas públicas para a população negra brasileira

As discussões anteriores parecem não deixar dúvidas de que a identificação do racismo institucional como algo que possa ser detectado nas leis e normas estabelecidas e, de maneira muito importante, nas organizações, possibilita trazer para o concreto, aspectos relevantes para a discussão sobre a institucionalização de práticas racistas. O exemplo paradigmático do caso Lawrence, na Inglaterra, torna evidente de que a noção de fracasso coletivo de uma organização surge como idéia força para uma mudança qualitativa significativa de combate à discriminação racial e a aplicação de mecanismos para sua correção:

The Report of The Stephen Lawrence Inquiry by Sir William Macpherson was published on 24 February 1999. Presenting it to Parliament, the Home Secretary, Jack Straw, stated: 'The Macpherson Report challenges us all, not just the police service'. He expressed the determination 'to tackle discrimination wherever is found' and emphasised that the Report 'places a responsibility on each of us. We must make racial equality a reality'⁶.

A questão a se investigar, a partir de agora, é em que medida essa nova forma de se perceber as manifestações institucionais do racismo poderá trazer benefícios concretos para luta anti-racista e a aplicação de políticas compensatórias e afirmativas para o Brasil?

A priori, a utilização do conceito de racismo institucional tal como vem sendo desenvolvido na Inglaterra pode se constituir num importante instrumento para enfrentamento das questões raciais no Brasil, inclusive como elemento norteador para elaboração de políticas públicas de caráter afirmativo. Contudo, se procedermos a uma reconstrução conceitual do termo com o objetivo de adequarmos melhor o seu entendimento para realidade brasileira, poderemos apresentar um escopo mais abrangente e mais efetivo para o trata-

mento dessa questão. Com efeito, a necessidade de nova elaboração conceitual se coloca de forma premente pelo fato de que, em termos de relações raciais, o Brasil não é diferente apenas da Inglaterra, mas se apresenta, na realidade, como um exemplo único⁷ de como as diferentes raças constitutivas do povo brasileiro criaram mecanismos políticos, jurídicos e institucionais para a “resolução” dos seus conflitos, onde a forma específica de enfrentamento dessa questão tem se materializado desde a institucionalização de um mito de democracia racial, internacionalmente difundido, até a existência de dispositivos constitucionais que apontam a prática racista como crime não afiançável.

É devido a essa contradição explícita, resultante de um processo histórico particular, que se impõe a necessidade de uma definição de racismo institucional que seja abrangente no sentido de tentar atacar as nuances da sociedade brasileira, mas que, por outro lado, encerre na construção de seu conceito elementos que permitam que se concretize formas bem definidas de enfrentar o problema. Isto é, parece consenso que não é por falta de leis que a questão racial no Brasil ainda não foi resolvida. Portanto, diferentemente do caso Inglês que vem tendo no dispositivo legal a força motriz para uma alteração substantiva no tratamento da questão, no Brasil, esse processo nos parece mais complexo.

4 - Considerações finais

Diante do exposto, resta-nos apresentar alguns elementos que julgamos necessários a uma proposição alternativa ao conceito de racismo institucional discutido no decorrer do texto. Obviamente que a reconstrução de um conceito dessa natureza demandaria maiores aprofundamentos teóricos. Todavia, algumas indicações preliminares podem ser apontadas. A primeira delas seria a identificação precisa do conceito de Organização e Instituição que deve estar subjacente à noção de racismo institucional tal como vem sendo discutido nesse texto. Do nosso ponto de vista, deveríamos agregar ao conceito inglês a noção de instituição e organização tal como definido por North (1990)⁸:

Instituições incluem qualquer forma de

constrangimento que moldam as interações humanas. Organizações englobam corpos políticos (partido, Senado, Prefeitura, agências regulatórias), corpos econômicos (firmas, sindicatos, fazendas familiares, cooperativas), corpos sociais (igrejas, clubes, associações atléticas), corpos educacionais (escolas, universidades e centro de treinamentos). Eles são grupos de indivíduos presos por algum propósito comum para alcançar seus objetivos. (NORTH, 1990, p. 4-5, nossa tradução)

No nosso entendimento, os conceitos acima apresentados permitem, além da ampliação do escopo de análise, possibilidades reais da concretização do que seja considerado ou não racismo institucional. Significa dizer que no bojo das noções de Instituição e Organização, segundo os conceitos de North, existem os aspectos que permitem tanto a identificação do problema, quanto a utilização imediata de dispositivos institucionais, políticos e legais existentes para sua resolução, bem como possibilidades efetivas e rápidas para criação de novos dispositivos. Para isso, contudo, as definições de Organização e Instituição feitas pelo autor não são suficientes para a construção de um conceito que seja eficiente, eficaz e efetivo para o tratamento desse problema no Brasil. Na realidade, o que julgamos mais importante na contribuição de North é sua distinção entre os conceitos de Organização e Instituição, no entanto, o chamado neoinstitucionalismo⁹, campo do conhecimento onde o trabalho do autor está inserido, apresenta formas diferenciadas de analisar as relações entre os arcabouços institucionais - as regras do jogo - e a atuação dos atores sociais. Significa dizer que, dentro desta área de estudo, não podemos deixar de observar as contribuições do institucionalismo histórico, da escolha racional e, principalmente, do institucionalismo sociológico¹⁰.

Por outro lado, em se tratando de conceitos que já fazem parte de diferentes matrizes disciplinares nas ciências sociais, o novo conceito de racismo institucional permitirá a articulação das mais diferentes áreas do conhecimento humano, em particular de duas áreas fundamentais para a eficácia da luta contra o racismo, a saber: i) a ciência jurídica, por questões óbvias e ii) a administração e a política pública, por questões não tão óbvias, mas particularmente estratégicas.

Aqui, fazem-se necessárias algumas observações sobre o caráter estratégico a que

estamos fazendo referência. Em primeiro lugar, o campo da administração pública é estratégico pelo fato dele ser o lócus onde se materializam as ações do governo das quais fazem parte, não só as políticas públicas, mas principalmente, a operacionalização dos negócios do Estado. Por seu turno, as discussões teóricas que dão sustentação aos princípios e doutrinas nesse campo do conhecimento são consideradas, hoje, abertas no sentido de absorver contribuições de diferentes áreas científicas e técnicas, onde a ciência política, os estudos organizacionais, a economia e a sociologia, são exemplos relevantes. Isto é, existe possibilidade real de desenvolvimento de elementos de base teórica para dar sustentação não só a políticas públicas específicas – no campo racial, por exemplo –, mas principalmente, práticas efetivas na gestão das organizações e das instituições sob um recorte racial.

Enfim, as normas jurídicas de um lado e os princípios, doutrinas da administração pública de outro podem se constituir em instrumentos poderosos para o desenvolvimento do conceito, a articulação política e a implementação de combate ao racismo no Brasil, a saber: nos aspectos imateriais e não palpáveis das práticas institucionais.

Notas:

¹ Relatório da oficina “População Negra, questão racial e pobreza no Nordeste: desafios para o setor público e sociedade civil”, 2001.

² Nossa Tradução: O fracasso coletivo de uma organização pra prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagem a pessoas de minoria étnica.

³ Carmichel e Hamilton, 1968 citado por Silvério (2001).

⁴ Nossa Tradução: “Aquelas leis estabelecidas, costumes e práticas que sistematicamente refletem e produzem desigualdades raciais na sociedade. Se conseqüências racistas advêm de leis institucionais, costumes ou práticas, a instituição é racista se indivíduo tiver ou não intenções raciais”

⁵ Silvério (2001), aponta os principais programas implementados a partir do Governo Kenedy: i) Exigência de desenvolvimento de ações afirmativas em empresas que quisessem estabelecer contrato com o Governo; ii) proibição de requisitos e testes que não fossem diretamente relacionados as tarefas as quais os candidatos estivessem habilitados; iii) o Governo

Federal assegurou a presença de mulheres e minorias nos seus escalões; iv) o estabelecimento de 10% para serem usados em obras públicas financiadas por recursos federais em governos locais ou estaduais por empresas de minoria; v) exigência por parte do Governo Federal da existência de programas especiais para minorias e mulheres em instituições federais e vi) incentivo a ações voluntárias de emprego e educação para minorias.

⁶ Nossa Tradução: O relatório do inquérito Stephen Lawrence Elaborado por William Macpherson foi publicado em fevereiro de 1999. Apresentado no Parlamento, o Secretário da Casa, Jack Straw, declarou “o relatório nos desafia a todos e não apenas ao serviço de polícia” Ele expressou a determinação de agarrar a discriminação onde quer que ela seja encontrada e enfatizou que o relatório coloca a responsabilidade em cada um de nós. Faremos da igualdade racial uma realidade. Documento do CRE, 1999.

⁷ Obviamente, essa “unicidade” do caso brasileiro repousa num conjunto de fatores que agem de forma conjunta, cumulativa e imbricada para que o Brasil se apresente como um exemplo paradigmático. Alguns desses fatores podem ser identificados preliminarmente: a) A amplitude da população negra no país; b) A importância histórica e atual dessa população para o desenvolvimento econômico e cultural nacional; c) O processo de miscigenação do povo brasileiro e d) a importância estratégica do país como parte da rede internacional de produção e consumo de riqueza, associado a existência de recursos estratégicos fundamentais para o meio ambiente.

⁸ O conceito utilizado por North é a base de sua explicação para a ação dos atores sociais em busca da otimização de suas respectivas ações estratégicas. Para esse autor, a “qualidade” dos arranjos institucionais podem agir positiva ou negativamente no que diz respeito a ação dos indivíduos e/ou das organizações para o alcance de seus objetivos.

⁹ De acordo com Marques (1997), esse campo de estudos pretende constituir em uma teoria de médio alcance, re-introduzindo as variáveis institucionais nos debates sobre políticas e economia, tendo como uma de suas características principais apresentar-se como um campo aberto para diversos tipos de investigação.

¹⁰ Hall e Taylor (1996), fazem uma abordagem muito interessante sobre as diferenças fundamentais entre essas três formas de observar o neoinstitucionalismo.

Referências bibliográficas

Documentos de Trabalho da Commission for Racial Equality.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Discriminação racial: Um grande desafio para o Direito Brasileiro*. Mimeo. 2001.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. *Political Science and the Three New Institutionalisms*. Political Studies. 1996. p. 936-957.

IBGE. Censo 2000. Brasília, 2001.

MARQUES, Eduardo César. *Notas críticas à Literatura sobre Estado: políticas estatais e atores políticos*. BIB, Rio de Janeiro, n. 43, p. 67-102. 1997.

NETO, Leonardo Guimarães. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 15, IPEA, 1997.

NORTH, Douglas. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York, Cambridge University Press, 1990.

POPULAÇÃO negra, questão racial e pobreza no nordeste: desafios para o setor público e sociedade civil. Relatório de Trabalho. DFID/PNUD, 2001.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. Ação coletiva e políticas públicas: uma contribuição ao debate teórico em Administração Pública à luz da teoria de Mancur Olson. In: ENAPAD. *Anais...* Campinas-SP, 2001.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Políticas raciais compensatórias: o dilema brasileiro do Século XXI*. 2001. (mimeo).

Diversidade étnica e educação indígena: políticas públicas no Brasil

Ethnic diversity and indigenous education: public policies in Brazil
Diversidad étnica y educación indígena: políticas públicas en Brasil

Ieda Marques de Carvalho
Universidade Católica Dom Bosco

contato: iedame@ucdb.br

Resumo: Neste estudo discute-se a questão da diversidade étnica e a educação indígena, sob a ótica de suas políticas e partindo do pressuposto que com a categoria “educação indígena” estaremos tratando da “educação escolar indígena”. Aborda-se, do ponto de vista histórico, a política indigenista e a política de educação escolar indígena, salientando que os projetos e programas delas decorrentes passam pela discussão com as comunidades indígenas, tanto sobre a diversidade étnica como sobre a educação escolar indígena, para que alcancem os resultados por todos almejados.

Palavras-chave: Diversidade étnica; Educação escolar indígena; Políticas públicas.

Abstract: In this study the question of ethnic diversity and indigenous education is discussed from the point of view of their policies and beginning from the presupposition that with the category “indigenous education”, we shall be handling “formal indigenous education”. The subject is approached from the historical point of view, examining politics for indigenous peoples and politics for formal indigenous education, bringing out that the projects and programmes stemming from these policies, are subjected to discussion with indigenous communities, both as to ethnic diversity as well as formal indigenous education, in order that the results conquered are those sought for by all.

Key words: Ethnic diversity; Formal indigenous education; Public policies.

Resumen: En este estudio se discute la cuestión de la diversidad étnica y la educación indígena, bajo la óptica de sus políticas y partiendo del supuesto que con la categoría “educación indígena” estaremos tratando de “la educación escolar indígena”. Se aborda, desde el punto de vista histórico, la política indigenista y la política de educación escolar indígena, salientando que los proyectos y programas de ellas transcurridas, pasan por la discusión con las comunidades indígenas, sobre la diversidad étnica como sobre la educación escolar indígena, para que alcancen los resultados por todos anhelados.

Palabras claves: Diversidad étnica; Educación escolar indígena; Políticas públicas.

Introdução

Inúmeros povos indígenas, ao conservarem suas culturas, conseguiram sobreviver aos massacres ocorridos durante o período colonial, assim como às políticas de assimilação e de integração instauradas desde os primórdios do século XX. Essa diversidade étnica e cultural ainda existente manteve-se porque esses povos deram continuidade a uma educação indígena que tanto lhes permite reproduzir o seu modo de ser e a sua cultura como também lhes permite adaptar-se, com certo sucesso, às situações novas.

Por se tratar de culturas diferenciadas, além da dificuldade de analisar a questão com a devida isenção, não se sabe, como sublinha Verhelst (1992), até que ponto se lhes impõe uma visão de mundo que, na ânsia de recuperar o “atraso” em que as comunidades indígenas se encontram, peca por excesso de etnocentrismo.

No Brasil e em outros países, tanto a política de educação indígena como a política indigenista estão longe de responder aos anseios dos povos indígenas. Elas dependem de interação com a política econômica, para encontrar pontos de equilíbrio e coordenação que permitam colocar em prática os projetos

políticos de desenvolvimento social. Os envolvidos nesses projetos acabam acreditando em sua incompetência para gerenciá-los, pois falta-lhes a percepção da necessidade de verbas públicas para a educação e para o enfrentamento das questões indígenas que devem acompanhar os compassos de tais políticas.

A história dessas políticas públicas é recente. A política de educação escolar indígena tem pouco mais de dez anos, só foi possível face às mudanças estruturais do nosso País em cumprimento à Constituição Brasileira de 1988. Esse documento, em nome da globalização e de uma reestruturação positiva, tem passado por revisões que revogam, sobretudo, direitos sociais, possibilitando ao Governo Federal governar por medidas provisórias.

No contexto de suas políticas públicas, as Constituições Federais de vários países latino-americanos contemplam, como garantia de direitos sociais, a política de educação escolar indígena que, também, é tema de declarações de organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos - OEA e a Organização das Nações Unidas - ONU.

Esses países reconhecem “uma moda-

lidade especial de educação, postulando o papel que devem cumprir a diversidade e a pluralidade na construção de uma nova representação da “identidade nacional” - uma e múltipla a partir dos ideais da democracia” (MONTE, 1998, p. 71). De acordo com essa pesquisadora, a educação escolar indígena foi contemplada nas Constituições e nos documentos, anteriormente mencionados, graças às forças políticas e de comunicação dos movimentos sociais e ambientais que aconteceram em escala nacional e internacional.

Os atores interessados nessa política de educação escolar indígena vivem uma história de lutas, de avanços e retrocessos, em busca de uma participação autônoma. Suas vozes não foram ouvidas nestes quase duzentos anos de emancipação política do Brasil.

As dificuldades e os interesses surgidos alteraram as diretrizes que passaram a pugnar pela integração desses povos à comunidade nacional. Por conseguinte, foram registradas algumas iniciativas que, mesmo tendo um caráter humanista, via de regra, estiveram a serviço do sistema econômico e de seus dirigentes, preocupados com a formação do “povo brasileiro”.

1. A legislação indigenista nos séculos XVIII e XIX

Moonen (1983, p. 69) sublinha que “uma legislação indigenista global só surgiu na segunda metade do século XVIII”, o que aconteceu por pressão do Marquês de Pombal que pretendia acabar com o poder dos jesuítas, para instaurar uma nova política econômico-desenvolvimentista, mudando o sistema educacional cristalizado pelas idéias jesuíticas, como foi apontado por Guiraldelli Jr (1994).

Ao aportar no Brasil em 1808, D. João VI estabeleceu uma política indigenista que concedia todos os direitos legais de propriedade aos colonos interessados em estabelecer-se nas áreas indígenas, especialmente, em Minas Gerais e no Paraná; bem como o direito de exploração do trabalho dos índios.

A política de D. João VI divergiu totalmente das medidas adotadas de 1755 a 1798, quando as violências cometidas contra os índios aconteciam de forma velada. Naquela época, o Diretório Pombalino determinara a

proteção aos índios, por serem eles os senhores naturais das terras (GAGLIARDI, 1989, p. 28).

Com a Independência, começaram a surgir propostas para melhorar a situação dos indígenas. Entre essas, Cunha (1992, p. 47-360) ressalta que José Bonifácio de Andrada e Silva apresentou à Assembléia Constituinte, em 1823, os seus “Apontamentos para Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil”. Os Apontamentos de José Bonifácio tiveram dois princípios fundamentais: o da “justiça”, que estabelecia a interdição de esbulhar os índios de suas terras, por meio da violência, permitindo a compra segundo o modelo praticado pelo governo dos Estados Unidos da América; e, o da “brandura, constância e sofrimento de nossa parte” por serem cristãos os ocupantes e, ao mesmo tempo, os usurpadores dos seus bens.

Essa mesma pesquisadora, entretanto, informa que, como legislador do Império, durante o ano de 1823, o trabalho de José Bonifácio deixa a desejar quanto às questões indígenas. Embora reconhecendo a condição humana dos índios, Bonifácio ignora as sociedades indígenas, sem as quais os índios não teriam condições para se autodomesticarem. Daí, o seu entendimento de que:

Cabe ao Estado fornecer-lhes a possibilidade de saírem de sua natureza bruta e formarem uma sociedade civil: a educação que também assim lhe cabe supõe premissas. São condições para tanto que se sedentarizem em aldeias, se sujeitem às leis, à religião e ao trabalho (BONIFÁCIO, apud CUNHA, 1987, p. 172).

Cunha sustenta que o único artigo da Constituição de 1823 que se refere aos índios (art. 254) apenas determina a criação de estabelecimentos para sua catequese e civilização. Pode-se portanto dizer que, no Período Imperial, não houve uma política indigenista. Santos (1995, p. 94) sustenta que “o primeiro projeto de Constituição do Brasil, elaborado em 1823, fazia uma referência à criação de estabelecimentos para a catequese e a civilização dos índios (título XIII, art. 254)”. Todavia, a Constituição de 1824 foi aprovada sem qualquer referência aos índios. Somente, no Ato Institucional de 1834 (em seu art. 11, parágrafo 5) foi conferida às Assembléias Legislativas Provinciais, a competência para promover “a catequese e a civilização do indígena e o

estabelecimento de colônias”.

As províncias imperiais, com base nas políticas do governo central, seguiam diretrizes diversas: para algumas era concedida a autonomia plena no sentido de que as expedições bandeirantes agissem de acordo com os seus interesses contra os índios; e, em outras vigorava a proibição de meios violentos no trato com os mesmos.

Usando da relativa autonomia que lhes foi concedida, algumas províncias “tomaram iniciativas no sentido de organizar suas missões de catequese, requisitar missionários para prestar serviços nas aldeias e incluir em seus orçamentos as despesas necessárias para a catequese e civilização dos indígenas... [enquanto outras] cometeram uma série de atrocidades contra os índios” (VASCONCELOS, 1999, p. 57).

Um outro aspecto a ser destacado é que o embrião de política indigenista do século XIX não foi norteado somente pelo governo imperial e pelas províncias. Como qualquer política pública ela foi mediatizada e sofreu a “interferência de diretores de índios, capitães de aldeias, missionários, fazendeiros, administradores locais e militares nos rumos a serem tomados” (VASCONCELOS, 1999, p. 57). Em conseqüência, alternaram-se momentos de total incompatibilidade entre os governos das províncias e o governo central, espelhando a contradição naquele processo.

2. No início da República

No início do governo republicano a questão indígena foi tratada da forma estabelecida no período monárquico. Porém, pelo Decreto n. 8072, de 20/07/1910, o Presidente Nilo Peçanha criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), o que, de certa forma, vinculou a trajetória da questão indigenista à dos trabalhadores rurais, conservando-se os poderes políticos e econômicos em mãos da aristocracia rural.

Ao SPIILTN foi atribuída a função de concentrar o poder nas mãos do Estado, e foi também conferido o poder de tutela sobre os índios, que “eram um estrato social concebido como transitório, futuramente incorporáveis à categoria dos trabalhadores nacionais” (LIMA, 1995, p. 120). A intenção

era a de transformar os índios em caboclos, para diminuir progressivamente a heterogeneidade cultural e conseguir que o Brasil desenvolvesse o caráter de nação: a nação do povo brasileiro. Lima destaca “a indianidade [como] um fato de natureza política (e administrativa), produto e componente de uma relação na qual os designados como índios têm historicamente a menor parte” (1995, p. 77).

O SPIILTN sempre foi administrado por militares cedidos ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), tendo em vista interesses comuns, de caráter militar, diplomático e fundiário. Por isto, o órgão foi responsável pela parcela da população que vivia distante das cidades, em áreas que precisavam “nacionalizar-se” para justificar e garantir a delimitação das fronteiras do nosso País com os países vizinhos. No dizer de Lima (1995, p. 83) “mesmo que os índios não o soubessem, assisti-los era impedir que se desviassem para países fronteiriços, engendrando uma população brasileira onde só havia povos nativos e agentes de outras nações”.

Foi necessária essa metodologia para que o país conseguisse ampliar suas fronteiras, avançando no processo de formação do povo brasileiro. “Não havia mais dúvidas quanto à capacidade de perfectibilidade dos povos indígenas” (LIMA, 1995, p. 83), bastava sua inserção como mão-de-obra na economia de mercado para que fossem incorporando a língua, usos e costumes dos não-índios.

Aliás, a idéia de que populações conquistadas devem assumir os valores do conquistador implementou-se desde épocas muito remotas ao longo da história, e nem sempre alcançaram sucesso; o que leva Verhelst (1992, p. 35) a afirmar que “esse tipo de resistência poderia originar-se na especificidade cultural das populações em questão e na necessidade que elas têm de salvaguardar sua identidade”.

O SPIILTN exerceu as funções de controlar o espaço e a população indígenas em sua área de abrangência, garantindo a liderança política da sonhada comunidade nacional; produzir informações sobre a região geográfica que administrava (seu quadro de pessoal contava com engenheiros

e agrimensores); e, a propalada função de proteção aos índios.

Após quatro anos de vigência, o decreto 8072 sofreu alterações básicas. A localização de trabalhadores nacionais passou à responsabilidade de outro órgão, conforme nos relata Ribeiro (1996, p. 158). O SPITLN passou a ocupar-se exclusivamente do problema indígena, restringindo sua denominação para Serviço de Proteção aos Índios (SPI), cujo período de maior atividade aconteceu enquanto administrado pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, graças ao seu prestígio político e alinhamento com as idéias positivistas.

Darcy Ribeiro salienta que o SPI sofreu um corte de 60% em sua dotação orçamentária, logo após a saída de Rondon. Depois passou de serviço autônomo à “mera seção subordinada ao Ministério do Trabalho, que passou a designar seus melhores servidores para outras tarefas tidas como mais importantes” (RIBEIRO, 1996, p. 164). Com a perda de apoio do governo federal, o SPI ficou destituído de força política para fazer frente aos poderes locais. A estratégia política do governo brasileiro significou convivência com os usurpadores da própria vida dos índios.

O SPI esteve vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio até a década de 1940, quando Vargas deliberou que o órgão retornasse ao quadro do Ministério da Agricultura e que fossem reinstalados alguns postos, recomeçando as atividades de pacificação. Conforme explica Ribeiro (1996), Getúlio Vargas decidiu amparar o SPI porque visitou a ilha do Bananal e sensibilizou-se com a situação das crianças karajá. Contudo, como órgão inserido na administração federal, o SPI teve os seus cargos preenchidos por burocratas, cuja ação contribuiu para dar consistência ao capitalismo que se instalava no país.

Em conseqüência, firmou-se, gradativamente, a política de “proteção” ao índio que, ao longo dos anos, destruiu territórios histórica e culturalmente diferenciados para transformá-los em áreas mercantis exploradas pela iniciativa privada; igualmente, também surgiram outras políticas sociais. A política de imigração que se iniciou no segundo império foi uma causa importante das alterações

no setor social. O incremento da heterogeneidade sócio-cultural ensejou a presença de novas orientações ideológicas (expressadas pelo nacionalismo, tenentismo e similares), que concorreram para mudanças nos setores econômico e social, sem maiores interferências políticas, em cujo campo alternam-se situações e momentos de conciliação conservadora e outros de autoritarismo.

Economicamente, o Brasil começou a evoluir de um sistema agrário-comercial para outro urbano-exportador, e de uma sociedade rural e fechada para uma sociedade urbana e aberta. A mudança possibilitou a concretização de uma nova fase do capitalismo no Brasil, ainda que restrita a determinadas regiões.

Um novo tipo de educação, marcado por novos padrões de ensino e cultura deveria contribuir para reformar o homem e a sociedade brasileiros; porém, contraditoriamente a questão da política indigenista não foi pauta de propostas e muito menos de ações que a alterassem, na velha República. Se era importante educar o novo homem brasileiro, até mesmo para que ele fizesse parte da coletividade política (de acordo com a Constituição de 1890, o analfabeto não podia votar); era importante, também, acabar com a pluralidade étnica e cultural, para que se firmasse a brasilidade, segundo a ideologia dirigente naquele período.

Mesmo sem consignação explícita e documentada, decretava-se a extinção pura e simples dos povos indígenas ou sua integração à comunidade nacional, sob os auspícios do órgão criado para “protegê-los” e “integrá-los”: o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Encerrada a Velha República, o SPI lutou para sobreviver, com um quadro de funcionários admitidos sem qualquer critério, principalmente no que se refere à singularidade da questão indígena. Apenas no período entre 1950 e 1954 é que foram contratados etnólogos que, na visão de Darcy Ribeiro (1996), procuraram dar ao SPI “uma orientação científica moderna”. Mesmo assim, ao ser instaurado o regime militar no Brasil, o SPI foi considerado como incapaz de servir aos objetivos desse regime.

Em 1967, criou-se a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no âmbito do Ministério da Justiça. Seu quadro dirigente, por ser

composto de elementos oriundos dos órgãos de segurança e informação, determinou o retorno à militarização da questão indígena. As comunidades indígenas e suas lideranças passaram a viver sob forte controle. Experimentalmente e com a possibilidade de expandir-se a todo território nacional, foi criada, nas áreas indígenas Karajá, Krahô, Maxakali e outras, a Guarda Rural Indígena (GRIN), com funções repressivas e policiais.

No início da década de 1970, com a expansão dos projetos de ocupação e desenvolvimento do território nacional, acentuou-se a perda dos espaços dos povos indígenas. Muitas terras indígenas tornaram-se, por exemplo, em fundos dos lagos das usinas hidrelétricas. Nas regiões sudeste e nordeste do país, grande parte das terras indígenas foi expropriada; no sul e no centro-oeste, as fazendas transformaram o *habitat* indígena em imensas pastagens.

3. Anos 80 e 90: a mobilização dos povos indígenas

A partir dos anos 80, iniciaram-se as lutas pela redemocratização do Brasil. Intensificaram-se as greves no ABC paulista e em outros grandes centros, surgiram lutas no campo, movimentos populares nas cidades e campanhas pela liberdade de intelectuais e artistas. Em 1985, a Nova República e o governo Sarney aumentaram a expectativa de mudanças no Estado e na sociedade brasileira. Começou-se a exigir uma Assembléia Nacional Constituinte, para que uma nova Constituição substituísse a que vigorou durante o regime militar.

Significativa parcela dos povos indígenas também se mobilizou para garantir que os seus direitos fossem contemplados na nova Constituição. Como afirmou Darlene Taukane (1998, p. 31), índia Kurã-Bakairi, durante a Conferência Ameríndia de Educação: “Os povos indígenas começaram a tomar atitude diante da dominação, da manobra na década de 70 e aparecem no cenário nacional com mais evidência na década de 80” tendo, por luta política, a defesa dos seus territórios e a autonomia e participação no cenário político nacional.

Com o texto constitucional de 05 de outubro de 1988, aos direitos trabalhistas e

previdenciários vieram somar-se outros direitos sociais expressos no art. 6º deste documento: “a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados”. Além destas funções sociais, o Estado é também o “agente regulador da atividade econômica” (art. 174), com vistas à expansão do capital. Ou seja, mesmo exercendo este último papel, ao Estado compete garantir um número maior de direitos sociais, satisfazendo as necessidades básicas do povo brasileiro.

O título VIII da atual Constituição trata das políticas sociais, embasando a ordem social no primado do trabalho para buscar o bem-estar e a justiça sociais. Nele também aparecem como políticas sociais públicas, entre outras, a educação (capítulo III) e, ainda, é assegurado, aos povos indígenas, que sejam contemplados por uma política pública apropriada à sua realidade.

Ao contemplar o índio no texto da Constituição de 1988, o Estado garantiu-lhe o direito de exercer sua “cidadania” e, por conseqüência, autonomia para se organizar oficialmente e reivindicar de forma concreta e objetiva, participando do espaço público com endereço certo.

O reconhecimento dos direitos fundamentais como unidades diferenciadas é importante para a afirmação e o crescimento dos povos indígenas, pois cria um conjunto de condições objetivas para a expansão demográfica e a consolidação da cidadania, expressos na posse da terra, num sistema próprio de saúde e em uma forma eficiente de educação, como preceitua o artigo 231 do Capítulo VIII da Constituição de 1988:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Esse artigo e o subsequente (art. 232) da Constituição Federal expressam uma histórica mudança nas relações do Estado brasileiro com os povos indígenas, os mais novos sujeitos políticos da sociedade nacional.

Estabeleceram-se, assim, as condições para o surgimento legal de uma educação escolar indígena prevista em artigos da Lei 9394/96, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Essa

educação escolar indígena passou a depender de um novo gestor, o Ministério da Educação, que, até então, nenhum conhecimento detinha da realidade indígena.

Na década de 1990, a educação escolar oferecida nas aldeias passou a ser objeto de investigação sistemática por parte de comunidade acadêmica. O interesse da comunidade acadêmica foi despertado por grandes movimentações indígenas, embasadas na necessidade de resolver problemas concretos de subsistência, saúde, educação, na perspectiva de um mundo globalizado.

Os textos legais começaram a expressar a objetividade dos direitos indígenas, em função das articulações materializadas em assembleias, encontros e mobilizações. Num processo de amadurecimento das reflexões e lutas coletivas, os povos indígenas criaram comissões responsáveis pelos encaminhamentos necessários e intensificaram seus encontros e cursos. Também se implementaram manifestações a fim de atrair a atenção do conjunto da sociedade para a questão indígena.

Verhelst (1992, p. 198) alerta para o fato de que as comunidades autóctones têm outra visão da política e da lei: “em vez de se sentirem beneficiadas pelos Estados pós-coloniais, elas se sentem ameaçadas por eles, bloqueadas em suas fronteiras, esmagadas por um sistema de leis alógeno, centralizador e unificador”. Esse fato conduz a questões ainda sem respostas: será que são, exatamente, estes os direitos a que os povos indígenas almejam? Ou é a sociedade não-índia que lhes impõe ações políticas e legais que não respeitam suas diferenças culturais e o seu direito de participar das decisões a serem tomadas?

As mudanças que ocorreram não são garantia de que as questões ora apontadas foram respondidas. Nossas relações com os povos indígenas têm ocasionado o surgimento de uma “cultura de contato... em cujo interior... poderemos nos propor a buscar soluções para problemas de caráter geral... tanto quanto questões mais específicas como o padrão de coerência entre os sistemas de valores” (OLIVEIRA, 1976, p. 21). Será que nossas propostas refletem anseios comuns aos índios e não índios? Está havendo coerência entre o nosso sistema de valores e

o deles?

Enquanto o Brasil, por meio de instrumentos legais, começou a reconhecer as práticas educativas diferenciadas, nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde sobrevive a maioria da população indígena brasileira, as Organizações Não Governamentais, aliando-se a diferentes organizações indígenas, desenvolveram trabalhos, tendo como linhas básicas a formação de professores indígenas e a implementação de escolas de educação básica.

Tais ações ensejaram a continuidade dos encontros e reuniões, que contribuíram para a compreensão de que os problemas apontados pelas diversas etnias eram semelhantes e elas precisavam se reunir para se conhecerem e se articularem, organizando-se para que fossem ouvidas.

Especificamente, no que concerne à educação, queriam “aprender mais para poder ensinar melhor” (CIMI, 1987, p. 14) e garantir o direito a uma educação escolar bilíngüe e bicultural, formando seus próprios professores índios, a partir da visão de cada povo, e procurando, dessa forma, garantir mecanismos para a continuidade de transmissão dos seus valores e costumes.

Ao ser promulgada, a Lei 9394/96 determinou que os sistemas de ensino desenvolvam, com anuência das comunidades indígenas, “programas integrados de ensino e de pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural” (art. 78). Isto exige o acompanhamento sistemático da evolução destes programas na estrutura e no funcionamento das escolas indígenas do Sistema Estadual de Educação, para verificar se tais programas possibilitam o pleno estabelecimento dos direitos indígenas.

Em 10 de agosto de 1999, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação realizou uma audiência pública em Brasília, convidando todos os interessados a colaborarem na definição da futura resolução normativa da educação escolar indígena, em âmbito nacional. Na ocasião, o Conselheiro Relator Pe. Kuno Paulo Rhoden e outras autoridades afirmaram que aquela audiência expressava a abertura ao pluralismo jurídico no Estado Brasileiro, desde a Constituição de 1988.

A audiência pública possibilitou obser-

var as posições das organizações indígenas e das instituições que, de uma forma ou outra, atuam com essas comunidades e dos representantes de órgãos públicos governamentais (municipais, estaduais e federais), expressando as contradições que perpassam o tratamento da educação escolar indígena. Enquanto alguns prefeitos, representantes de comunidades indígenas e de órgãos que nelas atuam solicitaram a municipalização da escola indígena “porque o índio vive e se relaciona no município e é o município que deve assumir sua responsabilidade perante as tribos que nele existem”; outros manifestaram posição contrária, em função da proximidade do poder de decisão governamental que, via de regra, têm sido em favor dos que detêm o poder econômico local, em detrimento dos interesses indígenas.

Após a audiência, a proposta de resolução que estabelece “a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas e fixa as normas de sua execução nacional e de ensino, juntamente as diretrizes curriculares e dá outras providências” foi relatada propondo estadualizar a educação escolar indígena. O Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovou-a como Resolução CNE n. 03 no dia 10/11/99.

Ao estadualizar o ensino fundamental, a Resolução CNE 03/99 feriu, profundamente, o preceito constitucional e a própria LDBEN, no que diz respeito aos princípios filosóficos e doutrinários, norteadores da educação brasileira. A Constituição determina que “os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil” (art. 211, § 2º); e a LDBEN estabelece que cabe aos municípios incumbirem-se de “oferecer a educação infantil e, **com prioridade** (grifo nosso), o ensino fundamental” (art. 11, V).

Mesmo assim, o MEC procurou cumprir, o mais rápido possível, os ditames da resolução mencionada, realizando reuniões setoriais e técnicas de educação escolar indígena nas diversas regiões do País, coordenadas pelo Comitê Geral de Atendimento à Educação Indígena em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação dos Estados que as sediaram.

A pauta dessas reuniões enfatizou a necessidade de estudos para colocar em

prática a Resolução CNE 03/99, documento norteador da política brasileira de educação escolar indígena. Se as ações do Estado decorrem das suas políticas, a oferta e execução da educação escolar indígena, a partir desse instrumento legal, estava dotada das condições objetivas que lhes faltavam até então.

5. O Censo Escolar Indígena

Mas, uma política de educação escolar indígena tem razão de ser em função dos sujeitos que dela dependem. E... quem são eles? Sobre a realidade dessa educação escolar indígena em nosso país, muito pouco se conhecia, pois os números não eram oficiais e variavam conforme a fonte consultada. Somente em agosto de 2001, o MEC publicou os primeiros dados de um Censo Escolar Indígena, que teve como objetivo “coletar informações gerais sobre as escolas, os professores e alunos indígenas de todo o país”, em palavras pronunciadas pelo Ministro da Educação na apresentação do documento que espelha os dados preliminares do Censo Escolar Indígena (ano de 2001).

Com base em dados de 1999, o censo concluiu-se no ano 2000 e apontou a existência de 219 povos distintos, em quase todos os estados brasileiros, menos no Piauí e no Rio Grande do Norte. Nas terras indígenas, perfaz-se um total de 350.000 a 500.000 mil índios falando mais de 180 línguas diferentes. Tais números não contemplam os índios urbanizados, entre os quais, muitos preservam suas línguas e tradições culturais.

Mesmo que houvesse quantitativos condizentes com essa realidade, eles continuariam sendo apenas números que não refletem a diversificação existente entre os povos indígenas, tanto por suas tradições culturais específicas como pelo nível de contato estabelecido com a sociedade nacional. Enquanto muitos deles utilizam o português como se fora seu idioma nativo, outros só falam a língua materna e outros, ainda, dentro da própria etnia, apresentam a dualidade, utilizando os dois idiomas em algumas aldeias.

Sobre esse Censo Escolar Indígena, o professor Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação, afirma: “os resultados desse censo permitirão ao Ministério da Educação

ter novos referenciais na implementação da política nacional de educação escolar indígena, adequando melhor seus programas e metas". (MEC/INEP/SEEC, 2001, p. 03). De acordo com o MEC, sua política "tem como meta assegurar aos povos indígenas uma escola de qualidade, que respeite suas especificidades culturais e que garanta sua participação plena nos projetos de futuro do País" (MEC/INEP/SEEC, 2001, p. 08). A meta exige políticas "diferenciadas, maleáveis, e... pautadas por princípios e estratégias que possam ser adaptadas a cada contexto étnico diferenciado".

Para os povos indígenas é importante que o MEC assim se manifeste porque os leva a entender que a superestrutura está disposta a subsidiar propostas e não medir esforços para concretizar ações decorrentes destas políticas.

Considerações finais

Ainda que timidamente, buscam-se soluções que garantam respeito à diversidade étnica. Elas passam por políticas definidas com a participação efetiva dos sujeitos interessados na educação escolar indígena. Como políticas públicas, as que abordam as questões sociais referentes à diversidade étnica são passíveis de expressarem avanços resultantes das lutas travadas nas diversas camadas sociais, à medida que apresentem maior consonância com as políticas indigenistas e as de educação nacional.

Não se trata porém de afirmar que, caso as políticas públicas ensejem ações que assegurem uma educação de qualidade, essa educação concretizará projetos nos quais a diversidade étnica seja, por fim, admitida, respeitada e valorizada. Torna-se necessário rever a educação brasileira no que concerne aos direitos sociais, lembrando-se que Verhelst (1992) sublinha a necessidade de atenção aos valores autóctones, porque os povos de culturas diferenciadas lutam contra o etnocentrismo e salvaguardam sua própria identidade, infligindo fracassos às propostas e práticas que objetivam um desenvolvimento alógeno.

Ao tratar dos pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local, Ávila (2000, p. 73) afirma que este

desenvolvimento acontece nas pequenas comunidades, onde "os relacionamentos primários e secundários tendem a se equilibrar muito bem", despertando-as "sobretudo em termos de auto-estima e auto-confiança", condições que se aplicam perfeitamente às comunidades indígenas. A cooperação e solidariedade devem contribuir para a manutenção da pluralidade étnica e cultural. Os processos de alfabetização não podem eliminar as tradições orais dos povos indígenas, assim como a introdução de novas práticas agrícolas, administrativas e de desenvolvimento não podem destruir as culturas econômicas tradicionais, não-monetárias e cooperativas.

Referências bibliográficas

- ÀVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. In: *Interações*, Campo Grande: UCDB, 1(1), p. 63-76, 2000.
- CARVALHO, Ieda Marques de Carvalho de. *Professor indígena: um educador do índio ou um índio educador*. Campo Grande: UCDB, 1998.
- _____. A política de integração nacional na visão dos índios. In: *Serviço Social e Realidade*. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP: Franca, São Paulo, 7(1), p. 123-136, 1998.
- CIMI/CNBB. *Somos povos somos nações*. Subsídios didáticos sobre a questão indígena. Brasília: CIMI/CNBB, 1987.
- CUNHA, Manoela Carneiro da (org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Edusp/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/Secretaria de Cultura de São Paulo, 1989.
- GUIRALDELLI Jr., Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 105-135/163-187.
- LIMA, Antonio Carlos de S. *Um grande cerco de paz*. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MONTE, Nietta Lindenberg. Política pública e educação escolar indígena no Brasil. In: CONFERÊNCIA AMERÍNDIA DE EDUCAÇÃO E ANAIS DO CONGRESSO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO BRASIL. *Anais...* Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação/Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso, 1998.
- MOONEN, Francisco. *Pindorama conquistada*. Repensando a questão indígena no Brasil. João Pessoa: Alternativa, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Silvio Coelho. Os direitos dos indígenas no Brasil. In: *A temática indígena na escola*. Novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso*. Conflito, trama e continuidade. Campo Grande: UFMS, 1999.

VERHELST, T. G. *O direito à diferença: identidades culturais e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Documentos

BRASIL. *Constituição da República*. Brasília, 1988.

BRASIL. *Lei n. 9394*. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *Diretrizes para a política nacional de educação indígena*. Brasília, 1993.

_____. *Censo escolar indígena: dados preliminares*. Brasília, 2001.

BRASIL. *Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 3, de 10/11/99*.

**Relatos:
entre a práxis e os conceitos**

Iniciativas de gestão ambiental: os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul
Environment management initiatives: the Kaiowá and Guarani in South Mato Grosso
Iniciativas de gestión ambiental: los Kaiowá y Guarani en Mato Grosso do Sul

Antônio Jacó Brand, Reginaldo Brito da Costa, Leandro Skowronski,
Antônio José Teodoro e Luis Augusto Cândido Benatti
Universidade Católica Dom Bosco

contato: rcosta@ucdb.br

Resumo: O presente artigo trata da atuação e das pesquisas do Programa Kaiowá/Guarani, que, com o apoio de diversas instituições, busca soluções para as dificuldades atualmente enfrentadas pelas comunidades indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul. A situação desses povos é complexa e exige intenso trabalho e extensas pesquisas de natureza interdisciplinar e interinstitucional. No estudo, sublinha-se o engajamento positivo das comunidades locais em sua busca de alternativas para a auto-gestão dos recursos no interior das áreas indígenas.

Palavras-chave: Kaiowá/Guarani; Auto-gestão; Desenvolvimento Local.

Abstract: The present article handles the development of research within the Kaiowá/Guarani Programme, which, with the support of diverse institutions, seeks solutions for the current difficulties faced by indigenous communities in the State of South Mato Grosso. The situation of these peoples is complex and demands intense work and extensive research of an interdisciplinary and interinstitutional nature. In the study, attention is drawn to the positive involvement of the local communities in their search for alternatives for self-management of the resources in the interior of the indigenous areas.

Key words: Kaiowá/Guarani; Self-management; Local Development.

Resumen: El presente artículo trata de la actuación y de las pesquisas del Programa Kaiowá/Guaraní, que, con el apoyo de diversas instituciones, busca soluciones para las dificultades actualmente enfrentadas por las comunidades indígenas en el Estado de Mato Grosso del Sur. La situación de esos pueblos es compleja y exige intenso trabajo y extensas pesquisas de naturaleza interdisciplinar e interinstitucional. En el estudio, se subraya la participación positiva de las comunidades locales en la búsqueda de alternativas para la autogestión de los recursos en el interior de las áreas indígenas.

Palabras claves: Kaiowá/Guarani; Autogestión; Desarrollo Local.

Introdução

Em 1882, o Governo Federal arrendou o território tradicional dos índios Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul, à Companhia Matte Larangeira, para a exploração da erva-mate. No período compreendido entre 1915 e 1928, demarcaram-se, para usufruto dos Kaiowá e Guarani, um total de oito reservas, somando 18.297 ha. Inicia-se, então, com o apoio direto dos órgãos oficiais, um processo sistemático e relativamente violento de confinamento da população nas Reservas.

Com o desmatamento da região, dezenas de aldeias perderam suas terras para os fazendeiros que aí chegaram. A população foi aleatoriamente “descarregada” nas Reservas demarcadas pelo Governo. Esse processo de redução da área e confinamento compulsório¹ seguiu inexorável, ao arrepio de toda legislação existente em favor dos direitos indígenas à terra, até o final da década de 1970. Nas fazendas, enquanto fossem necessários como mão-de-obra facilmente disponível, os Kaiowá e Guarani podiam permanecer em suas aldeias. Porém, concluído o desmatamento e o processo de formação das fazen-

das, eram expulsos, cabendo, em muito casos, aos órgãos oficiais a tarefa de efetivar a transferência para as Reservas. A partir de 1978, algumas comunidades começam a reivindicar o direito de permanecer nas antigas aldeias, começando uma luta para interromper uma prática histórica comum em toda a região.

Como conseqüência de um processo histórico extremamente desfavorável, essa população encontra-se, hoje, confinada em áreas de terra superpovoadas, estando seus recursos naturais profundamente comprometidos. Nesse contexto, têm-se simplesmente transferido, para o interior das áreas indígenas, as práticas da agricultura convencional, apoiada no amplo uso da mecanização e de insumos químicos. O ecossistema original no interior das Reservas Indígenas encontra-se, hoje, completamente alterado.

Em diagnóstico realizado na Reserva de Caarapó, no ano de 1996, constatou-se que cerca de 90% da vegetação primitiva foi suprimida em regime de ocupação itinerante, incluindo as áreas de preservação permanente, demonstrando o uso inadequado do solo e da vegetação. No período da seca, o fogo, facilmente se alastra pelo “colônio”, atingindo o restante das reservas de mata e

contribuindo, a cada ano, para a sua redução, comprometendo ainda mais o ecossistema, resultando na inviabilização da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres, tradicionais na cultura indígena, depreciando a qualidade de vida da população.

A Reserva de Caarapó, onde se realiza esse projeto, tem a extensão de 3.600 hectares e uma população hoje estimada em 3.500 pessoas, num total de 660 famílias. A fonte de sustento das famílias dessa Reserva é proveniente, fundamentalmente, da venda da mão-de-obra e do recebimento de aposentadorias. Parte significativa dos jovens e adultos busca o sustento, para si e suas famílias, através do trabalho nas usinas de álcool, em condições de extrema precariedade, ou, então, como bóias-frias nas fazendas. A desnutrição é marcante. A ausência prolongada dos pais, por dois ou mais meses, é fator importante de desintegração das famílias que constituem a unidade básica da sociedade, sobre a qual repousam e se articulam importantes atribuições no campo da economia, da política e da religião.

O fenômeno das crescentes e já elevadas taxas de suicídios, especialmente entre jovens, indicaria um grave impasse cultural, cuja superação passaria pela viabilização ou reabertura de possibilidades para a continuidade de seu modo de vida. Assim, entre os anos 1980 e 2000, foi constatado um total de 436 casos de suicídio entre os Kaiowá/Guarani, apenas na região da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul. Portanto, o elevado número de suicídios expressa um fenômeno contemporâneo, que está profundamente enraizado no contexto cultural próprio dessa sociedade indígena. As dificuldades atualmente enfrentadas pelos Kaiowá e Guarani são parte de uma situação complexa, de origem multicausal.

Esse quadro reapresenta a discussão em torno das políticas públicas de atendimento dessa população, especialmente no que se refere à implementação de alternativas econômicas, do acesso a uma educação diferenciada, mas de qualidade e das demandas por medidas eficazes de saneamento e atendimento à saúde, tendo como referencial os contextos históricos e culturais próprios de cada povo.

O Programa Kaiowá/Guarani

O Programa Kaiowá/Guarani foi formulado em 1995, ano em que a taxa de suicídios entre essa população, no Mato Grosso do Sul, atingiu seus índices mais elevados. A proposta inicial de pesquisas sobre o fenômeno recebeu o título de "Suicídio entre os Kaiowá/Guarani: proposta de investigação e desenvolvimento de ações objetivando a superação de suas causas". Assim, o Programa adotou como objetivo a realização de um amplo leque de pesquisas e ações voltadas para a elaboração e a implementação de alternativas que oportunizem a gradativa melhoria da qualidade de vida dessa população. O Programa buscou, desde o início, a convergência entre a pesquisa, enquanto tarefa acadêmica e o desenvolvimento de ações efetivas de apoio às comunidades indígenas kaiowá e guarani nas áreas da produção de alimentos, recuperação ambiental, educação escolar e prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis. O Programa Kaiowá/Guarani foi inicialmente constituído por uma equipe formada por pesquisadores da UCDB e por integrantes da Diocese de Dourados, e dele fazem parte, hoje, um grupo de dez pesquisadores da UCDB, diversos bolsistas de Iniciação Científica e técnicos da Prefeitura de Caarapó e da Diocese.

O Programa conta com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), e o Governo Brasileiro concede, ainda, uma quota de bolsas de Iniciação Científica e Apoio Técnico, proveniente do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), do Ministério do Meio Ambiente. O Programa também conta com o apoio de órgãos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, tais como o Fundo de Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (FUNDECT/MS), do Fundo de Investimentos Culturais (FIC/MS) e do Instituto de Desenvolvimento Agrário e da Terra (IDATERRA/MS), além de receber subsídios da iniciativa privada, por intermédio da companhia Tele Centro-Oeste Celular (TCO), entre outros. As atividades de intervenção são desenvolvidas em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Estadual da Saúde,

Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Idaterra, Secretaria Estadual de Educação e Prefeituras Municipais.

A atuação do Programa Kaiowá/Guarani apóia-se na constatação de que as dificuldades atualmente enfrentadas pelas comunidades indígenas, no Mato Grosso do Sul, são parte de uma situação complexa, que exige intensos trabalhos de pesquisa e de apoio, de natureza interdisciplinar e interinstitucional. A pesquisa e a intervenção em determinadas situações sociais são, nos dias de hoje, atribuições e tarefas inerentes à atividade acadêmica: a pesquisa é a condição para a produção de conhecimento, e a intervenção decorre da responsabilidade social de cada pesquisador, por um lado, e da Universidade como um todo, por outro.

Constata-se que muitas ações anteriormente implementadas acabaram não atingindo os resultados esperados e que isto se deve ao fato de os proponentes desenvolverem trabalhos isolados, de caráter pontual, ou não levarem em consideração a dimensão do problema, ou, ainda, por não envolverem de forma ampla e sistemática as comunidades indígenas na elaboração e implementação dos trabalhos. Surge daí a importância da compreensão da história e do modelo cultural Kaiowá e Guarani para a definição das propostas e da metodologia empregada. E, por isso, a insistência de que as ações implementadas pelo Programa, voltadas para a melhoria da qualidade de vida, estejam fundamentadas em pesquisas e no respeito ao modo de ser próprio desta sociedade indígena e orientadas na busca do fortalecimento de sua autonomia interna.

Trabalho desenvolvido

Considerando-se as análises acima, o trabalho baseia-se em um leque amplo de ações integradas que remetem a resultados de curto, médio e longo prazos, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população em foco. Destacam-se, entre essas ações o engajamento das crianças no processo de criação de alternativas e gestão dos recursos através da viabilização, no interior das áreas indígenas e diretamente articulado com as escolas da comunidade, de espaços onde os alunos pesquisam, constroem e

desenvolvem iniciativas de produção e beneficiamento de alimentos e artesanato. Busca-se, nesse trabalho, partir de tecnologias alternativas, apoiadas na experiência histórica dessa população, obtendo-se não só melhorias na alimentação consumida pela comunidade como a geração de renda e sustentabilidade. Por outro lado, essa proposta de trabalho possibilita conhecer, aprender e difundir conteúdos relacionados à produção agrícola e aos recursos naturais.

Participaram desse projeto, no ano de 2002, um total de 80 crianças indígenas com idade entre 12 e 17 anos, que após frequentarem a sala de aula por um período, almoçam juntas e dedicam um segundo período a atividades de pesquisa e de trabalho nas *Unidades de Pesquisa e Produção de Alimentos e Artesanato*. São orientadas, nessa atividade, por dois professores índios e um técnico agrícola. Os resultados alcançados em termos de produção de alimentos são consumidos por eles mesmos ou pelas respectivas famílias. As mães das crianças recebem, no final de cada mês, uma ajuda em dinheiro. Um dos objetivos dessa iniciativa é, também, evitar a evasão escolar das crianças nessa faixa etária, impulsionadas por força das circunstâncias para o trabalho como bóias-fria pela necessidade de recursos para a aquisição de roupa, calçados e demais demandas próprias dessa idade. Mas, o que é importante, sem recorrer a medidas de caráter paternalista e que aumentem a dependência externa.

Uma segunda ação centra-se na recuperação ambiental através da implantação de um viveiro de mudas de espécies nativas, diretamente articulado com os professores e as escolas da comunidade indígena, voltado, portanto, para a educação ambiental, em observância às idéias propostas por Anderson e Posey (1987). Esse viveiro de mudas, já no quinto ano de funcionamento, tem capacidade para cerca de 100 mil mudas/ano. Em 2002 foram plantadas, nesse viveiro, cerca de 40 diferentes espécies nativas. As mudas produzidas foram plantadas em terras desmatadas da própria área indígena, especialmente ao longo dos córregos, tendo em vista a recuperação das matas ciliares ao longo das microbacias, localizadas no interior da área indígena. A implementação dessas ações tem produzido resultados imediatos e alentadores junto à comunidade indígena, bem como um

aumento substancial da biodiversidade ao longo dos córregos da área.

Um terceiro conjunto de ações possibilitou a implantação de represas em áreas degradadas pela erosão fluvial, possibilitando, ainda, a oferta de peixes e alternativas de lazer. O plantio de espécies vegetais para o consumo pela comunidade e a implementação de práticas de conservação do solo complementam as ações ambientais na Reserva. A preocupação de fundo de todas essas iniciativas voltadas para a reposição dos recursos naturais é o incentivo, a capacitação e apoio à produção interna de alimentos, de matéria prima para artesanato, de medicamentos, de madeira para construção e fonte energética, proporcionando, assim, maior sustentabilidade interna à comunidade local.

O objetivo central do trabalho é desenvolver ações de apoio à comunidade indígena, a partir de seus padrões culturais específicos, na área da educação, da produção interna de alimentos e recuperação dos recursos naturais, tendo em vista possibilitar melhor qualidade de vida e maior autonomia interna. Por isso, no que se refere à produção interna de alimentos, são consideradas relevantes a ampliação do plantio de espécies, especialmente cereais, importantes na dieta alimentar do grupo indígena em questão, a recuperação e ampliação do plantio de frutíferas, plantas medicinais e tubérculos, que ocupavam relevante papel na alimentação tradicional e, finalmente, a construção de novas pequenas represas destinadas à criação de peixes.

Ressalta-se, ainda, a importância do espaço de pesquisa, de aprendizagem e de implementação de produção de hortifrutigranjeiros para a população indígena, sem o uso de agrotóxicos e privilegiando tecnologias alternativas, ações essas viabilizadas através das *Unidades de Pesquisa, Produção de Alimentos e Artesanato*. As principais metas que orientam os trabalhos referentes à produção de alimentos são: a) a geração de renda mediante a comercialização da produção excedente, criando uma alternativa à venda de mão-de-obra como bóias-frias nas usinas da região; b) a ampliação da pesquisa referente à viabilização de formas para desenvolver e/ou reproduzir mudas e/ou sementes nativas de culturas utilizadas,

tradicionalmente, pela população indígena, com ênfase nos tubérculos, cereais e leguminosas; c) a continuação do processo de pesquisa e discussão sobre técnicas agrícolas, mais próximas do universo cultural indígena; d) o incentivo à criação de pequenos animais, para composição da dieta alimentar da comunidade, servindo como fonte de proteínas; e) a manutenção do processo de capacitação dos alunos e professores indígenas, objetivando uma melhor formação técnica que lhes permita ampliar esta experiência para além da escola, mediante a transferência de tecnologia às demais famílias que integram a comunidade e; f) a implementação de experiências familiares de produção alternativa de alimentos.

No que se refere aos trabalhos voltados para a recuperação ambiental, as ações deverão concentrar-se na continuidade do viveiro de mudas, no replantio de espécies vegetais autóctones escassas em função da ação humana, na contenção da erosão, provocada pelo desmatamento e em ações mais efetivas e consistentes de educação ambiental. As principais metas a serem alcançadas são: a) a manutenção de um banco de dados georeferenciado dos componentes sócio-ambientais; b) a ampliação das práticas de manejo e conservação do solo, bem como da recomposição florestal com espécies nativas nas demais áreas da reserva; c) a manutenção de um viveiro para a produção de mudas de espécies nativas e frutíferas; d) a promoção de iniciativas voltadas para a educação ambiental.

Metodologia

O Programa Kaiowá/Guarani está apoiado em dois eixos complementares: a pesquisa e a intervenção, de caráter interdisciplinar e interinstitucional. Trata-se de um trabalho com comunidades situadas em "outra tradição cultural". Por isso, as propostas de intervenção devem, necessariamente, apoiar-se na experiência histórica e cultural da população alvo. Avanços qualitativos em programas de desenvolvimento são avaliados hoje pelo engajamento, pela participação efetiva das próprias comunidades indígenas.

Os desafios maiores em termos meto-

dológicos postos para a implementação das iniciativas aqui explicitadas não são apenas de caráter técnico, mas antropológico. Trata-se da participação efetiva e articulada da própria comunidade indígena nas iniciativas. Tendo presente, especialmente, a necessária revisão de alguns procedimentos tradicionais na relação com os recursos naturais, que dizem respeito à prática da agricultura de coivara (ou itinerante), ao uso do fogo e a adoção de novos procedimentos técnicos, considerados indispensáveis para a recuperação dos recursos naturais atualmente.

Embora a comunidade indígena tenha consciência da necessidade de medidas corretivas voltadas para a recuperação dos recursos naturais e das iniciativas de educação ambiental já em curso, em especial através da importante parceria com os professores indígenas e das escolas que atendem a totalidade das crianças da reserva, sabemos que a relação com o ecossistema remete para aspectos fundamentais da cosmovisão indígena, que segue orientando seus procedimentos.

De outra parte, a longa experiência no desenvolvimento de programas de intervenção, igualmente complexos, junto aos Kaiowá e Guarani, por parte da equipe responsável pelo projeto, permitiu elaborar procedimentos metodológicos importantes, voltados para o envolvimento e a participação da comunidade. A formação de uma coordenação conjunta integrada por pesquisadores e representantes dos diversos órgãos responsáveis pelo projeto e por representantes eleitos pela comunidade indígena representa uma iniciativa altamente relevante. Temos consciência dos desafios que esta decisão importa. Além disso, a realização das oficinas de trabalho, reunindo técnicos e representantes indígenas, em especial professores, lideranças e moradores da comunidade, voltadas para o planejamento, acompanhamento e execução do projeto, bem como para a transferência de tecnologia, parecem-nos importantes. Palestras de terceiros, programas de capacitação de professores e técnicos indígenas são atividades que fazem parte das práticas do projeto. Cabe ressaltar a participação da comunidade nos trabalhos do projeto, especialmente através de mutirões, que representam a forma de trabalho coletivo tradicional.

Cabe destacar, ainda, que o processo de implantação do Programa foi precedido, primeiramente, de um diagnóstico sócio-ambiental, realizado pelos técnicos da UCDB, junto com um amplo processo de discussão com a comunidade indígena, a partir dos seus professores. Cabe destacar, nesse ponto, a relevância de fóruns anuais, organizados pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Caarapó, voltados para a discussão dos problemas da comunidade indígena, a partir da escola. O VI Fórum, realizado em abril de 2002, teve como tema "Pais, professores e lideranças juntos na construção de um futuro melhor para nossos filhos", o que bem explicita a importância e abrangência desse espaço de discussão sobre os problemas da comunidade. Inúmeras oficinas, jornadas de campo e mutirões foram realizados, tendo em vista uma maior motivação da comunidade e o planejamento de ações a serem implementadas.

A realidade vivenciada pela comunidade indígena de Caarapó é fundamentalmente a mesma das demais 26 áreas indígenas ocupadas pelos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul. Os problemas, especialmente os decorrentes do comprometimento dos recursos naturais, bem como as dificuldades em construir alternativas sustentáveis de subsistência, são comuns a todas elas. Por isso, uma primeira iniciativa voltada para a difusão da experiência é a de estimular a visita de delegações indígenas das demais comunidades à área de Caarapó. Destaca-se, nesse ponto, a realização, em 2001, do *10º Encontro Geral dos Professores Indígenas*, reunindo os professores das demais comunidades indígenas e a primeira reunião da *Aty Guassu* (reunião grande) que reúne as lideranças de todas as comunidades kaiowá e guarani, realizado em abril de 2002, ambas em Caarapó. O que motivou a realização desses dois importantes eventos na área indígena de Caarapó foi exatamente a possibilidade de conhecerem *in loco* o trabalho realizado. Têm sido frequentes as visitas de comissões, integradas por indígenas e técnicos de prefeituras municipais, com o objetivo de analisar a experiência e estudar formas de sua implementação em outras áreas de trabalho.

No entanto, a eventual extensão da

experiência para outras comunidades indígenas na região enfrenta algumas dificuldades: 1º) a experiência em andamento carece, ainda, de uma maior sedimentação; 2º) a dispersão geográfica das comunidades, a numericamente reduzida equipe técnica e os relativamente poucos recursos disponíveis dificultam essa ampliação, pois o acompanhamento direto e constante é fundamental para o êxito da proposta. Desempenham papel importante na difusão da experiência, a produção de vídeos e a realização de cursos de capacitação, que possam servir de estímulo a iniciativas semelhantes.

Finalizando, é importante destacar os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos trabalhos realizados. Ressalta-se, aí, como relevantes a disponibilização permanente de equipe técnica, integrada por agrônomo, educador, técnico agrícola e indigenista, residindo na localidade, participando da vida diária, da discussão e da implementação das atividades, em conjunto com a comunidade indígena. O apoio direto da Prefeitura de Caarapó e as constantes visitas dos pesquisadores da Universidade, com a realização de reuniões quinzenais, incluindo os diversos setores da comunidade indígena, a equipe de campo e pesquisadores para a discussão, planejamento e avaliação de todas as ações desenvolvidas. Nessas reuniões são tomadas as decisões referentes aos trabalhos. Além disso constitui-se em importante fonte de informação os resultados de visitas às famílias, levantamentos técnicos e pesquisas, tendo em vista a manutenção de um banco de dados sobre a comunidade indígena e os trabalhos em andamento. Os seminários e fóruns constituem-se em importante instrumento de fortalecimento da experiência.

Entre os indicadores para medir os resultados do trabalho destaca-se como mais relevante o engajamento da comunidade indígena na implementação das atividades, medida através da sua participação nas reuniões, dias de campo, mutirões e outras iniciativas conjuntamente planejadas.

As ações práticas realizadas até esse momento são: a) a construção de um viveiro de mudas que, em 2001, produziu 150 mil mudas de 42 espécies nativas; b) a reposição da mata ciliar na microbacia Jakairá, localizada no interior da área indígena, mediante

o plantio de 80 mil mudas de espécies nativas; c) tendo em vista a oferta de recursos para o consumo e a correspondente redução da pressão sobre os fragmentos florestais remanescentes, foram plantadas 12 mil mudas de eucalipto. Assim como 7 mil mudas de erva-mate e outras espécies florestais para utilização interna; d) construção de três represas de contenção e criação de peixes e recuperadas outras duas, todas povoadas com alevinos e, e) efetivação de uma Unidade de Pesquisa e Produção de Alimentos, com a participação direta de 80 crianças de 12 a 16 anos. Em função da complexidade da ação, os resultados qualitativos só deverão estar disponíveis para avaliação, a médio e longo prazo.

As iniciativas já implementadas contam com ampla aceitação e participação da comunidade indígena e hoje são motivos de satisfação para suas lideranças, contribuindo para o aumento da auto-estima interna, o que nos parece um elemento de fundamental relevância para o êxito de ações de inclusão social. Tem-se mostrado de fundamental importância o amplo e qualificado acompanhamento técnico oferecido pela equipe do projeto, incluindo os técnicos da Prefeitura de Caarapó, permitindo que as diversas atividades consigam atingir seus resultados e servindo de estímulo a novas propostas.

Nota

¹ Entende-se por confinamento compulsório a transferência sistemática e forçada da população indígena das diversas aldeias Kaiowá e Guarani para oito Reservas demarcadas pelo governo entre 1915 e 1928 (Cf. Brand, Antonio, Tese de Doutorado em História, PUC/RS, 1997).

Referências bibliográficas

ANDERSON, Anthony; POSEY, Darrel. Reflorestamento indígena. IN: *Ciência Hoje*, v. 31, p. 44-51, mai. 1987.

BRAND, Antonio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá e Guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. Tese (Doutorado). Porto Alegre, PUC/RS, 1997.

_____. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, PUC/RS, 1993.

ELIZALDE, Antonio. Desarrollo y sustentabilidad: limites y potencialidades. In: *Documentación Social*, n. 89, 1992.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.
- Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
 - II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
 - III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.
 - IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:
 - a) título em português ou espanhol;
 - b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
 - c) resumo em português ou espanhol (máximo de 6 linhas, ou 400 caracteres) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *keywords*, ambos em número de 3, para efeito de indexação do periódico;
 - d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - f) referências bibliográficas.
 - II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:
 - a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
 - b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação devidamente assinada pelo autor;
 - c) a extensão do texto deverá se situar entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço duplo;
 - d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
 - g) as citações virão entre aspas, em fonte normal (não itálica).
 - III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em português ou espanhol, e encaminhados em três vias, com texto rigorosamente corrigido e revisado.
 - IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
 - V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
 - VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7 - Não serão aceitos textos fora das normas estabelecidas, com exceção dos casos previstos no artigo anterior, e os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa, no prazo máximo de três meses.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado “avessa ao contato com o ser humano”...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e permutas:
Universidade Católica Dom Bosco
Programa de Desenvolvimento Local
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário
Caixa Postal 100
CEP 79117-900 Campo Grande-MS
Fone: (67) 312-3800
e-mail: mdlocal1@ucdb.br